

**CONTA SATÉLITE
DA ECONOMIA SOCIAL**

**SOCIAL ECONOMY
SATELLITE ACCOUNT**

2019/2020

PORtUGAL

CSES
SESA

COLEÇÃO DE ESTUDOS DE ECONOMIA SOCIAL N.º 17

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020
Social Economy Satellite Account 2019/2020

Eduardo Pedroso, Edna Neves (CASES)
Cristina Ramos, Carina Rodrigues (INE)

Conceção Gráfica
Filipe Pinto

CASES 2023



CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
Rua Américo Durão, n.º 12-A, Olaias
1900-064 Lisboa
(+351) 213 878 046/7
www.cases.pt
cases@cases.pt

Casa António Sérgio – Biblioteca (Lisboa)
Travessa Moinho de Vento n.º4
1200-728 Lisboa
(+351) 213 955 118
casa.antserg@cases.pt

Conta Satélite da Economia Social

***Social Economy
Satellite Account***

2019/2020

**Eduardo Pedroso
Edna Neves
Cristina Ramos
Carina Rodrigues**

- 9** CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2019/2020
- 11** A Conta Satélite da Economia Social 2019/2020
- 15** 10 anos da Conta Satélite da Economia Social
- 18** QUARTA EDIÇÃO DA CSES
- 21** 1. Principais Resultados
1.1. Composição do Setor
- 23** 1.2. Longevidade
- 24** 1.3. Distribuição Geográfica
- 30** 1.4. Principais Variáveis Macroeconómicas
- 34** 1.4.1. VAB
- 35** 1.4.2. Remunerações
- 37** 1.4.3. Emprego
- 39** Caracterização Adicional do Trabalho na ES: Execução de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade em entidades da ES 2019/2020
- 42** Caracterização Adicional do Trabalho na ES: Trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA) em entidades da ES 2019/2020
- 46** 1.5. A ES na Economia Portuguesa
- 50** Benefícios Fiscais das Entidades da Economia Social 2019/2020
- 53** 2. Caracterização da ES por Principais Entidades
- 54** 2.1. Grupos de Entidades da ES
2.1.1. Cooperativas
- 56** Ramos Cooperativos 2019/2020
- 58** 2.1.2. Associações Mutualistas
- 59** 2.1.3. Misericórdias

- 60** 2.1.4. Fundações
- 61** 2.1.5. Associações com Fins Altruísticos (ACFA) e Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)
- 63** Sociedades Comerciais com Capital 100% Participado por Entidades da ES 2019/2020
- I. Sociedades Comerciais com Capital 100% Participado por Cooperativas
- 66** II. Sociedades Comerciais com Capital 100% Participado por outras Entidades da ES
- 67** 2.2. Entidades com Estatutos Especiais
2.2.1. Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Equiparadas (IPSS)
- 69** 2.2.2. Outras Entidades da ES
Detentoras de Estatutos Especiais
- 72** 3. Comparações Internacionais
- 74** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Economia Social 2019/2020
- 78** Nota Metodológica
1. Introdução
2. Referências Metodológicas
3. Conceitos e Nomenclaturas
- 85** 4. Principais Fontes de Informação
INE
Outras Fontes
- 86** Sinais Convencionais
- 87** Infografias
- 92** Siglas e Abreviaturas

- 95 SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2019/2020
- 97 Social Economy Satellite Account 2019/2020
- 101 10 Years of the Social Economy Satellite Account
- 104 FOURTH EDITION OF SESA
- 107 1. Main results
1.1 Composition of the Sector
- 109 1.2. Longevity
- 110 1.3. Geographical Distribution
- 116 1.4. Main Macroeconomic Variables
- 120 1.4.1. GVA
- 121 1.4.2. Compensation of Employees
- 123 1.4.3. Employment
- 125 Additional characterization
of employment in Social Economy:
Community Service Sentences 2019/2020
- 128 Additional characterization of employment in Social Economy:
Workers with loss or anomaly of body structures
or functions with implications for the provision
of work (TPA) in SE 2019/2020
- 132 1.5. SE in the Portuguese Economy
- 136 Fiscal Benefits of the Social Economy' entities 2019/2020
- 139 2. Characterization of SE by Main Group of Entities
- 140 2.1. SE Groups
2.1.1. Cooperatives
- 142 Cooperative Sector Branches of activity 2019/2020
- 144 2.1.2. Mutual Associations
- 145 2.1.3. Holy Houses of Mercy

- 146** 2.1.4. Foundations
- 147** 2.1.5. Associations with Altruistic Goals (AAG)
and Community and Self-Management Subsectors (CSS)
- 149** Corporations 100% owned by SE entities 2019/2020
- I. Corporations 100% owned by Cooperative capital
- 152** II. Corporations 100% owned by other SE entities
- 153** 2.2. Entities with Special Status
2.2.1. Private Institutions of Social Solidarity (IPSS)
- 155** 2.2.2. Other SE entities with Special Status
- 158** 3. International Comparison
- 160** Sustainable Development Goals (SDG)
and Social Economy 2019/2020
- 164** Methodological Note
1. Introduction
2. Methodological References
3. Concepts and Classifications
- 171** 4. Data Sources
- Statistics Portugal
- Other sources
- 172** Conventional Signs
- 173** Infographics
- 178** Acronyms and Abbreviations

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2019/2020

A CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2019/2020

Francisco Lima

Presidente do Conselho Diretivo
do Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)

Em 2023, as Nações Unidas adotaram a primeira Resolução (77/281) sobre a promoção da economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável, na Assembleia Geral de 18 de abril, que, entre outras recomendações, incentiva os Estados Membros “*a promover e implementar estratégias, políticas e programas nacionais, locais e regionais para apoiar e fortalecer a economia social e solidária, através do desenvolvimento de quadros jurídicos específicos, compilação de estatísticas nacionais, incentivos fiscais e de contratação pública, inclusão nos currículos educativos e nas iniciativas de capacitação e investigação, facilitando o acesso das entidades a serviços financeiros e financiamentos, a participação dos atores da economia social e solidária no processo de decisão política*”.

Em Portugal, desde 2013 que se consolidou, no quadro normativo, o reconhecimento da relevância do setor da Economia Social, com a publicação da Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio), na qual se inscreveu, desde logo, a necessidade de ser assegurada a “*criação e manutenção de uma conta satélite para a economia social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional*”.

Volvidos 10 anos da publicação da Lei de Bases, o INE apresenta, em parceria com a CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), a quarta edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), divulgando, pela primeira vez, resultados para um biénio (2019-2020), com o objetivo de analisar a evolução deste setor no primeiro ano em que se sentiram os efeitos da pandemia COVID-19 em território nacional.

Desde a sua primeira edição, a CSES procurou abranger a totalidade das entidades da Economia Social, tentando compatibilizar as definições jurídicas da Lei de Bases nacional com os conceitos e nomenclaturas estatísticas internacionais, em constante mudança. Um desafio exigente quer para as equipas envolvidas na sua compilação, quer também, pelas alterações de conteúdo e âmbito, para o público e utilizadores. Note-se, aliás, que está em curso a revisão do SCN (Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas), a que se seguirá o SEC (Sistema Europeu de Contas), bem como as principais nomenclaturas de classificação da atividade económica.

Adicionalmente, a conceção modular da Conta foi privilegiada desde o início, permitindo obter informação para os diferentes grupos de entidades da Economia Social, incluindo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e entidades com outros estatutos especiais (ONGA, ONGD, ONGPD, entre outras).

Na presente edição da CSES deu-se continuidade à exploração da integração com novas fontes de dados administrativos, ampliando o âmbito de uma Conta exclusivamente económica, passando a incluir informação adicional de caracterização das entidades da Economia Social.

No plano das variáveis económicas, procurando dar resposta a necessidades de informação específicas dos utilizadores da Conta, foram adicionados novos conteúdos, de entre os quais se destacam:

1. A análise do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das Cooperativas, de acordo com os Ramos Cooperativos, definidos no Código Cooperativo;
2. O contributo da Economia Social para alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
3. A divulgação de informação sobre sociedades participadas a 100% por entidades da Economia Social (que não apenas as Cooperativas), com recurso à integração com o Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), outro projeto desenvolvido pelo INE em parceria com a CASES, que contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre este setor.

A CSES portuguesa tem vindo a ganhar crescente destaque no plano internacional, pela sua consistência, abrangência, regularidade e qualidade, tendo sido objeto de várias apresentações junto de organizações como as Nações Unidas, a OCDE e o Eurostat, entre outras.

Mais recentemente, o projeto “[*Social Economy Gateway*](#)”, da Comissão Europeia, divulgou vários indicadores estatísticos sobre a Economia Social em Portugal, com recurso (ainda) à anterior edição da CSES (e que poderão agora ser atualizados com informação referente a 2019-2020), tendo classificado o desenvolvimento deste setor, a nível nacional, como “*moderately developed*” (moderadamente desenvolvido), ultrapassado somente pela Bélgica, Itália, França e Espanha, que alcançaram o nível “*highly developed*” (altamente desenvolvido), num total de 27 países analisados.

As [Contas Satélite](#), inseridas no quadro conceptual do Sistema de [Contas Nacionais](#) Portuguesas produzido pelo INE, são sempre um exercício bastante exigente.

A concretização da CSES, a inclusão de novos conteúdos e o esforço de melhoria contínua do projeto não seriam possíveis sem o empenho e a dedicação de todos os técnicos e dirigentes envolvidos, quer do INE, quer da CASES, a quem expresso o meu agradecimento.

Finalmente, sendo a CSES um projeto em permanente evolução, o INE agradece todas as sugestões que possam contribuir para continuar a valorizar e desenvolver a fiabilidade e a qualidade da informação estatística.

10 ANOS DA CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL

Eduardo Graça

Presidente da direcção da CASES

Esta publicação destina-se a divulgar os resultados da Conta Satélite da Economia Social (CSES), com dados de 2019 e 2020, permitindo-nos assinalar o valor inestimável de uma série estatística. A CSES é um instrumento que permite conhecer a realidade do setor da Economia Social, a evolução no tempo dos seus grandes agregados económicos e sociais, com destaque para o peso da Economia Social no VAB e no emprego nacionais, o posicionamento e peso relativo das suas diversas “famílias”, enfim um retrato, simultaneamente, de confluência e identidade.

Retomo a enumeração de três possíveis pontes que interligam a questão estatística com a estratégia de desenvolvimento da Economia Social:

- A estatística contribui para o conhecimento, e reconhecimento, do sector da Economia Social – consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) sob a designação de “sector cooperativo e social” – evidenciando o seu peso relevante na economia e sociedade portuguesa;
- A estatística fornece aos poderes públicos informação credível, e certificada, acerca da realidade do sector, respondendo ao desafio contido, de forma certeira, numa frase que os franceses vulgarizaram: “*sans chiffres, pas de politique*”;
- A estatística densifica o conceito de Economia Social, aproximando-o da sua realidade operacional, abrindo um espaço para debater o modo e o tempo da confluência de vontades das diversas “famílias” da Economia Social, no respeito pela sua autonomia, assim como às novas realidades emergentes no sector.

Na verdade, passaram dez anos desde que foi divulgada a CSES com dados de 2010, a que se sucederam as contas com dados de 2013 e de 2016. Esta é, pois, a quarta edição da CSES o que representa um avanço assinalável para a estruturação e definição de políticas públicas destinadas ao setor, propiciando, ao mesmo tempo, um estímulo e uma base sólida para a elaboração de estudos a partir de iniciativas da academia como das entidades representativas do setor.

O ano de 2013 foi, aliás, assinalável para a Economia Social em Portugal nele tendo lugar também a aprovação pela Assembleia da República da Lei de Bases da Economia Social (LBES). Neste verão de 2023 podemos regozijar-nos pela conclusão, e divulgação pública, dos resultados da CSES que é a primeira desta série com dados de dois anos - 2019 e 2020. Qual o alcance e importância deste acontecimento? Desde logo trata-se da quarta edição da CSES podendo afirmar-se, sem reservas, que estamos perante uma série estatística singular no universo dos estudos estatísticos, focados no setor da Economia Social, produzidos no âmbito da União Europeia (UE).

Na verdade, a informação é cada vez mais relevante em todas as áreas da atividade humana permitindo iluminar os caminhos da gestão micro e das políticas públicas. Apesar dos cuidados necessários à leitura da evolução dos indicadores ora apresentados, por efeito de inevitáveis alterações metodológicas, passamos a dispor de mais, e melhor, informação estatística acerca do setor da economia social.

Este é um trabalho com o qual me rejubilo não só pelo que representa de avanço no plano estatístico como pelo facto de resultar de uma parceria frutuosa com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Não se trata, pois, de uma iniciativa pontual ou dispersa. Na verdade, a LBES, integra no seu art.^º 6.^º, n.^º 2 a obrigatoriedade da criação e manutenção de uma CSES.

Este projeto corresponde, desde logo, à concretização do desafio contido na Resolução do Parlamento Europeu de 19 de março de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010, a qual apela a todos os Estados Membros da UE que elaborem contas satélite que deem visibilidade estatística à Economia Social, tema abordado novamente em 2021, no Plano de Ação para a Economia Social da Comissão Europeia.

Trata-se de uma conta satélite de “vasto espectro”, inovadora, com os riscos inerentes a uma metodologia que se confronta com a necessidade de congregar informação estatística de entidades tão próximas, pelos princípios e

valores que encerram e, ao mesmo tempo, tão diversas, nos planos económico e sociológico, nunca estudadas de forma tão vasta e abrangente, em particular, no que respeita ao subsector associativo.

Referindo-me, em especial, à Economia Social contemporânea, sabemos que ela é herdeira de uma tradição histórica longa e forte, cuja memória carece de ser avivada, e que foi durante muitas décadas constituída por uma nebulosa de “famílias” próximas, pelos princípios e valores comuns, mas distantes entre si, no debate e na ação, assim como na relação com os poderes públicos.

Em nome da CASES, agradeço o empenho do INE, dos seus responsáveis e técnicos, assim como dos técnicos da CASES envolvidos na elaboração deste instrumento estatístico, na expectativa de que prossigamos no próximo futuro e que, para tal, não nos faltem nem a força da vontade, nem os recursos quanto bastem para levar adiante, em continuidade, este projeto tão aliciante e desafiador.

**QUARTA EDIÇÃO DA CSES:
VAB DA ECONOMIA SOCIAL AUMENTOU LIGEIRAMENTE
EM ANO DE PANDEMIA, PASSANDO DE 3,0% DO VAB NACIONAL
EM 2019, PARA 3,2% EM 2020, SUPERANDO
OS 5,5 MIL MILHÕES DE EUROS**

Esta publicação destina-se à divulgação dos resultados da quarta edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES), apresentando, pela primeira vez, informação relativa a dois anos (2019 e 2020). Este projeto foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em parceria com a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, no âmbito de um protocolo de colaboração entre estas entidades.

Com esta nova edição da CSES, disponibiliza-se a informação estatística mais atualizada para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social (ES) em Portugal, dando continuidade ao trabalho realizado em edições anteriores relativas aos anos de 2016, 2013 e 2010. Adicionalmente, incidindo em 2019 e 2020, esta edição permitiu captar os efeitos iniciais que a pandemia global, provocada pelo novo Coronavírus, terá tido no sector.

A CSES 2019-2020 permite assim, e nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, analisar o conjunto das atividades económicas levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com fins altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.

Destaca-se nesta edição que, em 2020, mais de 73 mil entidades do sector da ES geraram 3,2% do VAB nacional, 5,0% das remunerações e 5,9% do emprego remunerado (expresso em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo), o que se traduz em montantes superiores a 5,5 mil milhões de euros, 4,1 mil milhões de euros e 243 mil empregos a tempo completo, respetivamente.

Simultaneamente, observa-se que entre 2019 e 2020, o VAB, o emprego total e o emprego remunerado da ES aumentaram, registando um desempenho

mais favorável do que o observado na economia nacional no mesmo período, onde todos estes indicadores diminuíram.

A saúde foi responsável em 2020 por mais de um quarto do VAB e cerca de um terço do emprego remunerado da ES, sendo registados aumentos no VAB, no emprego e no emprego remunerado destas atividades. A saúde revelou-se assim como uma das áreas de atividade mais relevantes no primeiro ano em que se fizeram sentir os efeitos adversos da pandemia COVID-19.

Os resultados dos principais indicadores macroeconómicos da ES, e em particular as suas variações nominais face às registadas na economia nacional em 2020, confirmaram a tendência de evolução da ES em contraciclo com a economia portuguesa, num novo período de crise.

No âmbito metodológico, esta edição da CSES manteve as referências fundamentais: a Lei de Bases da Economia Social e o manual do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). Foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do “*Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas, de 2018, e do “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies*” do Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC).

Uma novidade da CSES 2019-2020 foi a consideração dos resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 (ISES), tendo sido privilegiada, sempre que possível, a classificação da atividade selecionada pelas próprias unidades da ES no âmbito desse inquérito. Nesse sentido, face à anterior edição da CSES (2016), foram introduzidas algumas alterações à classificação das unidades, nomeadamente a reclassificação de algumas entidades classificadas em serviços sociais, na saúde e na educação, embora sem impactos significativos nos resultados globais.

Esta publicação encontra-se organizada da seguinte forma:

1. Principais resultados, incluindo uma análise da longevidade, distribuição geográfica e relevância da ES na economia nacional;
2. Caracterização da ES por principais entidades (grupos e estatutos especiais);
3. Comparações internacionais.

Em linha com a orientação estratégica que vem sendo prosseguida nas reedições da CSES, são ainda apresentados subcapítulos com informação complementar sobre as entidades da ES tendo por base a apropriação de dados administrativos e cruzamento com informação residente no INE.

Assim, no âmbito da caracterização do trabalho no sector da ES, esta edição apresenta novamente dois subcapítulos adicionais sobre a execução de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade (através de dados disponibilizados pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais) e sobre os trabalhadores da ES com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA) (com dados disponibilizados pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social), incluindo pela primeira vez dados sobre sexo, idade e graus de incapacidade desses TPA. Estes dois apuramentos salientam, tal como na última edição da CSES, a importância do sector para a integração de grupos vulneráveis.

Mantém-se igualmente um subcapítulo informativo dedicado à magnitude e distribuição dos benefícios fiscais das entidades da ES, considerando a informação publicada pela Autoridade Tributária, e outro sobre as sociedades comerciais com capital 100% participado por Cooperativas, com a novidade de ser pela primeira vez divulgada informação sobre as participações dos restantes grupos de entidades da ES.

Adicionalmente, dois novos subcapítulos são disponibilizados: um apuramento complementar para as Cooperativas considerando os Ramos Cooperativos, fornecendo, assim, uma nova perspetiva sobre a atividade do sector Cooperativo; e um apuramento especial sobre o contributo da ES para alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além desta publicação, encontram-se disponíveis para consulta na página eletrónica do INE (www.ine.pt) um conjunto de quadros com informação adicional sobre a CSES 2019 e 2020.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS

1.1. COMPOSIÇÃO DO SETOR

**Em 2020 existiam 73 851 entidades da ES,
mais 0,4% do que em 2019**

Em 2019 e 2020 foram identificadas, respetivamente, 73 574 e 73 851 entidades da ES. O total de entidades da ES aumentou 2,3% em 2019, face à anterior edição da CSES (2016), mantendo-se praticamente inalterado entre 2019 e 2020 (+0,4%). É de notar que desde 2010, o número de entidades que integram o setor da ES cresceu cerca de 33%.

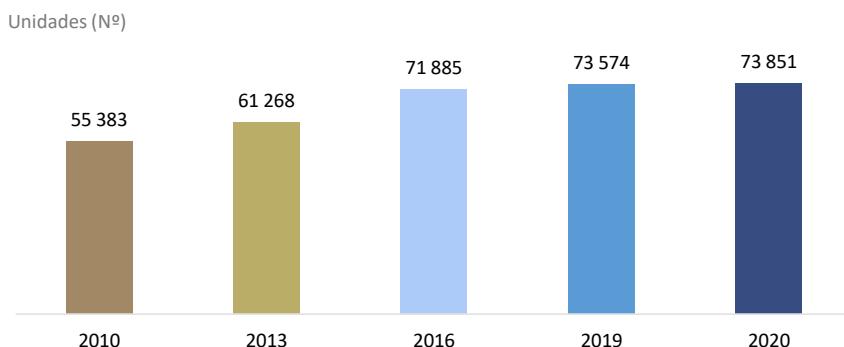


Figura 1
Evolução do universo de entidades da ES nas quatro edições da CSES
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

À semelhança do verificado nas anteriores edições da CSES, mais de 40% do sector desenvolvia atividades relacionadas com a cultura, comunicação e atividades de recreio. Quase 12% das entidades da ES desenvolviam atividades relacionadas com a religião e cerca de 9% foram classificadas na atividade dos serviços sociais.

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

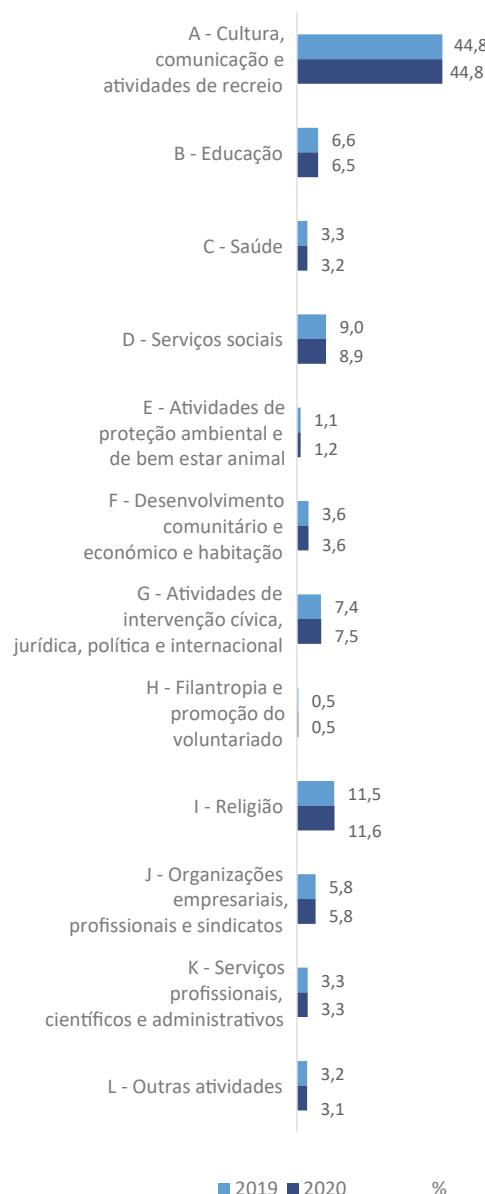


Figura 2

Distribuição (%) das entidades da ES (CIOSL/TS)

- Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor)

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Também o grupo das Associações com Fins Altruísticos (ACFA) se mantém dominante, congregando mais de 90% das entidades da ES, sendo o único grupo da ES que aumentou em peso relativo face à CSES de 2016.



Figura 3
Distribuição (%) das entidades da ES por grupos de entidades
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.2. LONGEVIDADE

Em 2020, a maioria das entidades (55,3%) da ES tinha entre 10 e 49 anos de existência

Em 2020, mais de 70% das Misericórdias e mais de 80% das Associações Mutualistas eram organizações “maduras” (entre 50 e 99 anos de existência) ou “centenárias” (criadas há 100 ou mais anos), situação sem paralelo nos demais grupos da ES, nos quais predominavam as entidades “estabelecidas” (entre 10 e 49 anos de existência), representando 65,1% das Cooperativas, 62,8% das Fundações, 55,4% das ACFA e 42% dos Subsetores comunitário e autogestionário (SCA).¹²

- 1 Consultar Nota Metodológica para informação adicional sobre a escala de longevidade utilizada.
- 2 Note-se que é possível que tenham existido entidades com datas de constituição anteriores às identificadas neste apuramento, mas que, entretanto, tenham cessado atividade. A informação divulgada refere-se apenas às entidades que integram o Universo da CSES de 2019 e 2020, ou seja, que estavam em atividade e/ou que foram suspensas ou cessaram atividade nesses anos.

As ACFA registaram a percentagem mais elevada de organizações “novas” (15,2%), ou seja, organizações criadas há menos de 5 anos.

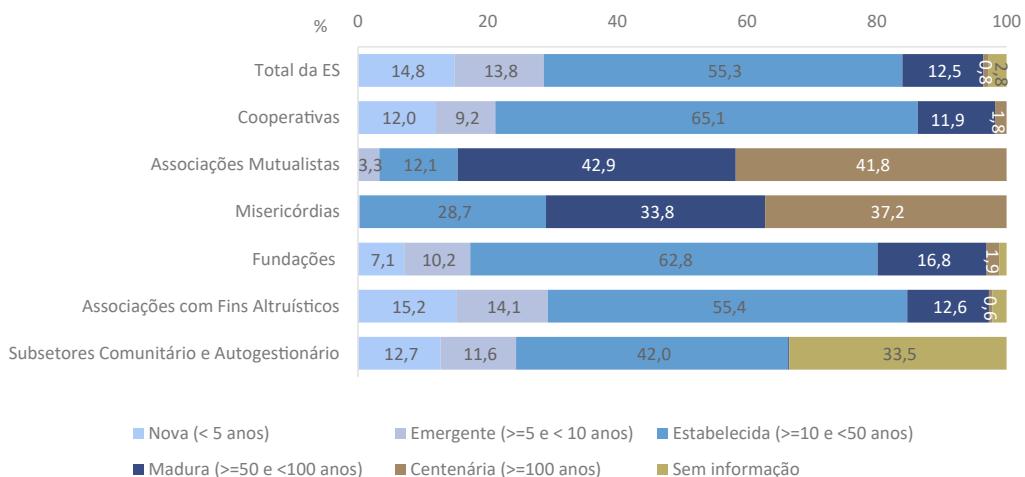


Figura 4

Distribuição (%) das fases de vida das entidades da ES, por grupos de entidades

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.3. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Entidades da ES em todos os municípios, com evidente litoralização e polarização em alguns concelhos do interior do país

Numa ótica territorial (NUTS II), o Norte detinha cerca de 33% das unidades da CSES, seguido pelo Centro, com cerca de 25% e pela Área Metropolitana de Lisboa, onde se situavam, aproximadamente, 23% destas entidades, no biénio em análise. Analisando a distribuição por NUTS III, a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, em conjunto, concentravam cerca de 35% do total de entidades da ES, em 2019 e 2020. Apesar do aumento do número de entidades face à anterior edição da CSES, é de notar que a estrutura regional em 2019 e 2020 manteve-se próxima da observada em 2016, com ligeiras alterações de importância relativa em algumas regiões.

Em 2020, todos os municípios do país registavam a presença de entidades da ES, observando-se uma concentração mais significativa das mesmas nos municípios de Lisboa, Porto (e alguns concelhos limítrofes destes, como, por exemplo, Sintra, Oeiras, Cascais e Vila Nova de Gaia), Coimbra e Braga.

Sem prejuízo da tendência de litoralização observada, parece existir igualmente uma polarização do setor da ES em municípios do interior do país, tais como Évora, Beja, Bragança, Vila Real, Viseu, Castelo Branco e Guarda, entre outros.

Na Região Autónoma dos Açores destacam-se os municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e na Região Autónoma da Madeira o município do Funchal.

Considerando o número de entidades da ES por mil habitantes³ (NUTS II), verificou-se que o Alentejo e a Região Autónoma dos Açores registaram a média mais elevada (10 entidades por mil habitantes), enquanto a Região Autónoma da Madeira apresentou o registo mais baixo (em média, 4 entidades por mil habitantes).

3 Utilizou-se como referência a população dos Censos 2021.

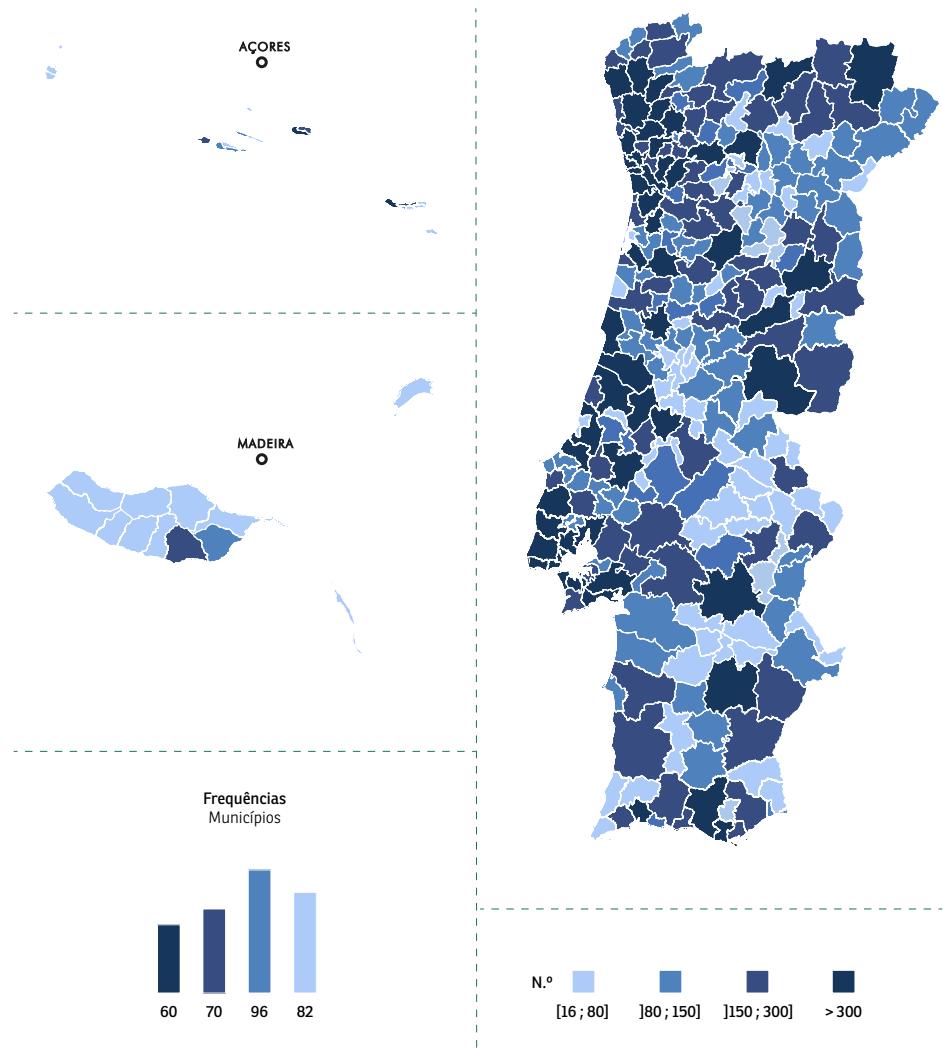


Figura 5
Distribuição das entidades da ES, por Município (2020)
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

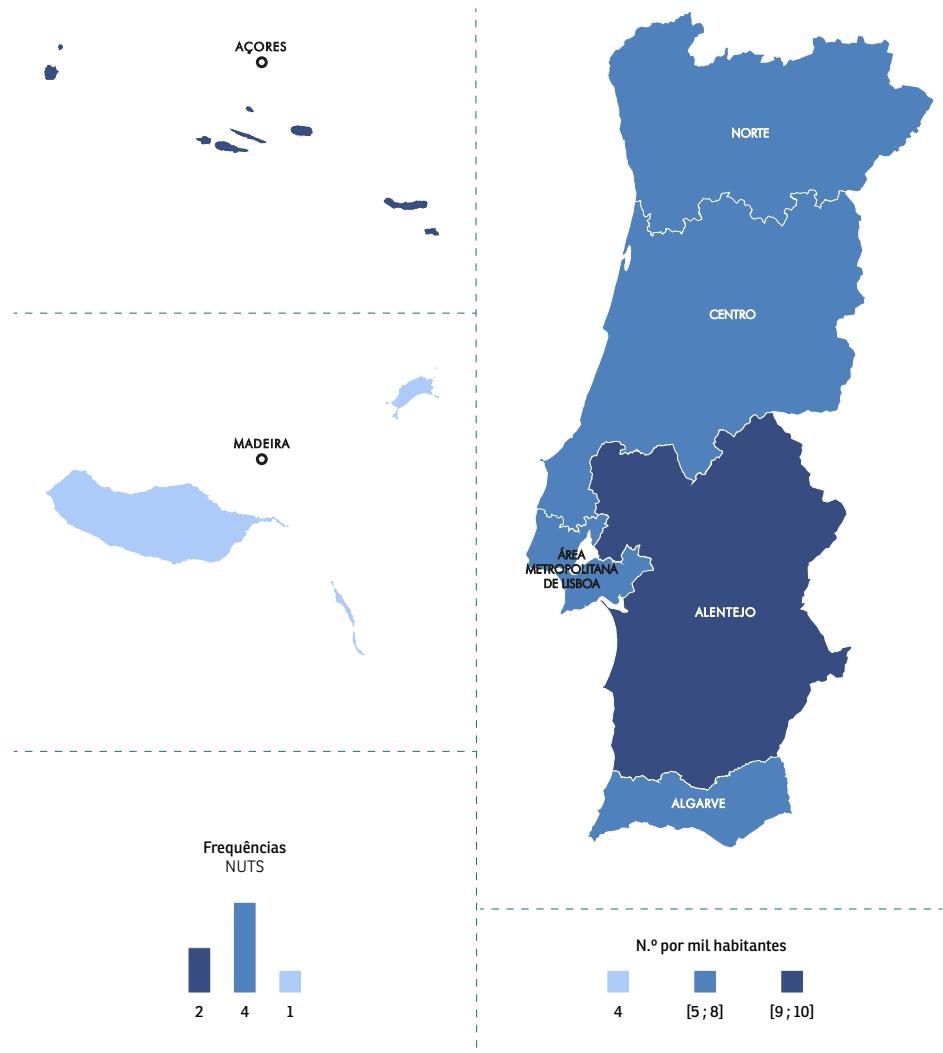


Figura 6

Número de entidades da ES (2020) por mil habitantes (2021), por NUTS II

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Oferecendo uma perspetiva geográfica diferente, designadamente considerando os distritos administrativos, observa-se em 2020 uma concentração mais significativa das entidades de ES nos distritos de Lisboa e Porto, sendo de destacar também Braga e Aveiro. É de salientar que o distrito de Lisboa concentra 20,5% do total de entidades de ES identificadas em 2020.

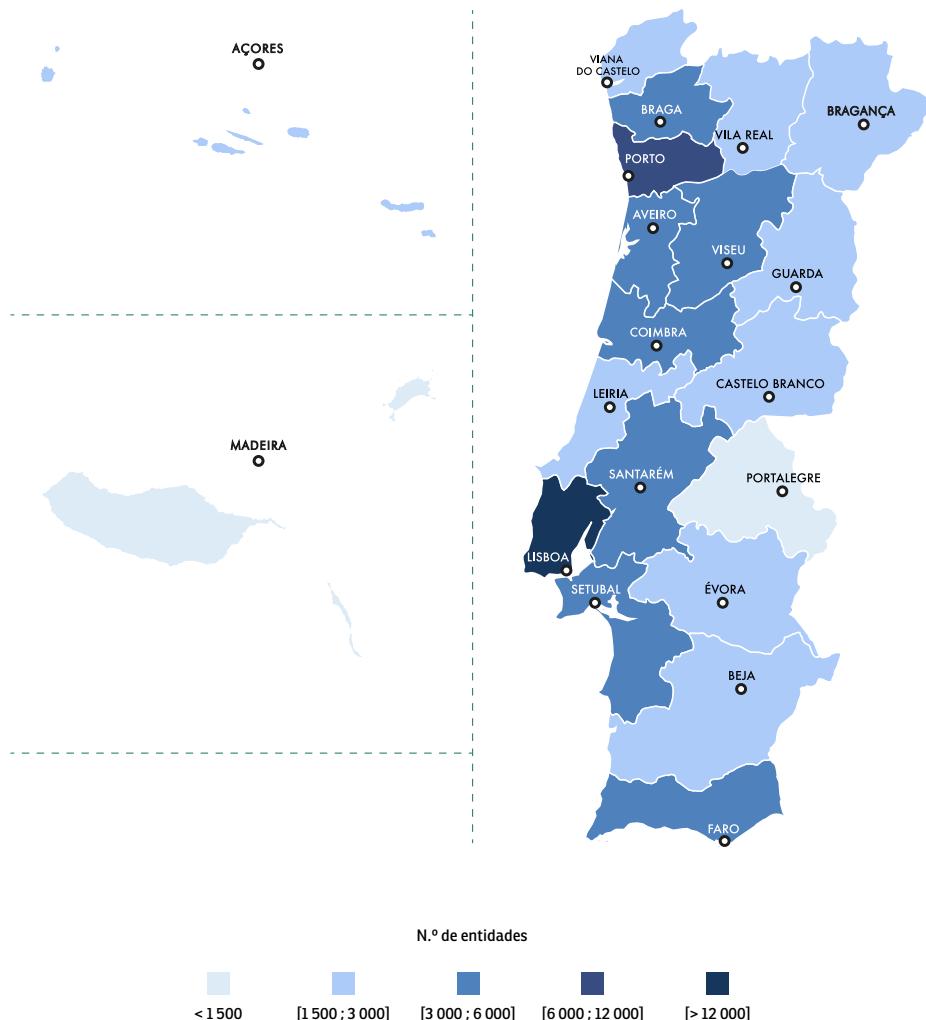


Figura 7

Distribuição das entidades da ES, por Distrito (2020)

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Esta análise adicional permite observar novamente a tendência de litoralização apontada acima, porém, quando considerada a distribuição de entidades da ES por mil habitantes (distritos) a situação inverte-se, encontrando-se as médias mais elevadas nos distritos do interior, em especial no Norte.

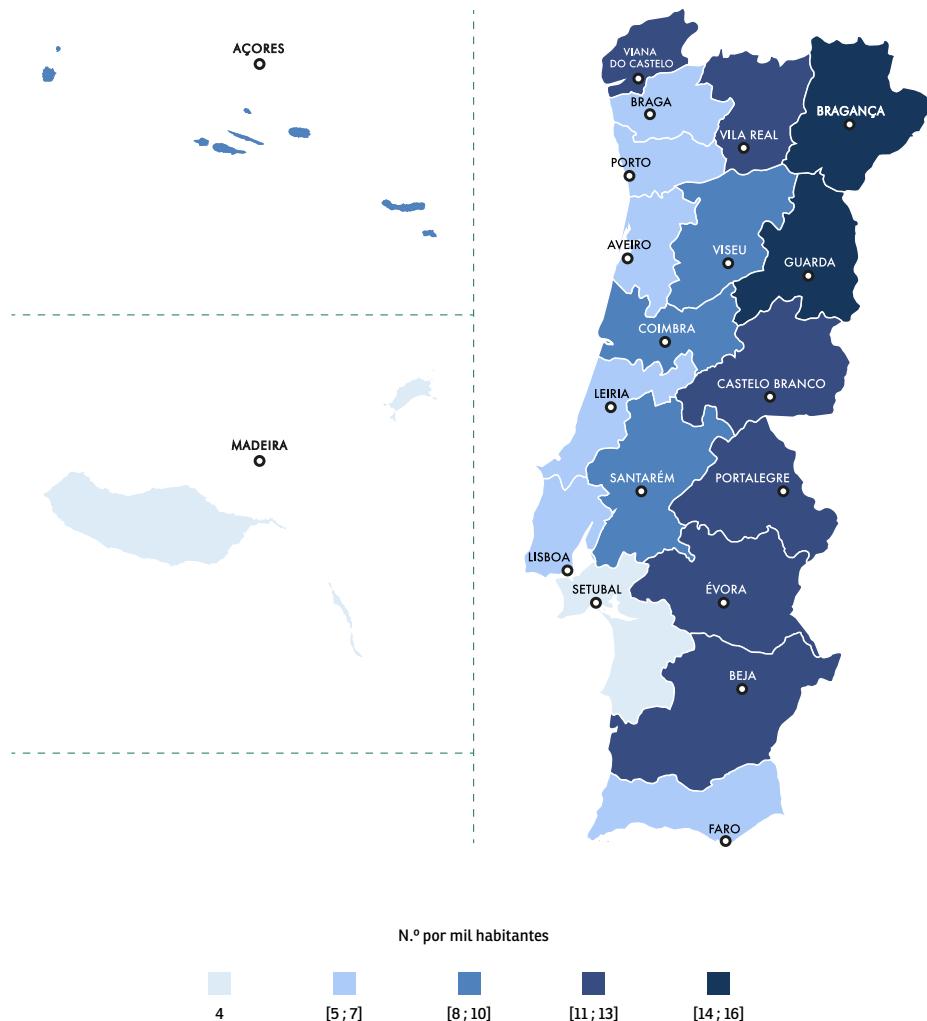


Figura 8
Número de entidades da ES (2020) por mil habitantes (2021), por Distrito
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.4.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS

VAB e emprego da economia social com desempenho mais favorável do que o da economia nacional entre 2019 e 2020

Em 2020, as 73 851 entidades da ES geraram 3,2% do VAB nacional, 5,0% das remunerações, 5,2% do emprego total e 5,9% do emprego remunerado (expresso, em ambos os casos, em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo – ETC). A remuneração média nas entidades da ES correspondia a 85,2% da média nacional, no mesmo ano.

Entre 2019 e 2020, o número de entidades da ES, o VAB e o emprego remunerado aumentaram 0,4%, enquanto o emprego total aumentou 0,3%, registando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional, no primeiro ano em que se fizeram sentir os efeitos adversos da pandemia COVID-19 (o VAB nacional diminuiu 5,8%, o emprego remunerado 1,4% e o emprego total 2,2%).

A saúde (C) e os serviços sociais (D) foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB e emprego: a saúde (C) foi responsável por 25,5% do VAB e 33,2% do emprego remunerado da ES, enquanto os serviços sociais (D) geraram 24,9% do VAB e 29,9% do emprego remunerado da ES, em 2020.

Entre 2019 e 2020, o VAB, o emprego e o emprego remunerado da saúde (C) registaram um crescimento de 2,6%, 1,2% e 1,3%. Nos serviços sociais (D), os principais indicadores registaram variações nominais de -0,1% no VAB, e de +0,5% no emprego e no emprego remunerado.

As organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio (A) congregaram quase 45% do total de unidades da CSES, representando 3,7% do total do VAB e 4,9% do total do emprego remunerado da ES, em 2020.

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)		VAB		Emprego		Emprego Remunerado	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		10 ⁶ EUROS		ETC		ETC	
A Cultura, comunicação e atividades de recreio	32 949	33 063	234	206	12 466	12 526	11 867	11 979
B Educação	4 837	4 815	820	801	31 419	31 276	31 343	31 127
C Saúde	2 404	2 400	1 393	1 428	79 979	80 920	79 889	80 893
D Serviços sociais	6 622	6 606	1 393	1 391	72 792	73 124	72 573	72 966
E Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	819	856	9	9	754	726	727	702
F Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 619	2 634	39	54	2 449	2 359	2 271	2 219
G Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 476	5 561	61	58	2 925	2 869	2 815	2 803
H Filantropia e promoção do voluntariado	334	340	-1	0,4	146	152	139	146
I Religião	8 475	8 543	164	159	8 629	8 665	8 604	8 642
J Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	4 251	4 259	179	180	7 884	7 382	7 513	7 135
K Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 448	2 450	511	519	7 450	7 912	7 261	7 658
L Outras atividades	2 340	2 324	775	792	17 980	17 706	17 755	17 513
Economia Social	73 574	73 851	5 575	5 597	244 873	245 618	242 757	243 783
Economia Nacional	//	//	185 536	174 768	4 807 467	4 701 371	4 175 194	4 115 061
Economia Social / Economia Nacional (%)	//	//	3,0	3,2	5,1	5,2	5,8	5,9

Quadro 1

Distribuição dos principais indicadores ((Ciosfl/TS – Classificação Internacional

de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor)

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

As Associações com fins altruísticos mantiveram-se como o grupo com maior peso da ES, seguindo-se as Cooperativas, em termos de unidades e VAB, e as Misericórdias, no emprego remunerado

Numa análise por grupos de entidades da ES, das quase 74 mil unidades consideradas em 2020, as Associações com fins altruísticos (ACFA), em conjunto com os Subsetores comunitário e autogestionário (SCA) agregavam mais de 95% do total, sendo responsáveis por 62,8% do VAB e 65,5% do emprego remunerado (ETC).

As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da ES com peso relativo mais elevado, em termos do número de unidades e VAB, enquanto as Misericórdias foram o segundo grupo mais relevante em termos de emprego remunerado.

Enquanto o VAB das Fundações e das ACFA, em conjunto com os SCA, diminuiu entre 2019 e 2020 (2,3% e 0,5%, respetivamente), o VAB das Cooperativas, das Associações Mutualistas e das Misericórdias aumentou, no mesmo período (1,3%, 2,5% e 5,3%, respetivamente).

Em termos de emprego remunerado, a evolução dos diferentes grupos foi igualmente heterogénea, observando-se um crescimento do emprego remunerado nas Misericórdias (1,6%) e nas ACFA, em conjunto com os SCA (0,8%) e um decréscimo nas Cooperativas (1,9%), nas Associações Mutualistas (0,1%) e nas Fundações (2,6%).

As Associações Mutualistas, nas quais se incluem algumas entidades do setor financeiro da economia, foram as entidades da ES que apresentaram o VAB gerado por ETC e a remuneração média mais elevados, com valores acima da média nacional, no biénio em análise.

Grupos de Entidades	Unidades		VAB		Remunerações		Emprego Remunerado	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		10 ⁶ EUROS		10 ⁶ EUROS		ETC	
Cooperativas	2 174	2 153	716	725	613	610	23 985	23 530
Associações Mutualistas	91	91	319	327	184	189	4 954	4 949
Misericórdias	376	376	627	660	629	658	40 640	41 308
Fundações	618	618	379	370	354	355	14 798	14 407
Associações com Fins Altruísticos (ACFA) e Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	70 315	70 613	3 535	3 515	3 036	3 089	158 381	159 590
Economia Social	73 574	73 851	5 575	5 597	4 815	4 901	242 757	243 783
Economia Nacional	//	//	185 536	174 768	97 099	97 124	4 175 194	4 115 061
Economia Social / Economia Nacional (%)	//	//	3,0	3,2	5,0	5,0	5,8	5,9

Quadro 2

Distribuição dos principais indicadores, por grupos de entidades

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

**As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)
geraram quase 72% do total do VAB da ES**

No que respeita à distribuição do número de entidades da ES **por setor institucional**, as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) constituíram o setor dominante, congregando 87,2% do total de unidades do universo da CSES, seguindo-se as Sociedades não financeiras e Famílias (S.11+S.14), com 12,6% do total de entidades, no biênio 2019-2020.

As Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15) foram igualmente o setor mais relevante em termos de contribuição para o VAB da ES (71,3% e 71,9% do total em 2019 e 2020, respetivamente), enquanto as Sociedades não financeiras e Famílias (S.11+S.14) geraram, respetivamente, 18,7% e 17,8% do VAB da ES, em 2019 e 2020, respetivamente.

As sociedades financeiras (S.12) foram responsáveis por cerca de 10% do total do VAB da ES, no biênio em análise, enquanto o contributo do setor das Administrações Públicas⁴ (S.13) foi residual para o VAB da ES.

Setor Institucional	Unidades		VAB		Remunerações		Emprego	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		10 ⁶ EUROS		10 ⁶ EUROS		ETC	
Sociedades não financeiras (S.11) + Famílias (S.14)	9 264	9 316	1 042	994	870	858	36 138	35 161
Sociedades financeiras (S.12)	128	130	544	566	363	361	8 084	8 101
Administrações públicas (S.13)	21	21	13	12	13	13	553	542
Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)	64 161	64 384	3 977	4 025	3 569	3 669	200 098	201 814
Economia Social	73 574	73 851	5 575	5 597	4 815	4 901	244 873	245 618
Economia Nacional	//	//	185 536	174 768	97 099	97 124	4 807 467	4 701 371
Economia Social / Economia Nacional (%)	//	//	3,0	3,2	5,0	5,0	5,1	5,2

Quadro 3

Distribuição dos principais indicadores, por setor institucional

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

⁴ Note-se que apenas o grupo das Cooperativas inclui unidades do setor das Administrações Públicas (21, no total). Consultar a Nota metodológica para informação adicional.

1.4.1. VAB

Em 2020, as entidades da ES foram responsáveis por 3,2% do VAB nacional num montante superior a 5,5 mil milhões de euros. Tendo aumentado 0,4% entre 2019 e 2020, o VAB da ES registou um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional, o qual, no primeiro ano em que se fizeram sentir os efeitos adversos da pandemia COVID-19, diminuiu 5,8%.

A saúde (C), os serviços sociais (D) e a educação (B) foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB, sendo responsáveis, em 2020, por 25,5%, 24,9% e 14,3% do VAB respetivamente, o que se alinha com o identificado na CSES de 2016. Importa notar que, em 2019, os serviços sociais (D) e a saúde (C) apresentavam o mesmo peso no VAB da ES (25%), destacando-se o crescimento (2,6%) do VAB das atividades de saúde (C), em 2020, o primeiro ano marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19, passando então a saúde (C) a assumir a primazia na estrutura de VAB das entidades da ES.

Por outro lado, o VAB das atividades relacionadas com cultura, comunicação e atividades de recreio (A) registou um decréscimo de 11,7% em 2020.

Analizando a distribuição do VAB por grupos de entidades, em 2020 as ACFA concentraram 62,1%, do total do VAB da ES, seguindo-se as Cooperativas (13,0%) e as Misericórdias (11,8%), o que representa uma estrutura idêntica não só a 2019 como também à identificada em 2016.

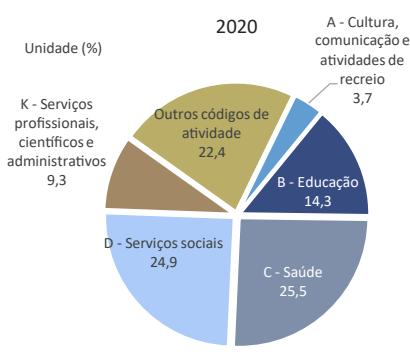


Figura 9
Distribuição (%) do VAB da ES,
segundo CIOSL/TS, 2020



Figura 10
Distribuição (%) do VAB da ES,
por grupos de entidades, 2020

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Tal como em edições anteriores, o VAB por ETC remunerado na ES, com a exceção das Associações Mutualistas, foi inferior à média da economia. Não obstante, é de salientar que não só se verifica entre 2019 e 2020 um aumento deste indicador em todos os grupos de entidades da ES, como, à exceção das Associações Mutualistas, todas as restantes famílias do sector apresentam em 2020 valores superiores aos identificados em 2016.

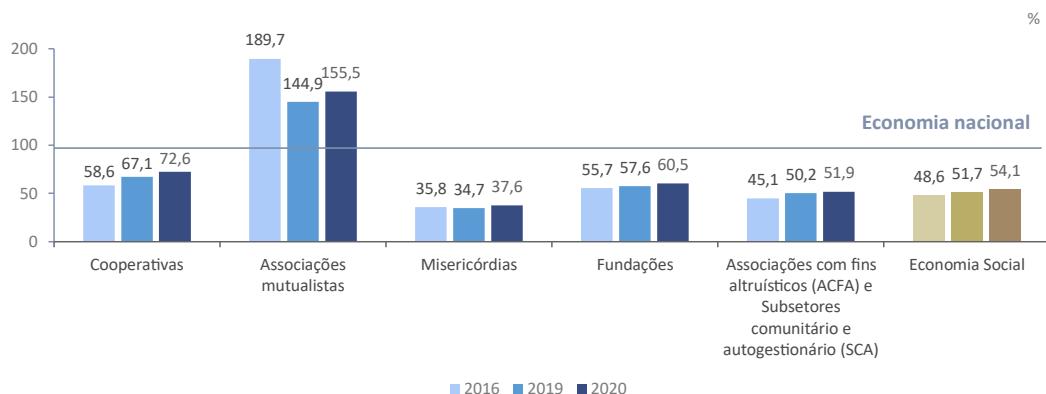


Figura 11
VAB/Emprego (ETC remunerado), por grupos de entidades da ES
(Total da Economia = 100)
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

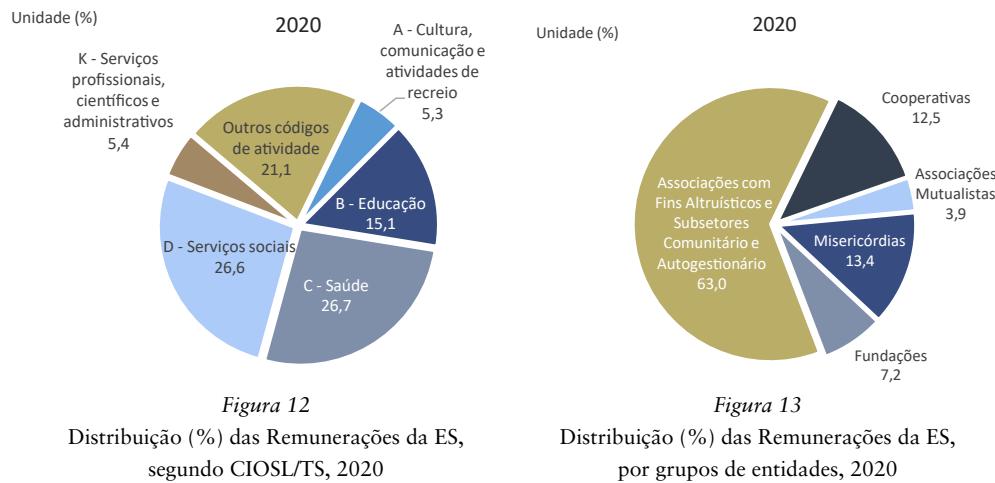
1.4.2. REMUNERAÇÕES

Em 2020, as entidades da ES foram responsáveis por 5,0% das remunerações nacionais num montante superior a 4,1 mil milhões de euros. Tendo aumentado 1,8% entre 2019 e 2020, as remunerações da ES registaram um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional, onde a mesma variável, para o mesmo período, registou um ligeiro aumento de 0,03%.

A saúde (C) representou 26,7% do total de remunerações da ES, sendo imediatamente seguida pelos serviços sociais (D) (26,6%) e pela educação (B) (15,1%). Esta distribuição difere da observada em 2019, anos em que os serviços sociais (D) surgiu em primeiro lugar e em segundo a saúde (C), destacando-se

assim, em mais um indicador, o aumento da importância relativa das atividades de saúde em 2020.

Por grupos de entidades, em 2020 evidenciaram-se as ACFA (63,0%), seguindo-se as Misericórdias (13,4%) e as Cooperativas (12,5%), estrutura semelhante a 2019, mas revelando uma inversão entre Cooperativas e Misericórdias face a 2016.



Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

A remuneração média (por ETC remunerado da ES) foi inferior à da economia nacional, apresentando uma dispersão significativa por grupos de entidades. As Associações Mutualistas constituíam o grupo da ES com a remuneração média mais elevada, seguindo-se as Cooperativas e as Fundações, ambas com remunerações superiores à economia nacional. É de notar que o grupo com a remuneração média mais baixa, as Misericórdias, apresentam, no entanto, remunerações em 2020 mais altas que em 2019 e 2016.

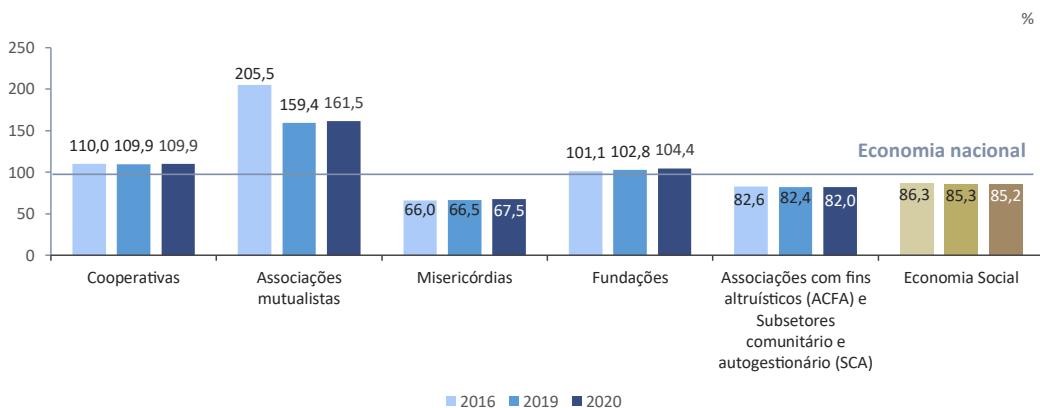


Figura 14
Remunerações/Emprego (ETC remunerado), por grupos de entidades
da ES (Total da Economia = 100)

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

1.4.3. EMPREGO

As entidades da ES foram responsáveis em 2020 por 5,9% do emprego remunerado (ETC) nacional num total superior a 243 mil empregos a tempo completo. Tendo aumentado 0,4% entre 2019 e 2020, o emprego remunerado da ES registou um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional, o qual diminuiu, no mesmo período, 1,4%.

Em 2020, 33,2% do emprego remunerado (ETC) na ES concentrou-se na saúde (C), seguindo-se os serviços sociais (D) (29,9%) e a educação (B) (12,8%), mantendo-se assim uma distribuição idêntica à observada em 2019 e em 2016.

Pela sua importância relativa, destaca-se o aumento de 1,3% do emprego remunerado nas atividades de saúde (C), em 2020, face ao ano anterior.

Analizando o emprego remunerado (ETC) por grupos de entidades da ES em 2020, as ACFA destacaram-se (65,5% do total), seguindo-se as Misericórdias (16,9%) e as Cooperativas (9,7%). Esta distribuição era semelhante em 2019 e também em 2016.

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

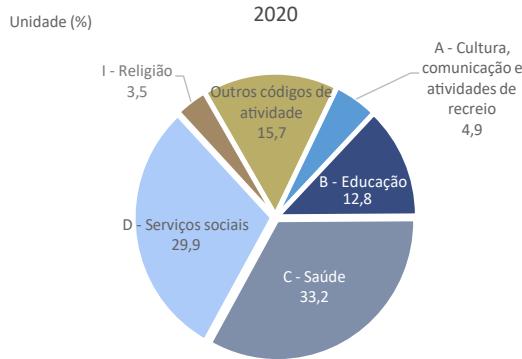


Figura 15
Distribuição (%) do Emprego remunerado (ETC) da ES, segundo CIOSL/TS, 2020

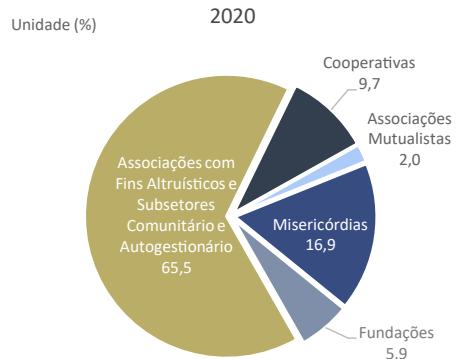


Figura 16
Distribuição (%) do Emprego remunerado (ETC) da ES, por grupos de entidades, 2020

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

**CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL DO TRABALHO NA ES:
EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS DE PRESTAÇÃO DE TRABALHO
A FAVOR DA COMUNIDADE EM ENTIDADES DA ES
2019/2020**

A prestação de trabalho a favor da comunidade consiste numa medida alternativa à pena de prisão, sendo definida como a prestação gratuita de serviços ao Estado, a outras pessoas coletivas de direito público ou a entidades privadas, cujos fins os tribunais considerem de interesse para a comunidade, nas quais se incluem as entidades da Economia Social (ES).

Com base na informação da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)⁵, em 2019 foram identificados, pelo menos, 2 621 indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em 967 entidades da ES. Em 2020, o número identificado foi de pelo menos 1 496 indivíduos, inseridos em 638 entidades do universo da CSES desse ano. É de salientar que, quer em 2019, quer em 2020, o número de indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em entidades de ES correspondeu a mais de metade do total de indivíduos constantes das listagens remetidas pela DGRSP.

Em 2019, 91,5% dos indivíduos identificados prestaram trabalho a favor da comunidade nas ACFA e 5,5% nas Misericórdias. Em 2020, as ACFA e as Misericórdias permaneceram como as famílias da ES que acolheram o maior número de indivíduos (92,3% e 4,7%, respetivamente). É de notar que uma parte expressiva de indivíduos prestaram trabalho a favor da comunidade em entidades detentoras do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), designadamente, 15,9% em 2019 e 18,6% em 2020.

5 De acordo com os Relatórios de atividades da DGRSP, em 2019, registaram-se 11 897 pedidos de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade e em 2020, registaram-se 8 284 pedidos. Com o objetivo de quantificar o número de indivíduos que prestaram trabalho a favor da comunidade em entidades da Economia Social, na sequência de sentença judicial, foi possível obter junto da DGRSP duas listagens com amostras das penas/medidas em execução em 2019 e 2020, as quais representavam, respetivamente, cerca de 40% e 34% do total de penas/medidas em execução nesses anos. Estas listagens, anonimizadas, apenas identificavam as organizações que acolheram 4 717 indivíduos, em 2019, e 2 829 indivíduos, em 2020, com pena ou medida de prestação de trabalho a favor da comunidade, decretada pelo tribunal.

Unidade (%)



Figura 17

Distribuição (%) dos indivíduos com penas e medidas que envolveram prestação de trabalho comunitário, por grupos de entidades da ES

Fonte: INE/CASES a partir de informação prestada pela DGRSP

As principais áreas de atividade, de acordo com a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS), das entidades da ES onde indivíduos prestaram trabalho a favor da comunidade foram, em 2019 e 2020, respetivamente, os serviços sociais (D) (47,2% e 46,2% dos indivíduos), a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (30,5% e 30,3%) e a saúde (C) (12,0% e 11,2%). Em conjunto, as entidades destas três áreas de intervenção acolheram em ambos os anos aproximadamente 90% dos indivíduos que prestaram serviço a favor da comunidade em organizações da ES.

É de realçar que os resultados apresentados para 2019 e 2020 estão em linha com os da edição anterior da CSES (2016), na qual, pela primeira vez, se incluiu informação sobre a execução de penas e medidas de prestação de trabalho a favor da comunidade em entidades da ES.

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

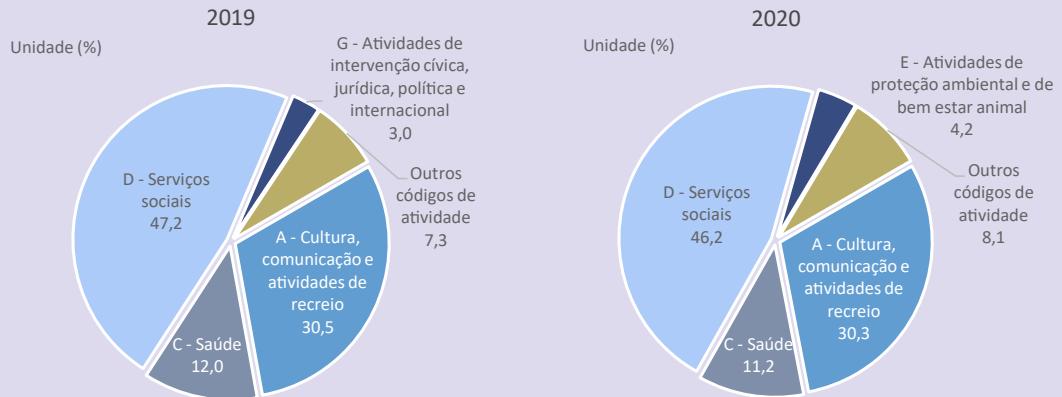


Figura 18

Distribuição (%) dos indivíduos com penas e medidas que envolveram prestação de trabalho comunitário, em entidades da ES, segundo a CIOSFL/TS

Fonte: INE/CASES a partir de informação prestada pela DGRSP

**CARACTERIZAÇÃO ADICIONAL DO TRABALHO NA ES:
TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU
FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO
DE TRABALHO (TPA) EM ENTIDADES DA ES
2019/2020**

De acordo com a informação do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP/MTSSS)⁶, em 2019 foram identificados 13 702 trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA), dos quais 2 078 trabalhavam em entidades pertencentes ao universo da CSES. Em 2020, quer o número total de TPA, quer o número de TPA em entidades da Economia Social (ES), aumentaram para 13 902 e 2 197, respetivamente.

Assim, do total de TPA identificados no Relatório Único, as entidades do universo da CSES congregavam cerca de 15% em 2019 e cerca de 16% em 2020.

Considerando o número de pessoas ao serviço (NPS)⁷ das entidades da ES observa-se que estas, em média, empregavam 2,7 TPA em 2019 e 2,8 TPA em 2020, embora o valor mais frequente observado fosse, em ambos os anos, de 1 TPA por entidade da ES.

Tendo em conta a importância relativa de TPA no NPS, verifica-se adicionalmente que em 2019 e 2020, em média, os TPA representavam cerca de 4% do total de NPS das entidades de ES que identificaram TPA em sede de Relatório Único. Considerando cada família da ES, salienta-se ainda que, em 2019 e 2020, aproximadamente 3% do total de NPS nas ACFA, Cooperativas e Fundações correspondiam a TPA.

Do conjunto de TPA identificados em entidades de ES, observa-se que a grande maioria era do sexo feminino, quer em 2019 (69,2%), quer em 2020 (69,7%). Adicionalmente, em ambos os anos, a maioria dos TPA em entidades da ES tinha entre 45 e 64 anos.

6 Inclui todas as empresas com 10 e mais pessoas ao serviço a 31 de dezembro que, no Relatório Único 2019 e 2020, declararam ter tido trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho (TPA).

7 De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP/MTSSS).

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

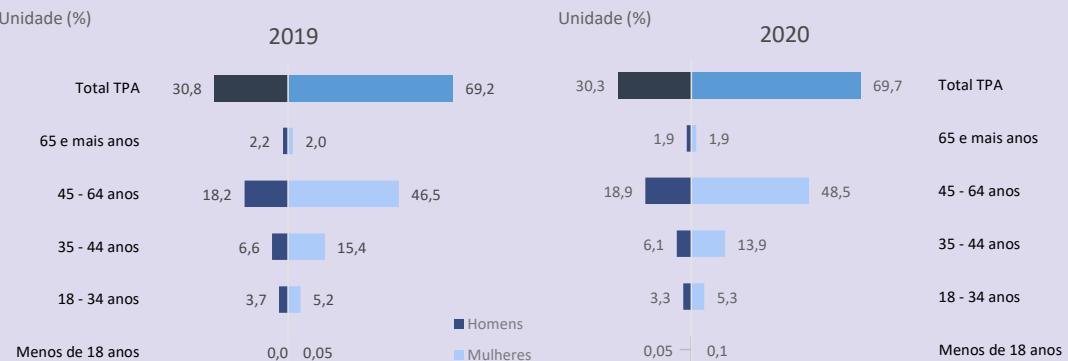


Figura 19

Distribuição (%) de TPA em entidades da ES, por sexo e escalão etário

Fonte: INE/CASES a partir do Relatório Único (GEP/MTSSS)

Considerando os diferentes graus de incapacidade⁸ dos TPA em análise, mais de 70% apresentavam uma incapacidade de 60% ou inferior a 80%, tanto em 2019 como em 2020. É de destacar uma maioria feminina em todos os graus de incapacidade.

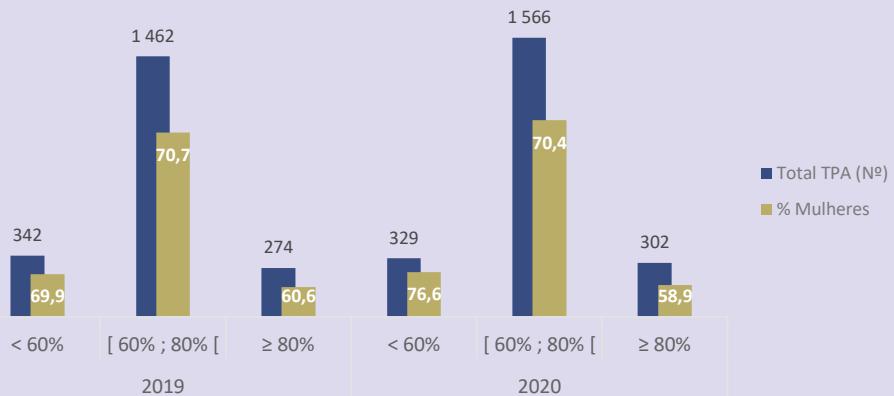


Figura 20

Distribuição de TPA em entidades da ES,

por grau de incapacidade (nº) e sexo (%)

Fonte: INE/CASES a partir do Relatório Único (GEP/MTSSS)

⁸ De acordo com o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei definido pelo Decreto-lei 174/97, de 19 de julho e o Decreto-lei 291/2009, de 12 de outubro.

Dos 2 078 TPA identificados em 2019 em entidades de ES, mais de 50% trabalhavam nas ACFA, seguindo-se as Misericórdias (18,3%) e as Cooperativas (16,4%). É de salientar que 1 384 indivíduos trabalhavam em entidades detentoras do estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), ou seja, as IPSS agregavam cerca de 10% do total de TPA identificados em sede de Relatório Único e 66,6% do total TPA das entidades da ES.

Analizando a distribuição de TPA por grupos de entidades da ES em 2020, continua a observar-se que a maioria trabalhava nas ACFA (52,2%), Misericórdias (17,9%) e Cooperativas (15,1%). Destaca-se igualmente o contributo das IPSS para este tipo de emprego, ligeiramente superior ao de 2019, já que os TPA nestas entidades correspondiam em 2020 a cerca de 11% do total de TPA e a 67,5% do total de TPA em exercício de funções em entidades da ES.

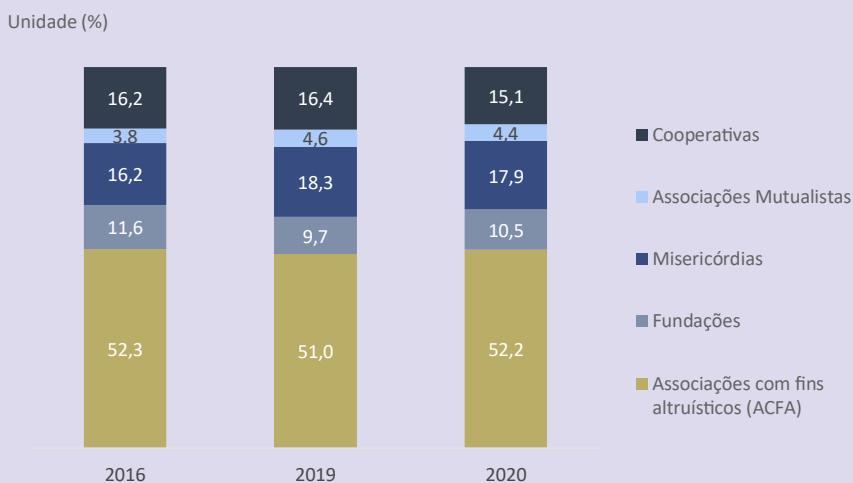


Figura 21
Distribuição (%) de TPA, por grupos de entidades de ES
Fonte: INE/CASES a partir do Relatório Único (GEP/MTSSS)

A saúde (C) e os serviços sociais (D) concentravam, quer em 2019, quer em 2020, cerca de 61% dos TPA das entidades da ES, seguindo-se a educação (B) (14,1% em 2019 e 14,6% em 2020).

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

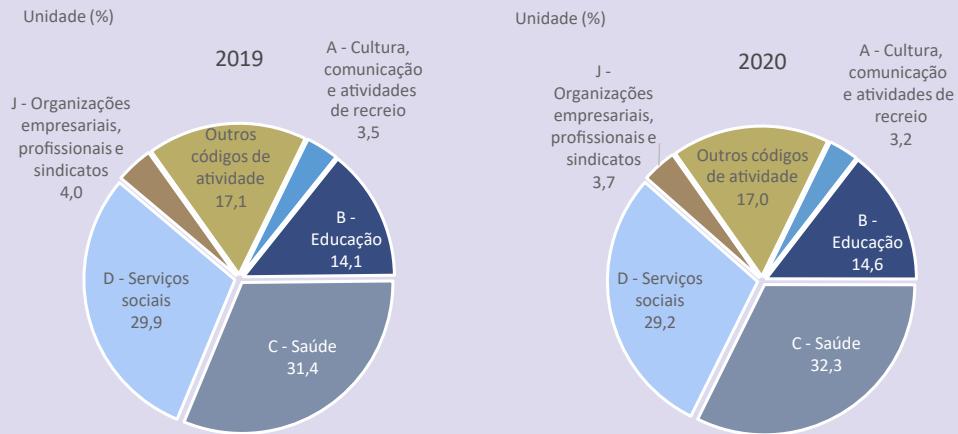


Figura 22

Distribuição (%) de TPA em entidades da ES, segundo a CIOSFL/TS

Fonte: INE/CASES a partir do Relatório Único (GEP/MTSSS)

Adicionalmente, é de referir que as mulheres são maioritárias em todos os grupos de entidades de ES e em todas as atividades, em ambos os anos.

1.5.

A ES NA ECONOMIA PORTUGUESA

Apesar de terem sido introduzidas algumas alterações conceptuais e metodológicas nas diferentes edições da CSES (2010, 2013, 2016, 2019-2020)⁹, a consistência com as Contas Nacionais Portuguesas permite contextualizar a importância da ES na economia portuguesa entre 2010 e 2020.

Entre 2010 e 2013, a manutenção do peso do VAB da ES na economia nacional (2,8%) e o aumento do peso do emprego remunerado da ES no total do emprego remunerado (de 5,5% em 2010 para 6,0% em 2013), são ilustrativos da resiliência do setor no contexto da crise económica e financeira que então afetou Portugal.

Com efeito, a evolução das principais variáveis macroeconómicas em 2013, comparativamente a 2010, indicava que a ES constituía um “amortecedor” em períodos de crise, funcionando em contraciclo para responder a necessidades sociais prementes que, em geral, se agravam nesses períodos.

Na presente edição da CSES, verifica-se que a variação nominal do VAB da ES (+0,4%) e da economia nacional (-5,8%), no último ano do biênio, resultou num aumento da importância relativa do VAB da ES no VAB da economia nacional de 3,0%, em 2019, para 3,2%, em 2020: o mais elevado das quatro edições da CSES.

⁹ As edições de 2013 e 2016 são consistentes com a base 2011 das contas nacionais e a edição de 2019-2020 é consistente com a base 2016 das contas nacionais. Todas têm como referência o quadro conceptual do SEC 2010. A edição de 2010 é consistente com a base 2006 das contas nacionais e tem como referência o SEC 95.

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

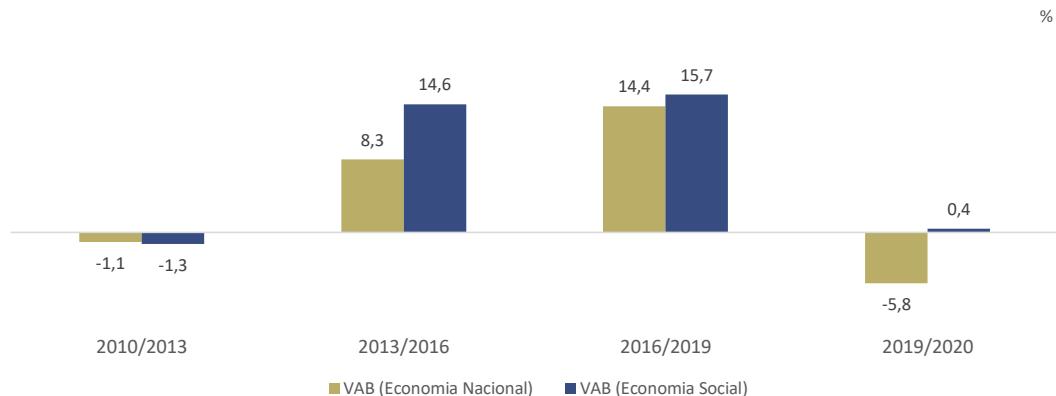


Figura 23

Taxas de variação (%) do VAB na economia social e nacional, entre 2010 e 2020

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

Em 2020, o emprego e o emprego remunerado da ES registaram ligeiros aumentos (0,3% e 0,4%, respetivamente), face a 2019, enquanto na economia nacional se observava um decréscimo do emprego e do emprego remunerado (-2,2% e -1,4%, respetivamente).

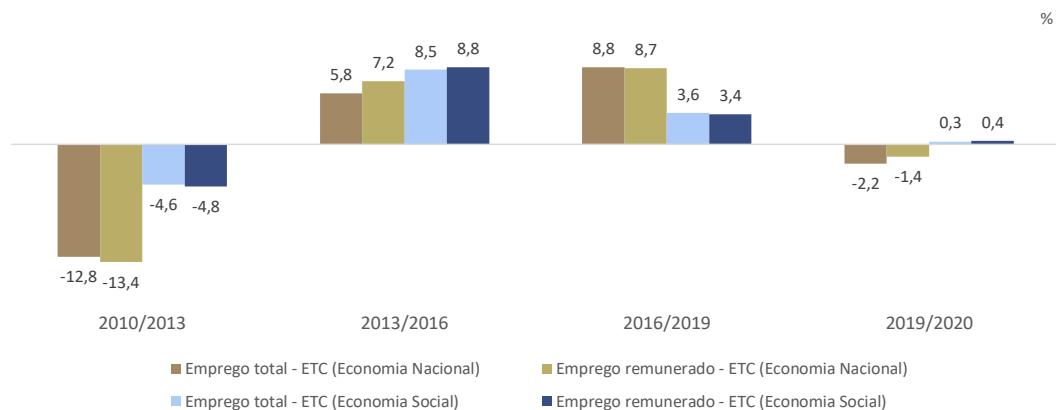


Figura 24

Taxas de variação (%) do emprego total e emprego remunerado (ETC)

na economia social e nacional, entre 2010 e 2020

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

Assim, e à semelhança de 2013, os resultados dos principais indicadores macroeconómicos da ES, em 2020, confirmaram a tendência de evolução da ES em contraciclo com a economia portuguesa, num novo período de crise.

Tal como nas edições anteriores, o VAB por ETC, assim como o VAB por ETC remunerado na ES, com exceção das Associações Mutualistas, permaneceu inferior à média da economia nacional.

A remuneração média (por ETC remunerado da ES) foi inferior à da

	Unidade	Níveis	2010	2013	2016	2019	2020
Número de unidades	N.º	CSES	55 383	61 268	71 885	73 574	73 851
VAB	10^6 euros	CSES	4 263	4 207	4 819	5 575	5 597
		EN	151 426	149 768	162 226	185 536	174 768
Emprego (ETC)	N.º	CSES	228 124	217 744	236 288	244 873	245 618
		EN	4 792 750	4 178 797	4 419 870	4 807 467	4 701 371
VAB/ETC	10^3 euros	CSES	18,7	19,3	20,4	22,8	22,8
		EN	31,6	35,8	36,7	38,6	37,2
Remunerações	10^6 euros	CSES	3 955	3 973	4 322	4 815	4 901
		EN	86 814	76 280	81 854	97 099	97 124
Emprego (ETC) remunerado	N.º	CSES	226 935	215 963	234 886	242 757	243 783
		EN	4 138 163	3 582 077	3 839 523	4 175 194	4 115 061
Remunerações médias	10^3 euros	CSES	17,4	18,4	18,4	19,8	20,1
		EN	21,0	21,3	21,3	23,3	23,6
Remunerações/VAB	%	CSES	92,8	94,5	89,7	86,4	87,6
		EN	57,3	50,9	50,5	52,3	55,6

economia nacional (85,3% e 85,2%, em 2019 e 2020, respetivamente), em linha com os resultados das anteriores edições da Conta, apresentando uma dispersão significativa por grupos de entidades.

Analizando o rácio remunerações/VAB, conclui-se que uma parte significativa do VAB da ES se destina a remunerações (86,4% e 87,6% em 2019 e 2020, respetivamente), percentagem muito superior à observada no conjunto da economia (52,3% e 55,6%, em 2019 e 2020, respetivamente).

	Tx. de var. (%)				CSES/EN (%)				
	2010/2013	2013/2016	2016/2019	2019/2020	2010	2013	2016	2019	2020
	10,6	17,3	2,3	0,4	//	//	//	//	//
	-1,3	14,6	15,7	0,4	2,8	2,8	3,0	3,0	3,2
	-1,1	8,3	14,4	-5,8	4,8	5,2	5,3	5,1	5,2
	-4,6	8,5	3,6	0,3	59,1	53,9	55,6	59,0	61,3
	-12,8	5,8	8,8	-2,2	4,6	5,2	5,3	5,0	5,0
	3,4	5,6	11,6	0,1	5,5	6,0	6,1	5,8	5,9
	13,4	2,4	5,1	-3,7	83,1	86,4	86,3	85,3	85,2
	0,4	8,8	11,4	1,8	161,9	185,4	177,7	165,0	157,6
	-12,1	7,3	18,6	0,0					
	-4,8	8,8	3,4	0,4					
	-13,4	7,2	8,7	-1,4					
	5,6	0,0	7,8	1,4					
	1,5	0,1	9,1	1,5					
	1,7 p.p.	-4,8 p.p.	-3,3 p.p.	1,2 p.p.					
	-6,4 p.p.	-0,5 p.p.	1,9 p.p.	3,2 p.p.					

Quadro 4

Principais Resultados da Conta Satélite da Economia Social 2010, 2013, 2016, 2019 e 2020,
tendo como referência a economia portuguesa (Contas Nacionais)

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

BENEFÍCIOS FISCAIS DAS ENTIDADES DA ECONOMIA SOCIAL 2019/2020

Considerando a informação publicada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)¹⁰, foram identificadas 10 830 entidades da Economia Social (ES) com benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2019, no montante global de 238 milhões de euros, correspondendo a 7,4% do total de benefícios fiscais listados pela AT (por beneficiário e tipo de imposto) nesse mesmo ano (3 216 milhões de euros).

Em 2020 foram identificadas menos entidades da ES com benefícios fiscais (9 315) e em montante global inferior (212,1 milhões de euros), contudo, corresponderam a uma proporção superior do total de benefícios fiscais listados pela AT por beneficiário e tipo de imposto, designadamente, 9,3% em 2 287,8 milhões de euros.

Analizando a distribuição de benefícios fiscais por grupos de entidades da ES em 2019 e 2020, destacam-se as ACFA, que, respetivamente, congregaram 64,1% e 66,0% do total de benefícios fiscais atribuídos à ES, seguindo-se as Misericórdias, com cerca de 15% em ambos os anos.

Mais se destaca que as entidades da ES com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reuniram cerca de 4% de todos os benefícios fiscais em 2019 e cerca de 5% em 2020.

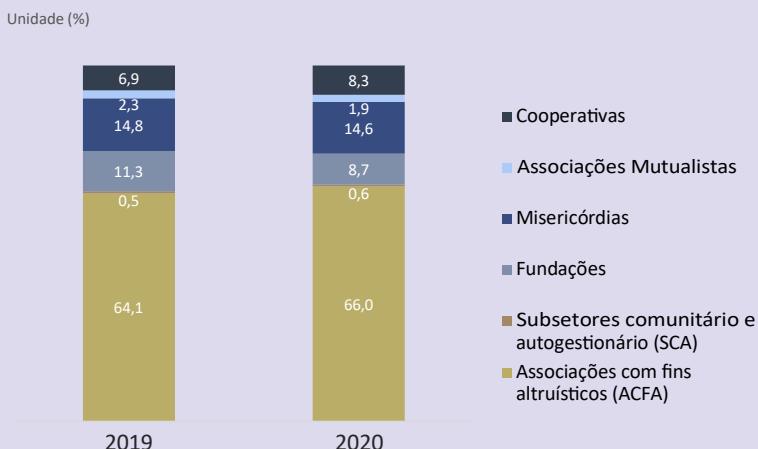


Figura 25

Distribuição (%) dos benefícios fiscais, por grupos de entidades da ES

Fonte: INE/CASES a partir de informação da AT sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2019 e 2020 (lista de beneficiários por tipo de imposto)

10 Disponível em: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/Area_Beneficios_Fiscais/Paginas/default.aspx

Numa análise por tipo de imposto, observou-se que foi no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que tiveram origem mais de metade dos benefícios fiscais das entidades da ES nos dois anos, designadamente, 55,6% em 2019 e 57,4% em 2020. Seguem-se os benefícios fiscais com origem no Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que representaram 22,6% do total de benefícios fiscais destas entidades em 2019, e 23,5% em 2020.

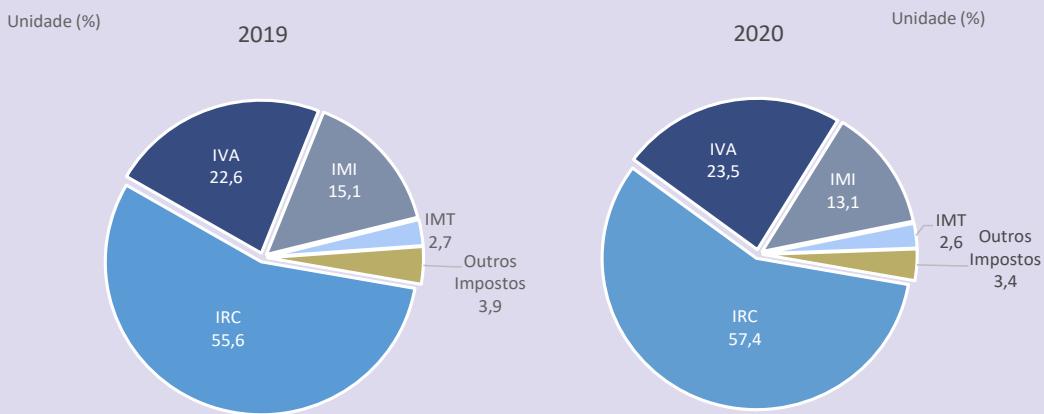


Figura 26

Distribuição (%) dos benefícios fiscais das entidades da ES, por tipo de imposto

Fonte: INE/CASES a partir de informação da AT sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2019 e 2020 (lista de beneficiários por tipo de imposto)

Examinando a importância relativa dos benefícios fiscais das entidades da ES no total de benefícios fiscais identificados pela AT, por tipo de imposto, em 2019 é de destacar o peso do IVA, que representou 39,7% do total de benefícios fiscais com origem neste imposto. Seguiram se nesse ano o Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), no âmbito dos quais as entidades da ES terão beneficiado, respetivamente, de 30,3% e de 18,5% do total.

Considerando a mesma análise para 2020, apesar de, e à semelhança de 2019, os benefícios fiscais das entidades da ES continuarem a representar cerca de 40% do total de benefícios com origem no IVA, é no IMI que os benefícios fiscais destinados à ES têm maior peso em 2020 – 48,6% do total de benefícios com origem neste imposto. Esta evolução no biénio em análise é explicada pela

elevada redução dos benefícios fiscais totais atribuídos na economia nacional com origem no IMI (cerca de 71%), a qual, embora tenha tido também reflexos no montante total atribuído ao sector da ES, manifestou-se de forma significativamente inferior (decréscimo de cerca de 23%). Em terceiro lugar surge o IUC, no âmbito do qual as entidades da ES terão beneficiado de 16,5% do total.



Figura 27

Peso dos benefícios fiscais das entidades da ES
no total de benefícios fiscais (%), por tipo de imposto

Fonte: INE/CASES a partir de informação da AT sobre os benefícios fiscais relativos ao período de tributação de 2019 e 2020 (lista de beneficiários por tipo de imposto)

2.

CARACTERIZAÇÃO DA ES POR PRINCIPAIS ENTIDADES

O Quadro seguinte sintetiza os principais resultados por grupos de entidades, apresentando a principal atividade observada em cada grupo em 2020 relativamente ao total de unidades, ao VAB, às remunerações e ao emprego remunerado, cuja análise, em maior detalhe, se apresenta a seguir.

Grupos de Entidades		Unidades		VAB		Remunerações		Emprego Remunerado	
		N.º	%	10 ⁶ Euros	%	10 ⁶ Euros	%	ETC	%
Economia Social	Atividade Principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio		44,8		Saúde		33,2	
	Total da ES	73 851		5 597		26,7		243 783	
Cooperativas	Atividade Principal	Outras Atividades		48,7		Atividades financeiras e de seguros		30,4	
	Total das Cooperativas	2 153		725		610		23 530	
	Percentagem das Cooperativas na ES	2,9		13,0		12,5		9,7	
Associações Mutualistas	Atividade Principal	Serviços Sociais		48,4		Atividades financeiras e de seguros		87,2	
	Total das Ass. Mutualistas	91		327		189		4 949	
	Percentagem das Ass. Mutualistas na ES	0,1		5,8		3,9		2,0	
Misericórdias	Atividade Principal	Saúde		83,5		Saúde		87,4	
	Total das Misericórdias	376		660		658		41 308	
	Percentagem das Misericórdias na ES	0,5		11,8		13,4		16,9	
Fundações	Atividade Principal	Serviços Sociais		26,1		Educação		33,0	
	Total das Fundações	618		370		355		14 407	
	Percentagem das Fundações na ES	0,8		6,6		7,2		5,9	
Associações com Fins Altruísticos (ACFA) e Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA)	Atividade Principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio		45,4		Serviços Sociais		38,8	
	Total das ACFA + SCA	70 613		3 515		3 089		159 590	
	Percentagem das ACFA + SCA na ES	95,6		62,8		63,0		65,5	

Quadro 5

Quadro síntese da CSES, por grupo de entidades e atividade principal, 2020

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

2.1.

GRUPOS DE ENTIDADES DA ES

2.1.1.

COOPERATIVAS

Em 2020, observou-se um ligeiro decréscimo (-1,0%) no total de Cooperativas, face a 2019, tendo sido consideradas no universo da ES um total de 2 153 Cooperativas. Comparando com a anterior edição da CSES (2016), registou-se uma diminuição de 8,1% no total de unidades deste grupo da ES.

As principais atividades desenvolvidas foram as outras atividades (L), que congregaram cerca de 48% das unidades em 2020, de entre as quais se destacaram o comércio (L40), com 13,2%, a indústria (L20), com 13,1% e a agricultura, silvicultura e pesca (L10), com 12,3%. Seguiu-se a cultura, comunicação e atividades de recreio (A), com 14,7% das Cooperativas, em 2020.

Em 2020, o VAB das Cooperativas aumentou ligeiramente (1,3%), o que contrastou com a redução das remunerações (-0,4%), do emprego (-2,0%) e do emprego remunerado (1,9%), em relação a 2019.

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Cooperativas (N.º)	2 343	2 174	2 153	-7,2	-1,0
VAB (10 ⁶ euros)	604	716	725	18,5	1,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	572	613	610	7,1	-0,4
Emprego - ETC (N.º)	24 940	24 510	24 026	-1,7	-2,0
Emprego remunerado - ETC (N.º)	24 402	23 985	23 530	-1,7	-1,9

Quadro 6

Evolução dos principais indicadores - Cooperativas

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Em termos de VAB, destacaram-se as atividades financeiras e de seguros (L60) que, correspondendo a cerca de 4% do total de Cooperativas, foram responsáveis por aproximadamente 35% do VAB, no biênio 2019-2020.

A distribuição de remunerações foi semelhante à do VAB, com as atividades financeiras e de seguros (L60) a suportarem cerca de 30% das remunerações deste grupo da ES, no biénio em análise.

No que respeita ao emprego remunerado (ETC), destacaram-se as entidades da educação (B) com 21,2% e 20,6% do total de emprego remunerado deste grupo, em 2019 e 2020.

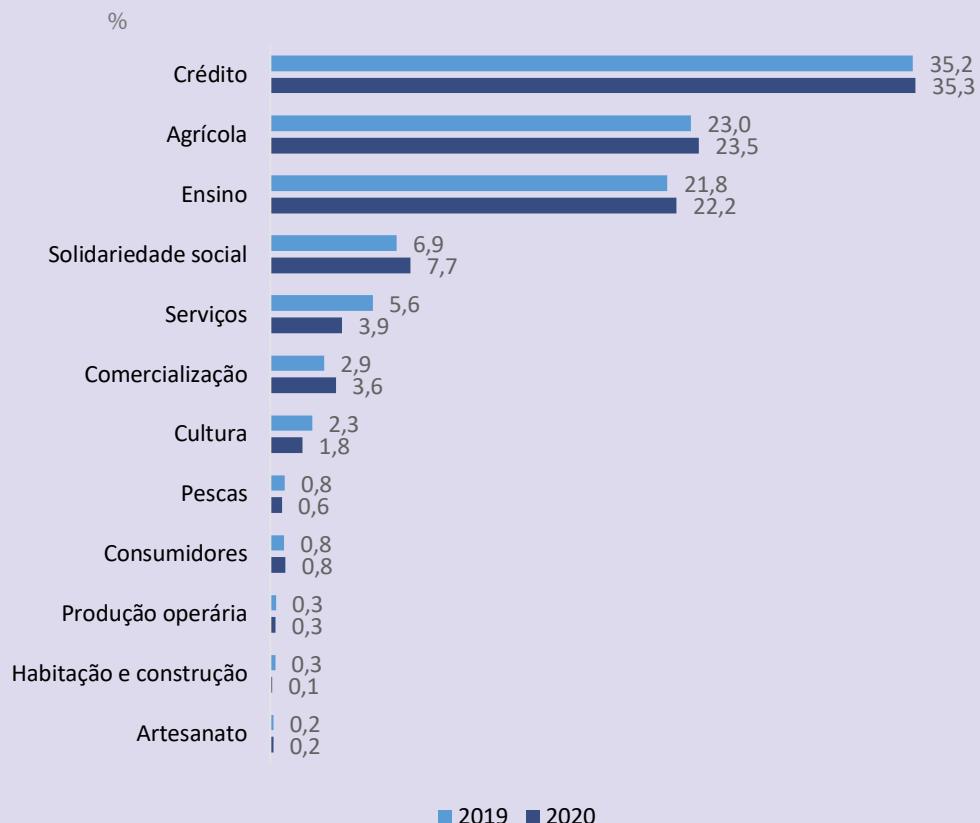
RAMOS COOPERATIVOS 2019/2020

A CSES utiliza a nomenclatura estatística “*International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations* (ICNP/TSO)”, “Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)”, do manual “*Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas, em linha com as recomendações e boas práticas internacionais. (Ver *Nota Metodológica* para mais informação sobre esta nomenclatura e sobre a classificação das unidades, de acordo com a mesma).

Não obstante, o Código Cooperativo (Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto) estabelece, no seu artigo 4.º, que o setor Cooperativo compreende 12 ramos (que classificam as atividades desenvolvidas pelas Cooperativas), sem prejuízo de ser admitida a constituição de Cooperativas multisectoriais, que se caracterizam por poderem desenvolver atividades próprias de diversos ramos.

A presente secção pretende dar resposta a uma necessidade de informação do setor, apresentando, pela primeira vez, informação sobre a distribuição do VAB das Cooperativas, segundo os ramos cooperativos.

Os ramos Crédito, Agrícola e Ensino congregavam cerca de 80% e 81% do total do VAB das Cooperativas, em 2019 e 2020, respetivamente, o que corresponde a aproximadamente 573 e 588 milhões de euros nesses anos.



■ 2019 ■ 2020

Figura 28

Distribuição (%) do VAB das Cooperativas, por ramos cooperativos

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

2.1.2.

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Em 2019 e 2020, o número de Associações Mutualistas fixou-se num total de 91 unidades, em que 48,4% atuavam na área dos serviços sociais (D) e 25,3% desenvolviam atividades de saúde (C). Comparando com a anterior edição da CSES (2016), o total de Associações Mutualistas diminuiu 6,2%.

Contrariamente ao VAB e às remunerações, que aumentaram em 2020 (2,5% e 2,8%, respetivamente), o emprego (incluindo o emprego remunerado) manteve-se praticamente inalterado (-0,1%), face ao ano anterior.

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Associações Mutualistas (N.º)	97	91	91	-6,2	0,0
VAB (10^6 euros)	388	319	327	-17,8	2,5
Remunerações dos empregados (10^6 euros)	212	184	189	-14,4	2,8
Emprego - ETC (N.º)	4 842	4 954	4 949	2,3	-0,1
Emprego remunerado - ETC (N.º)	4 842	4 954	4 949	2,3	-0,1

Quadro 7
Evolução dos principais indicadores – Associações Mutualistas
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

As atividades financeiras e de seguros (L60) representaram 88,5% e 92,4% do total do VAB das Associações Mutualistas, em 2019 e 2020, respetivamente. Estas atividades destacam-se igualmente na distribuição das remunerações, representando 86,8% e 87,2% do total das remunerações, nesses anos.

As atividades financeiras e de seguros (L60) concentraram 73,3% do total do emprego remunerado, seguindo-se a saúde (C), com quase 14% do total no biénio em análise.

As Associações Mutualistas mantêm-se como o único grupo da ES em que as remunerações médias e o rácio VAB/ETC remunerado são superiores aos valores observados na economia nacional.

2.1.3.

MISERICÓRDIAS

Em 2019 e 2020, este grupo da ES incluiu um total de 376 unidades, menos 2,8% que em 2016. Quase 84% das Misericórdias desenvolviam a sua atividade na área da saúde (C), enquanto cerca de 15% atuavam na área dos serviços sociais (D), no biénio em análise.

Em 2020, o VAB das Misericórdias aumentou 5,3% e as remunerações aumentaram 4,6%, em linha com a tendência de crescimento do emprego (1,6%) e do emprego remunerado (1,6%).

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Misericórdias (N.º)	387	376	376	-2,8	0,0
VAB (10 ⁶ euros)	597	627	660	5,0	5,3
Remunerações dos empregados (10 ⁶ euros)	555	629	658	13,2	4,6
Emprego - ETC (N.º)	39 452	40 656	41 308	3,1	1,6
Emprego remunerado - ETC (N.º)	39 445	40 640	41 308	3,0	1,6

Quadro 8

Evolução dos principais indicadores – Misericórdias

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

A saúde (C) foi a atividade mais relevante em termos de VAB (87,8% e 87,6% em 2019 e 2020, respetivamente), e de emprego remunerado (88,5% no biénio).

Os serviços sociais (D) constituíram a segunda atividade mais relevante das Misericórdias, tendo gerado quase 11% do VAB e cerca de 10% do emprego remunerado deste grupo da ES, em 2020.

As Misericórdias apresentam as remunerações médias e o resultado do rácio VAB/ETC remunerado mais reduzidos entre os diferentes grupos da ES, no biénio em análise. A remuneração média foi de 15,5 e 15,9 mil euros, em 2019 e 2020, respetivamente, enquanto na ES os valores atingiram 19,8 e 20,1 mil euros, em cada um dos anos. Na mesma linha, o VAB/ETC remunerado foi de 15,4 mil euros, em 2019, e 16 mil euros, em 2020, abaixo da média da ES, cujo valor ascendeu a 23 mil euros no biénio.

2.1.4. FUNDAÇÕES

No biénio 2019-2020, o número de Fundações manteve-se em 618, tal como em 2016. Cerca de 26% das Fundações desenvolveram atividades nos serviços sociais (D), seguindo-se a cultura, comunicação e atividades de recreio (A) (quase 21%) e a saúde (C) (aproximadamente 18%).

Em 2020, o VAB das Fundações diminuiu 2,3%, face ao ano anterior. O emprego e o emprego remunerado registaram igualmente decréscimos de 2,7% e 2,6%, respetivamente, enquanto as remunerações aumentaram 0,4%, no último ano do biénio.

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Fundações (N.º)	619	618	618	-0,2	0,0
VAB (10^6 euros)	332	379	370	14,1	-2,3
Remunerações dos empregados (10^6 euros)	304	354	355	16,2	0,4
Emprego - ETC (N.º)	14 151	14 919	14 516	5,4	-2,7
Emprego remunerado - ETC (N.º)	14 113	14 798	14 407	4,9	-2,6

Quadro 9

Evolução dos principais indicadores – Fundações

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

A educação (B), apesar de congregar apenas 10% das Fundações, foi a atividade mais relevante na estrutura do VAB deste grupo (32,8% e 32,1%, em 2019 e 2020, respetivamente). A saúde (C) constituiu a segunda atividade com mais peso no VAB (21,7% e 20,9%, nos mesmo anos). Em termos de emprego remunerado, a atividade mais importante, em 2019, foi a saúde (C), com 33,7% do emprego remunerado. Em 2020, a educação (B) superou a saúde (C), representando 32,3% do emprego remunerado.

2.1.5.

ASSOCIAÇÕES COM FINS ALTRUÍSTICOS (ACFA) E SUBSETORES COMUNITÁRIO E AUTOGESTIONÁRIO (SCA)

Em 2020, as ACFA, em conjunto com os SCA, integravam 70 613 unidades (68 996 ACFA e 1 617 SCA), observando-se um aumento de 0,4%, face a 2019. Este aumento fica a deverse ao crescimento no número de ACFA nesse período (0,5%) já que o número de SCA diminuiu 1,2% entre 2019 e 2020. Comparativamente a 2016, o número de entidades aumentou 3,2%, observando-se mais uma vez que esse aumento derivou do crescimento das ACFA (3,3%), observando-se uma redução no número de SCA (3,6%).

Cerca de 47% das ACFA desenvolviam a sua atividade na área da cultura, comunicação e atividades de recreio (A), seguindo-se a religião (I) (12,3%) e os serviços sociais (D) (9%), no biénio 2019-2020. Os SCA concentravam-se maioritariamente na agricultura, silvicultura e pesca (L10), na qual se classificaram, respetivamente, 56,4% e 57,1% destas unidades, em 2019 e 2020.

Entre 2019 e 2020 observou-se uma ligeira diminuição do VAB (-0,5%) nestes dois grupos da ES, que contrasta com a evolução positiva das remunerações (+1,8%), do emprego (+0,6%) e do emprego remunerado (+0,8%).

	2016	2019	2020	Taxa de Variação (%) 2016/2019	Taxa de Variação (%) 2019/2020
Número de Associações com fins altruísticos + Subsetores comunitário e autogestionário (N.º)	68 439	70 315	70 613	0,4	2,7
VAB (10^6 euros)	2 898	3 535	3 515	-0,5	22,0
Remunerações dos empregados (10^6 euros)	2 678	3 036	3 089	1,8	13,4
Emprego - ETC (N.º)	152 903	159 834	160 819	0,6	4,5
Emprego remunerado - ETC (N.º)	152 084	158 381	159 590	0,8	4,1

Quadro 10

Evolução dos principais indicadores – ACFA e SCA

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

No que respeita ao VAB, as atividades mais relevantes foram os serviços sociais (D) (34,1% e 34,6%, em 2019 e 2020, respetivamente), seguindo-se a saúde (C) (20,9% e 21,4%, nos mesmos anos) e a educação (B) (14,8% e 14,2%, em 2019 e 2020, respetivamente).

Os serviços sociais (D) foram igualmente mais relevantes em termos de emprego remunerado (quase 39% no biénio 2019-2020).

**SOCIEDADES COMERCIAIS COM CAPITAL
100% PARTICIPADO POR ENTIDADES DA ES
2019/2020**

Os valores apresentados na CSES não incluem as sociedades comerciais participadas por entidades da ES. A presente secção pretende, de forma autónoma e complementar à informação apresentada anteriormente, evidenciar a relevância dos grupos económicos das Cooperativas, mantendo assim um apuramento especial realizado desde a segunda edição da CSES, e acrescentar, pela primeira vez, informação sobre as participações dos restantes grupos de entidades da ES.

I.

**SOCIEDADES COMERCIAIS COM CAPITAL
100% PARTICIPADO POR COOPERATIVAS**

Em 2019 e 2020, foram identificadas 71 sociedades comerciais (incluindo sociedades gestoras de participações sociais) cujo capital era integralmente detido por Cooperativas do universo da CSES, existindo informação económico-financeira disponível para cerca de 60 unidades.

Este conjunto de sociedades comerciais gerou, respetivamente, 84,6 milhões de euros e 121,2 milhões de euros de VAB, em 2019 e 2020. As indústrias transformadoras representavam 76,3% e 61,5% do total de VAB destas empresas, em 2019 e 2020, respetivamente.

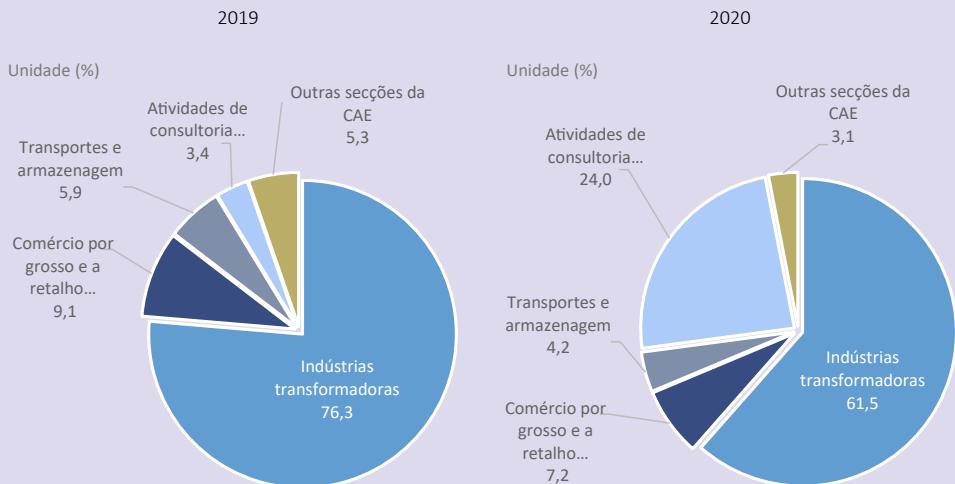


Figura 29

Distribuição do VAB das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

Nestas empresas, o valor das remunerações pagas ascendeu a 58,7 milhões de euros e 60,6 milhões de euros, em 2019 e 2020, respetivamente, concentrando-se mais de 2/3 deste montante nas indústrias transformadoras (69,8% em 2019 e 71,6% em 2020).

Em termos de emprego remunerado, este grupo de sociedades comerciais ocupou 2 335 e 2 253 postos de trabalho, em 2019 e 2020.

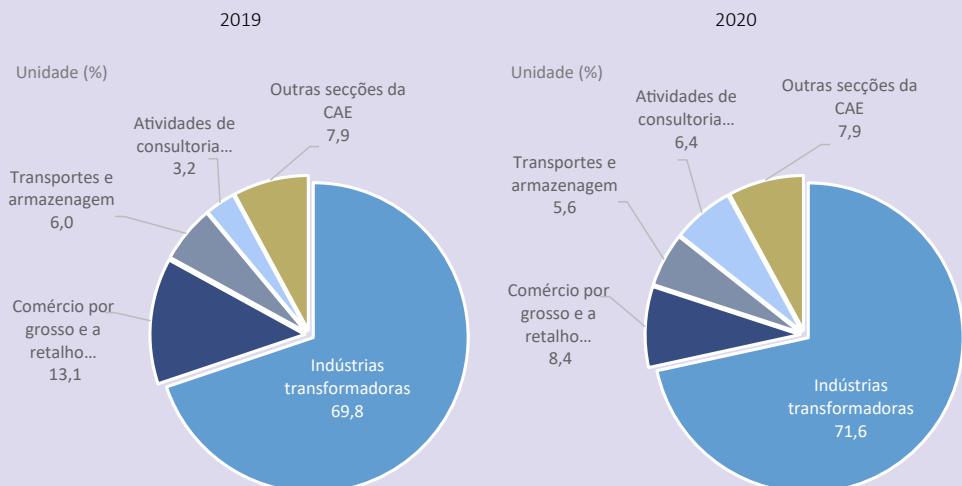


Figura 30

Distribuição das remunerações das sociedades 100% participadas por Cooperativas, por atividade

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

Se fosse considerado o contributo destas sociedades comerciais, o VAB do setor cooperativo igualaria ou superaria os 800 milhões de euros, em 2019 e 2020, reforçando a posição das Cooperativas como o segundo grupo de entidades mais relevante da ES no biênio. De igual modo, o VAB da ES passaria a representar 3,1% e 3,3% do total de VAB da economia nacional, em 2019 e 2020, respetivamente.

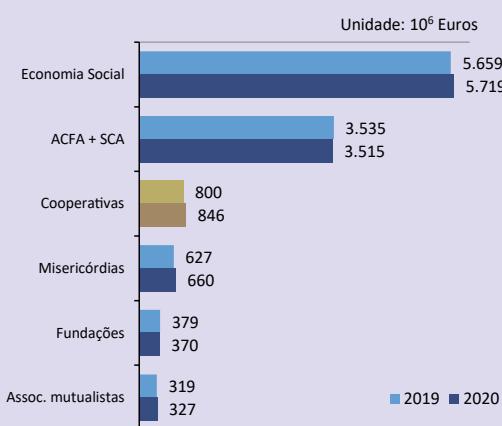


Figura 31
VAB da Economia Social,
por grupos de entidade, incluindo as sociedades
participadas 100% pelas Cooperativas

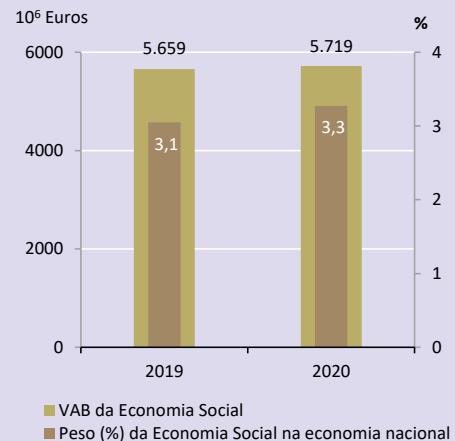


Figura 32
VAB da Economia Social
incluindo as sociedades participadas
100% pelas Cooperativas

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Contas Nacionais)

II.

**SOCIEDADES COMERCIAIS COM CAPITAL
100% PARTICIPADO POR OUTRAS ENTIDADES DA ES**

À semelhança das Cooperativas, também as outras entidades da ES (Misericórdias, Associações Mutualistas, Fundações e ACFA) são detentoras de participações em sociedades comerciais.

Com recurso à informação recolhida no âmbito do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 (ISES), foi possível identificar 63 sociedades comerciais detidas a 100% por entidades da ES, das quais 52,4% detidas por ACFA e 34,9% detidas por Fundações.

Este conjunto de sociedades comerciais gerou, respetivamente, 26,3 milhões de euros e 13,6 milhões de euros de VAB, em 2019 e 2020.

Nestas empresas, o valor das remunerações pagas ascendeu a 17,8 milhões de euros e 20,1 milhões de euros, em 2019 e 2020, respetivamente. Em termos de emprego, existiam 775 e 753 postos de trabalho nestas sociedades comerciais, em 2019 e 2020.

Grupos da Economia Social	Entidades Participadas	VAB			Remunerações		Emprego	
		2018	2019	2020	2019	2020	2019	2020
		N.º	Mil Euros		Mil Euros		N.º	
Associações Mutualistas		3	222	114	0	0	1	1
Misericórdias		5	375	354	883	926	57	56
Fundações		22	5 037	4 250	4 903	4 037	241	239
Associações com fins altruísticos		33	20 638	8 884	11 990	15 144	476	457
Total		63	26 272	13 602	17 776	20 107	775	753

Quadro 11

Informação sobre sociedades comerciais com capital 100% participado por entidades da ES

Fonte: INE/CASES (Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 e Contas Nacionais)

Adicionado o contributo destas sociedades comerciais, o VAB do setor da economia social seria superior 5,6 milhões de euros em 2019 e 2020, não alterando, porém, o seu peso no VAB da economia nacional em nenhum dos anos.

2.2.

ENTIDADES COM ESTATUTOS ESPECIAIS

2.2.1.

INSTITUIÇÕES PARTICULARARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL OU EQUIPARADAS (IPSS)

Foram identificadas 5 511 e 5 476 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado, em 2019 e 2020, respetivamente, observando-se um decréscimo face às duas anteriores edições da CSES (5 584 em 2013 e 5 622 em 2016).

Assim, em 2019 e 2020, 7,5% e 7,4% do total de entidades da ES detinham o estatuto de IPSS ou equiparado, respetivamente, sendo estas maioritariamente constituídas por ACFA (83,8%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4,8%), as Cooperativas (3,0%) e as Associações Mutualistas (1,6%).

Mais de 97% das entidades incluídas nos grupos das Misericórdias e Associações Mutualistas e menos de 10% do total de Cooperativas e de ACFA detinham estatuto de IPSS.

As IPSS desenvolveram a sua atividade sobretudo nos serviços sociais (D) (cerca de 55%), seguindo-se a saúde (C) (cerca de 27%) e a educação (B) (7,0%).

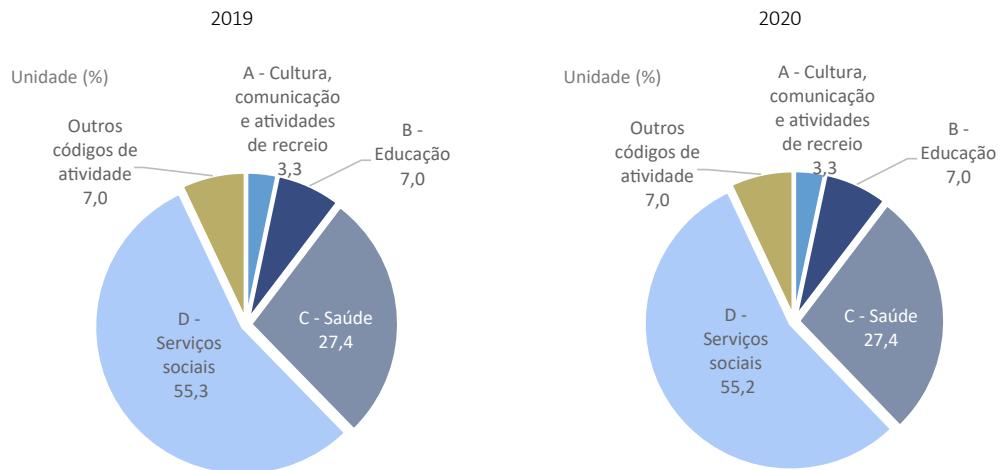


Figura 33
Distribuição (%) das IPSS, segundo a Classificação Internacional
de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

No que respeita ao VAB, a atividade dominante foi a saúde (C) (cerca de 51%), seguindo-se os serviços sociais (D) (mais de 37%) e a educação (B) (mais de 9%), alterando-se ligeiramente a hierarquia face à distribuição do número de unidades.

Enquanto o VAB da saúde (C) aumentou 2,9% em 2020, o VAB dos serviços sociais (D) e da educação (B) diminuíram 0,7% e 2,4% face ao ano anterior, respetivamente.

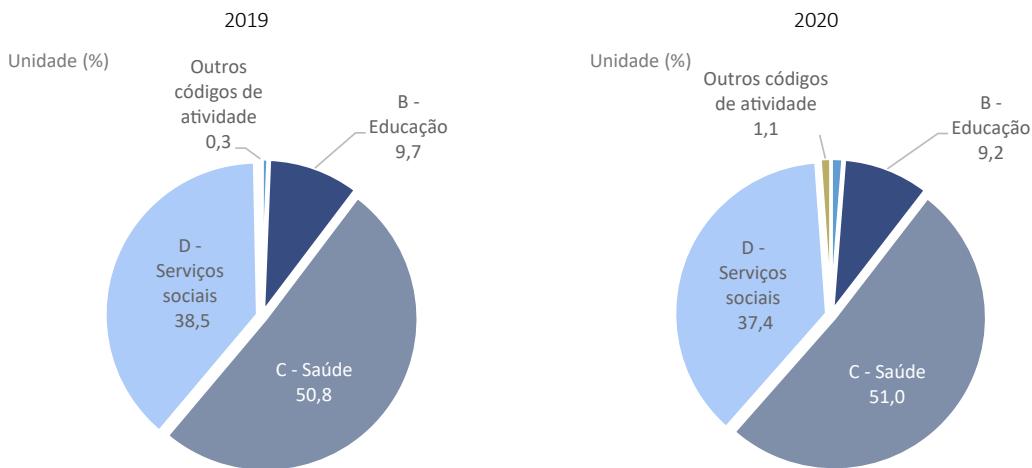


Figura 34
Distribuição (%) do VAB das IPSS, segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Entre 2019 e 2020, o emprego remunerado nas IPSS registou uma diminuição de 1%. O comportamento do emprego remunerado foi semelhante ao do VAB, tendo-se registado, entre 2019 e 2020, um acréscimo na saúde (C), apesar de ligeiro (0,02%), e um decréscimo nos serviços sociais (2,1%) e na educação (1,8%).

Em 2020, as IPSS reforçaram a sua importância relativa na ES, representando mais de 40% da produção, 44,8% do VAB, 53,3% das remunerações e 31,7% dos outros subsídios à produção.

No mesmo ano, o peso do emprego remunerado das IPSS no total do emprego remunerado da ES foi ligeiramente inferior ao observado em 2019: 63,8% em 2019 e 62,9% em 2020, o que totaliza aproximadamente 154 mil trabalhadores em ambos os anos.

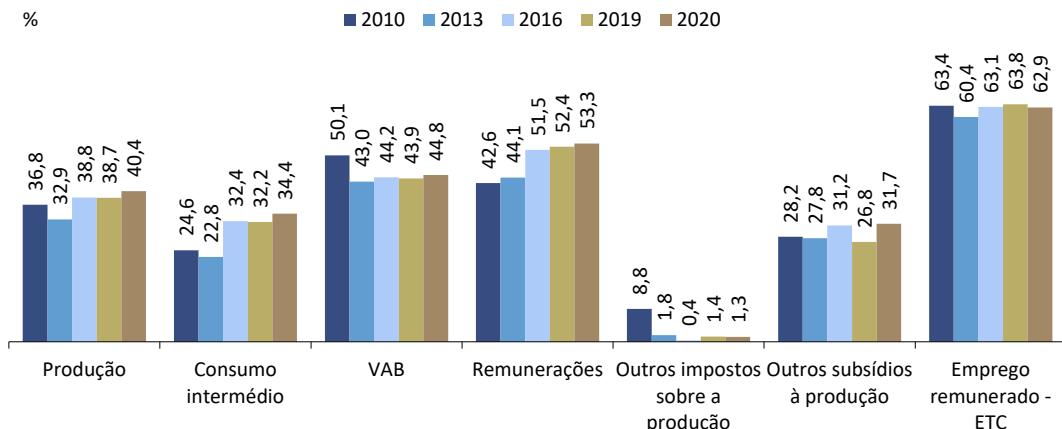


Figura 35

Importância relativa (%) das IPSS na ES

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

2.2.2. OUTRAS ENTIDADES DA ES DETENTORAS DE ESTATUTOS ESPECIAIS

Em 2019 e 2020, respetivamente, foram identificadas:

- 103 e 107 entidades com o estatuto de Organizações não governamentais de ambiente (ONGA), cujo VAB se cifrou em 6,3 e 7,0 milhões de euros;
- 162 e 163 entidades detentoras do estatuto de Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), que geraram 63,8 e 70,8 milhões de euros de VAB;
- 294 e 305 Organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD). O VAB das ONGPD ascendeu a 131,2 e 162,5 milhões de euros;
- 9 entidades nas Associações não governamentais de mulheres (ONGM), sendo o estatuto menos numeroso. Foram responsáveis por um VAB próximo de 1 milhão de euros, no biénio em análise;
- 98 e 95 Associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID), que geraram 3,4 e 3,8 milhões de euros de VAB, respetivamente.

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

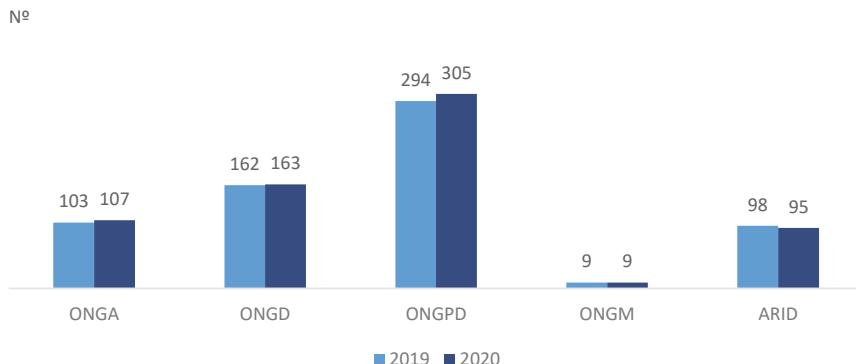


Figura 36

Número de entidades detentoras de estatutos especiais

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Nota: Estas entidades podem deter mais do que um estatuto específico, pelo que, não deve ser efetuado um somatório (total) das unidades.

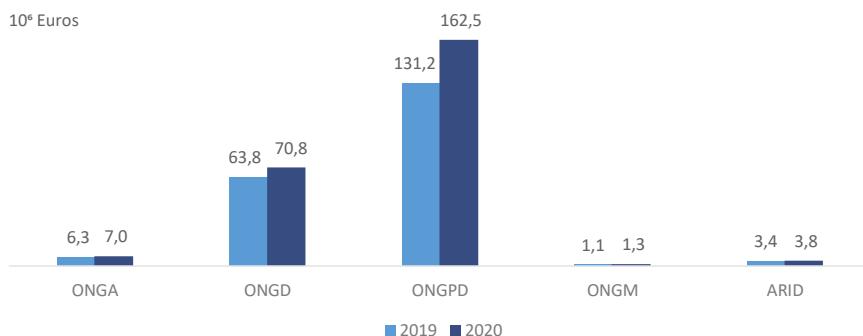


Figura 37

VAB gerado pelas entidades detentoras de estatutos especiais

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Nota: Estas entidades podem deter mais do que um estatuto específico, pelo que, não deve ser efetuado um somatório (total) dos valores.

As ACFA congregaram a totalidade ou a maioria destas entidades detentoras de estatutos especiais no biénio em análise:

- 100% das ONGA, das ONGM e das ARID, 88,9% das ONGD e 82,3% das ONGPD, em 2019;
- 100% das ONGA, das ONGM e das ARID, 89,0% das ONGD e 83,0% das ONGPD, em 2020.

3. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Não existem muitos países que tenham implementado, de forma regular e sistemática, a compilação de Contas Satélite da ES. Adicionalmente, deve referir-se que as comparações com os resultados dos demais países deverão ser efetuadas com alguma cautela, uma vez que não existe inteira coincidência temporal dos resultados, nem total harmonização no tipo de unidades consideradas no perímetro da ES.

No que respeita ao peso relativo da ES na economia nacional (VAB ou PIB), Portugal apresenta a terceira posição mais elevada entre os sete países da União Europeia com informação disponível.

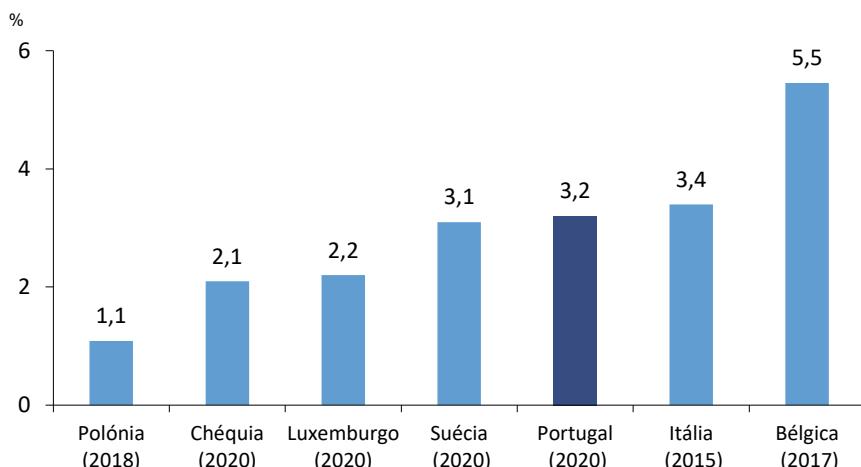


Figura 38

Peso da ES na Economia Nacional (VAB ou PIB)

Fontes: Statistics Poland (*Social Economy Satellite Account for Poland 2018*);

Czech Statistical Office (*Satellite account of non-profit institutions*); STATEC (*Panorama en chiffres de l'économie sociale et solidaire / Séquence des comptes de l'économie sociale et solidaire.*); Statistics Sweden (*The Civil Society 2020*), INE (Conta Satélite da Economia Social); ISTAT (*L'Economia Sociale in Italia*); e Institut des comptes nationaux (*Compte satellite des institutions sans but lucratif 2009-2017*)

Nota: Na Suécia, o indicador apresentado expressa o peso do VAB da ES no PIB nacional.

Nos demais casos, o indicador refere-se ao peso do VAB no VAB nacional.

Em termos de peso do emprego remunerado¹¹ da ES no emprego remunerado da economia nacional, Portugal surge num escalão intermédio, com um registo ligeiramente inferior à média dos 28 países da União Europeia, posicionando-se entre a Estónia e a Dinamarca, à semelhança do que se observou na CSES 2016.

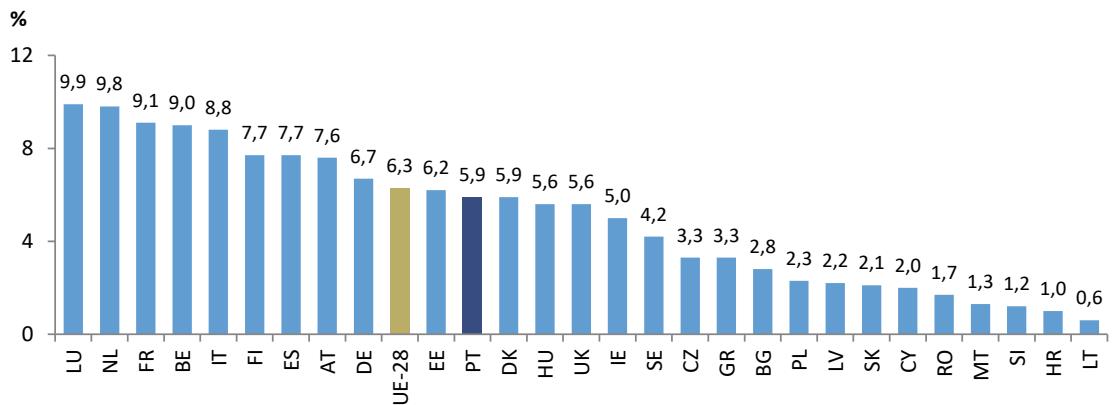


Figura 39

Peso do emprego remunerado da ES no emprego remunerado total da Economia Nacional
Fontes: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social) e CIRIEC (“Evolução recente da economia social na União Europeia” (demais países e registos – 2014-2015)

11 Não foi possível confirmar se, em todos os países, se trata de emprego remunerado medido em ETC.

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
E A ECONOMIA SOCIAL
2019/2020**



Os resultados da CSES permitem analisar o contributo da ES para os indicadores 9.2.1 – Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB e *per capita*¹², 9.2.2 – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total¹³ e 10.4.1. – Proporção do trabalho no PIB¹⁴, que monitorizam as metas 9.2 e 10.4 dos ODS.

No que respeita ao indicador 9.2.1., o peso do VAB da indústria transformadora da ES no PIB nacional cifrou-se em 0,13% (em 2010), 0,06% (em 2013) e 0,05% (em 2016, 2019 e 2020).



■ VAB da indústria transformadora da ES em % do PIB ■ VAB da indústria transformadora nacional em % do PIB

Figura 40
VAB da indústria transformadora da ES em percentagem do PIB vs. VAB
da indústria transformadora nacional em percentagem do PIB

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Dossiê temático Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

12 Dossiê temático disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfsgd&objetivo=9&indicador=9.2&indicador2=9.2.1

13 Dossiê temático disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfsgd&objetivo=9&indicador=9.2&indicador2=9.2.2

14 Dossiê temático disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfsgd&objetivo=10&indicador=10.4&indicador2=10.4.1

Relativamente ao indicador 9.2.2., o emprego (expresso em indivíduos) na indústria transformadora do setor da ES representou 0,13%, 0,10%, 0,08% e 0,07% do emprego total, medido em indivíduos, em 2010, 2013, 2016, e em 2019-2020 respetivamente.

Note-se que no total de VAB da ES a indústria transformadora foi apenas responsável por cerca de 5,1% em 2010, 2,4% em 2013, 1,8% em 2016 e 2019 e 1,7% em 2020. No que respeita ao emprego, a indústria transformadora representou 2,8%, 1,9% e 1,5% nos anos de 2010, 2013 e 2016, respetivamente, e no último biénio, 1,5% e 1,4% do emprego da ES, medido em indivíduos.

Assim, a indústria transformadora embora não detenha uma importância residual no VAB e no emprego gerados pela ES, está longe de se apresentar como uma das atividades mais representativas deste setor em matéria de VAB e emprego, o que se traduz num reduzido contributo para ambos os indicadores analisados, no contexto do ODS 9.



Figura 41

Emprego da indústria transformadora da ES em percentagem do emprego total vs. Emprego da indústria transformadora nacional em percentagem do emprego total

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Dossiê temático Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Quanto ao indicador 10.4.1, a proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB nacional ascendeu a 2,3% (em 2010, 2013 e 2016), 2,2% (em 2019) e 2,4% (em 2020).

Conta Satélite da Economia Social 2019/2020

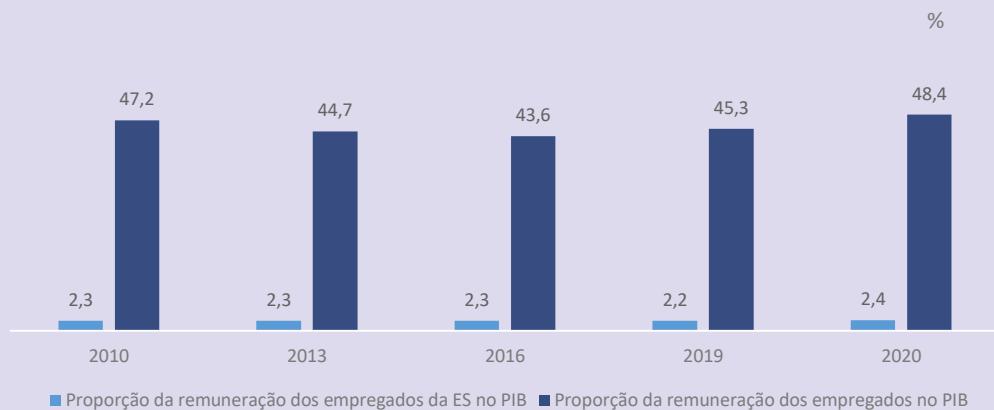


Figura 42

Proporção da remuneração dos empregados da ES no PIB vs. Proporção da remuneração nacional dos empregados no PIB

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Dossiê temático Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Note-se que o peso da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES representou entre 94,5%, e 86,4%, valores máximo e mínimo observados entre 2010 e 2020. Esta percentagem é muito superior à observada na economia nacional, cujo valor máximo, no mesmo período, se cifrou em 55,6% (em 2020).

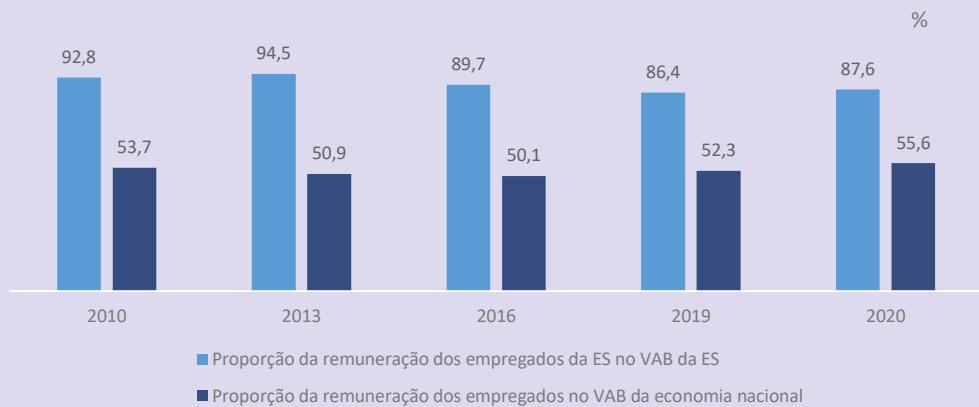


Figura 43

Proporção da remuneração dos empregados da ES no VAB da ES vs. Proporção da remuneração nacional dos empregados no VAB da economia nacional

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social e Dossiê temático Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

Por último, é de notar que além dos contributos para os ODS supra identificados, as entidades da ES desempenham um papel fundamental no combate à pobreza e à fome, na promoção do trabalho digno e luta contra a discriminação de género, no acesso a saúde, educação e justiça, bem como na proteção ambiental, concorrendo para outros ODS. Neste sentido, importa referir que a presente análise apenas incide sobre os contributos para ODS para os quais é possível obter informação a partir das variáveis da CSES, sem esgotar a amplitude da contribuição das entidades da Economia Social para a concretização das metas ambiciosas de Desenvolvimento Sustentável.

NOTA METODOLÓGICA

1. INTRODUÇÃO

A CSES 2019-2020, produzida pelo INE em colaboração com a CASES, encontra-se integrada no quadro conceptual do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas (SCNP). O principal objetivo da CSES é disponibilizar informação económica sobre a ES, desenhado como um satélite das Contas Nacionais (CN). A escolha das CN como referência reflete a sua importância enquanto representação do funcionamento da Economia, fiável, sistematizada e comparável internacionalmente.

2. REFRÊNCIAS METODOLÓGICAS

As contas satélite das CN têm como primeiro referencial os conceitos e métodos das CN, definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010). As contas satélite têm como objetivo ampliar a capacidade de observação de fenómenos particulares, constituindo extensões com maior detalhe das CN.

A CSES 2019-2020 tem ainda como principal referência metodológica a Lei de Bases da Economia Social (Lei n.º 30/2013, de 8 de maio) que, entre outras matérias, estabelece o tipo de entidades que devem integrar a ES, assim como os princípios orientadores que devem pautar as atividades desenvolvidas por estas entidades.

3. CONCEITOS E NOMENCLATURAS

Na elaboração da CSES 2019-2020 foram igualmente considerados os conceitos, métodos, classificações e regras contabilísticas do manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas, de 2018, e do “*Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: cooperatives and mutual societies*” do Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative” (CIRIEC).

Estes manuais, além de constituírem referências internacionais, potenciam a comparação da Conta com outras experiências internacionais, embora, por vezes, tenha sido necessário compatibilizar os diferentes entendimentos e métodos consagrados nos vários documentos.

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Economia Social, entende-se por ES o conjunto das atividades económicasociais, livremente levadas a cabo pelas Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Associações com fins altruísticos, que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da ES.

Assim, de acordo com a Lei de Bases da Economia Social, as unidades da CSES foram agregadas pelos seguintes grupos de entidades:

- Cooperativas;
- Associações Mutualistas;
- Misericórdias;
- Fundações;
- Associações com fins altruísticos (ACFA);
- Subsetores comunitário e autogestionário (SCA).

Foi ainda elaborado um apuramento para as entidades detentoras do estatuto de IPSS ou equiparadas, uma vez que estas podem assumir diferentes formas e naturezas jurídicas, encontrando-se dispersas por todos os grupos de entidades da ES.

Na presente edição da CSES foi também incluído um apuramento para outras entidades da ES detentoras de estatutos especiais, nos quais se incluem as Organizações não governamentais de ambiente (ONGA), as Organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), as Organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as Associações não governamentais de mulheres (ONGM) e as Associações representativas dos imigrantes e seus descendentes (ARID).

Importa ainda referir que foram incluídas nos grupos das Misericórdias e das Associações Mutualistas as respetivas caixas económicas anexas, uma vez que o seu regime jurídico (Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro) estabelece que estas devem respeitar, com as devidas adaptações, os princípios orientadores que regem a atividade da Economia Social, bem como os princípios mutualistas previstos no Código das Associações Mutualistas, podendo apenas ser constituídas para a exclusiva prossecução dos fins de Associações Mutualistas, Misericórdias ou outras instituições de beneficência, observando-se igualmente algumas restrições na afetação de resultados. Estas duas últimas características já constavam do anterior regime jurídico das caixas económicas, regulado pelo Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio.

Importa também sublinhar que são incluídas nos grupos de entidades da economia social as respetivas uniões, federações ou confederações e/ou associações representativas.

Em termos de classificação dos setores institucionais previstos no SEC 2010, as unidades da CSES 2019-2020 são constituídas por:

- Instituições sem fim lucrativo classificadas no setor institucional das Sociedades não financeiras (S.11) (ex.: cooperativas, exceto caixas de crédito agrícola mútuo; escolas, universidades e centros de investigação; associações de desenvolvimento económico, social e comunitário; associações patronais e profissionais; etc.);
- Instituições sem fim lucrativo mercantis classificadas no setor institucional das Sociedades financeiras (S.12) (ex.: associações mutualistas; caixas de crédito agrícola mútuo, caixas económicas anexas a Misericórdias e Associações Mutualistas);
- Administrações Públicas (S.13) (Régies cooperativas);
- Instituições sem fim lucrativo de pequena dimensão classificadas no setor institucional das Famílias (S.14) (ex.: associações de pais e de encarregados de educação; baldios, etc.);
- Unidades institucionais classificadas no setor institucional das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15); (ex.: associações de solidariedade social, lares, casas do povo, centros de dia, Misericórdias; clubes desportivos e recreativos; associações de desenvolvimento local; partidos políticos,

sindicatos, centros paroquiais, organizações não-governamentais do ambiente, cultos e congregações, etc.).

Atendendo aos princípios orientadores da Lei de Bases da Economia Social não foram consideradas na CSES 2019-2020 quaisquer entidades do setor institucional das Administrações Públicas (S.13), à exceção das régies Cooperativas, considerando a sua especificidade. Também não foram incluídas na CSES quaisquer unidades do subsetor institucional das Sociedades não financeiras públicas (S.11001), à exceção de algumas Cooperativas classificadas neste subsetor.

As unidades que constituem o universo da CSES foram objeto de uma dupla classificação, por Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06), em linha com a CAE Rev.3, e com a “*International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)*”/ “*Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)*”, que corresponde à primeira revisão da “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”, estabelecida pelo manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas.

Esta nomenclatura internacional foi utilizada em substituição da “Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social (CAEES)”, que era uma adaptação da “*International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)*”, especificamente concebida pelo INE, I.P. e pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, para utilização no âmbito da CSES.

O critério de classificação na CIOSFL/TS foi a atividade principal da unidade institucional, tendo como referência a classificação da mesma ao nível da Nomenclatura de Ramos das Contas Nacionais (NRCN06) e/ou da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE Rev.3), bem como a tabela de correspondência constante do “*Annex 5.3 Correspondence between the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities Rev.4 (ISIC Rev. 4) and the International Classification of Non-profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)*” incluída no manual “*Satellite Account on Nonprofit and Related Institutions and Volunteer Work*”, das Nações Unidas.

O quadro seguinte descreve, genericamente, exemplos de atividades incluídas em cada uma das secções da CIOSFL/TS.

Secção	Exemplos de Atividades
A Cultura, comunicação e atividades de recreio	Artes visuais e do espetáculo, museus, zoos, parques, sítios históricos e instituições similares, atividades desportivas, informação e comunicação, entre outras.
B Educação	Ensino pré-escolar, primário e secundário, institutos politécnicos e universidades, serviços de apoio à educação, entre outras.
C Saúde	Serviços de saúde em regime de ambulatório geral e especializado, resposta de emergência médica, laboratórios médicos e de diagnóstico, hospitais e estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento, lares de idosos, entre outras.
D Serviços sociais	Serviços de apoio (social) à criança, à juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias, abrigos temporários, serviços de emergência e resgate, apoio a refugiados, atividades de formação ou aconselhamento vocacional, entre outras.
E Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	Atividade de gestão de terrenos e de água, de combate e controlo da poluição, ecoturismo, agricultura biológica e florestas, gestão, conservação e proteção de recursos naturais, santuários e abrigos animais, serviços de veterinária, atividades de saúde e bem-estar animal, entre outras.
F Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	Construção de habitação e infraestruturas, atividades de desenvolvimento comunitário e económico, gestão e manutenção da habitação, serviços de utilidade pública e gestão de resíduos, autogoverno das comunidades autóctones, entre outras atividades.
G Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	Organizações de defesa de direitos, organizações de defesa da conservação do ambiente e do bem-estar animal, clubes sociais e outras organizações ao serviço dos membros, organizações de participação social para idosos, atividades de participação cívica, jurídica e social, n.e., partidos políticos, ação política, lobbying e atividades similares, atividades internacionais, entre outras.
H Filantropia e promoção do voluntariado	Fundações para o financiamento (filantropia) e outros intermediários filantrópicos e promoção do voluntariado.
I Religião	Congregações religiosas e outras associações religiosas.
J Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	Associações empresariais e patronais, associações profissionais e sindicatos, entre outras.
K Serviços profissionais, científicos e administrativos	Serviços de investigação e testes científicos, serviços jurídicos e de mediação, contabilidade e serviços relacionados, relações-públicas e serviços relacionados, serviços de gestão e administrativos, entre outras.
L Outras atividades	Agricultura, silvicultura e pesca, indústria, alojamento, restauração e similares, comércio, atividades de transporte e armazenagem, atividades financeiras e de seguros, atividades imobiliárias, entre outras.

Quadro 12
Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos
e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS) – Exemplos de atividades

Sempre que possível, é apresentada informação desagregada referente à secção L – Outras atividades da CIOSFL/TS, atenta a relevância da mesma, designadamente nos grupos das Cooperativas e das Associação Mutualistas.

A CSES 2019-2020 teve em conta os resultados do Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 (ISES), privilegiando, sempre que possível, a classificação da atividade selecionada pelas próprias unidades da ES, em especial nos grupos de entidades que foram objeto de inquirição exaustiva (Misericórdias, Associações Mutualistas, Fundações e Cooperativas). Assim, foram introduzidas algumas alterações à classificação das unidades, face à anterior edição da CSES (2016), nomeadamente a reclassificação de algumas entidades classificadas em serviços sociais, na saúde e na educação. Esta reclassificação não teve impactos significativos nos resultados globais.

A análise das “fases de vida” das entidades da ES utilizou como referência a escala de longevidade do “Estudo de impacto social das Fundações portuguesas 2021”, da *Católica Porto Business School*¹⁵, introduzindo as adaptações necessárias para garantir a sua aplicabilidade aos demais grupos de entidades da ES, nomeadamente a criação de uma nova categoria para entidades com 100 ou mais anos (com o rótulo “centenária”) e a adaptação dos intervalos temporais das demais categorias, com a seguinte formulação:

Fases da Vida	Intervalo temporal aplicado à data de constituição das entidades da ES
Nova	< 5 anos
Emergente	≥ 5 e < 10 anos
Estabelecida	≥ 10 e < 50 anos
Madura	≥ 50 e < 100 anos
Centenária	≥ 100 anos

Quadro 13
Fases da vida das entidades da ES

Na análise do VAB por Ramos Cooperativos, foram considerados os 12 ramos previstos no artigo 4.º do Código Cooperativo (Lei n.º 119/2015, de 31 de

15 Disponível em [Centro Português de Fundações: O Impacto Social das Fundações Portuguesas](#)

agosto) que classificam as atividades desenvolvidas pelas Cooperativas. Foram considerados apenas os Ramos principais da cada cooperativa, sem prejuízo de ser admitida a constituição de Cooperativas multisectoriais, que se caracterizam por poderem desenvolver atividades próprias de diversos ramos. Os 12 Ramos Cooperativos são:

- Agrícola;
- Artesanato;
- Comercialização;
- Consumidores;
- Crédito;
- Cultura;
- Ensino;
- Habitação e construção;
- Pescas;
- Produção operária;
- Serviços;
- Solidariedade social.

4.

PRINCIPAIS FONTES DE INFORMAÇÃO

INE

- Contas Nacionais (Base 2016);
- Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas (FGUE);
- Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 (ISES);
- Inquérito às Associações, Uniões, Federações e Confederações Patronais (IAP);
- Inquérito às Associações de Socorros Mútuos (IASM);
- Inquérito ao Emprego (IE);
- Inquérito às Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (IEDCB);
- Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente (IONGA);
- Censos 2021;
- Recenseamento Agrícola 2019.

OUTRAS FONTES

- Balancetes analíticos detalhados das entidades da Administração central;
- Base de dados *Archeeveo* da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna;
- Conta Geral do Estado (CGE);
- Declaração mensal de remunerações à Segurança Social;
- Demonstração de resultados e balanços das cooperativas credenciadas pela CASES;
- Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN);
- Listagens da Direção-Geral da Segurança Social;
- Orçamento e Contas de Instituições Particulares de Solidariedade Social (OCIP);

- Relatórios e Contas de Instituições sem fins lucrativos;
- Relatório Único do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social;
- Contas Anuais dos partidos políticos, disponíveis na Entidade das Contas e Financiamentos Políticos;
- Páginas eletrónicas das unidades de atividade económica;
- Página eletrónica do Ministério da Justiça (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

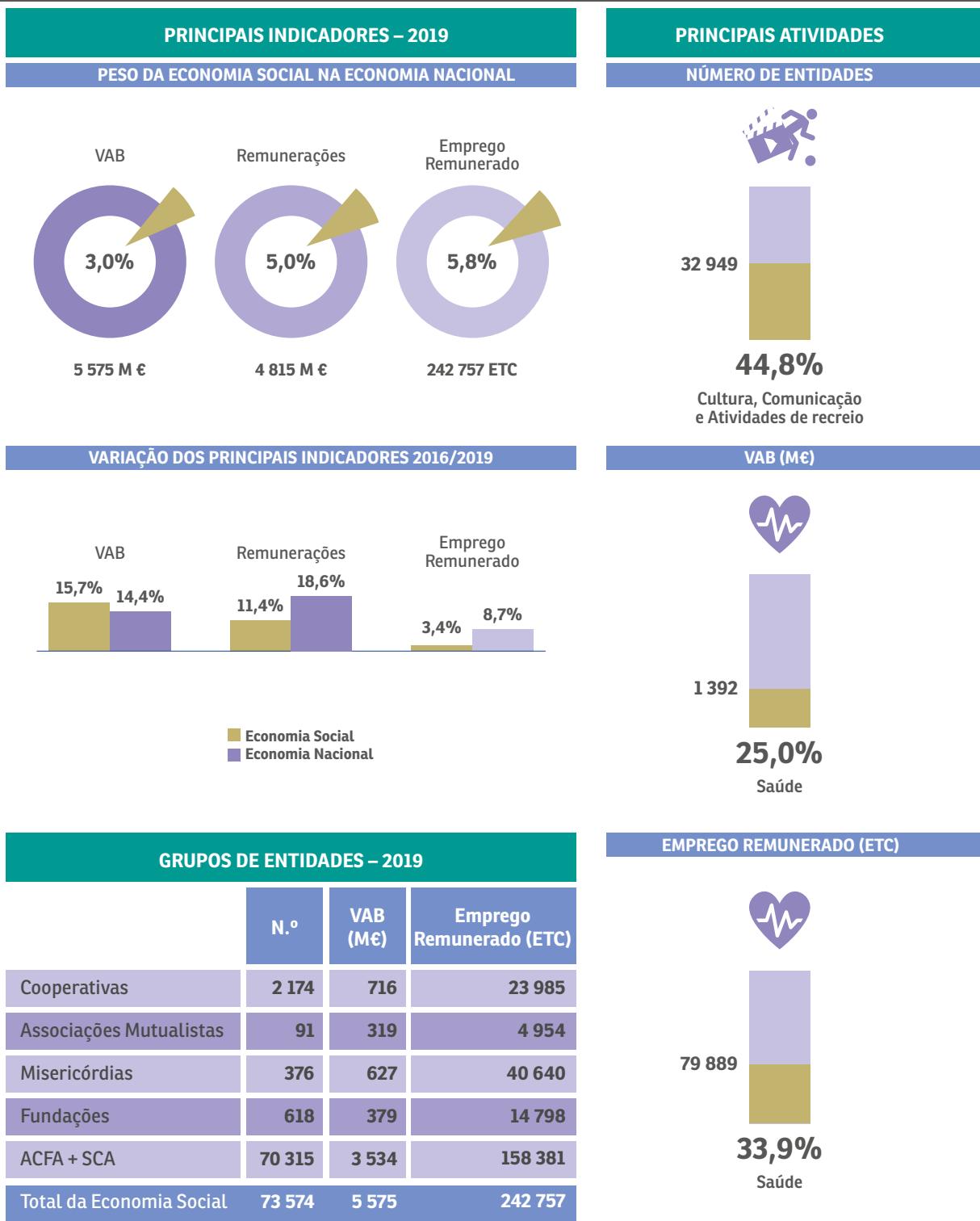
SINAIS CONVENCIONAIS

//: Valor não aplicável

x: Valor não disponível

INFOGRAFIAS

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2019



2019

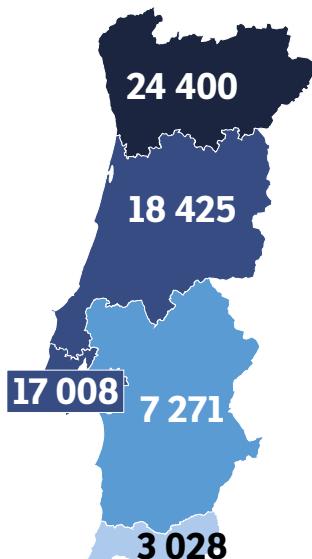
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS II) – 2019

N.º

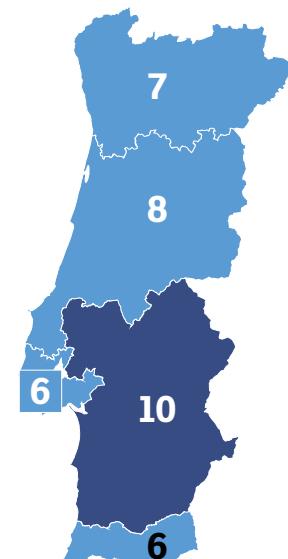
N.º / 1 000 hab.



8 475
11,5%
Religião



1 392
25,0%
Serviços Sociais



2 361

1 081

10

4



72 573
29,9%
Serviços Sociais

IPSS NA ECONOMIA SOCIAL – 2019

Economia Social
IPSS

N.º

5 511
7,5%

VAB (M€)

2 447
43,9%

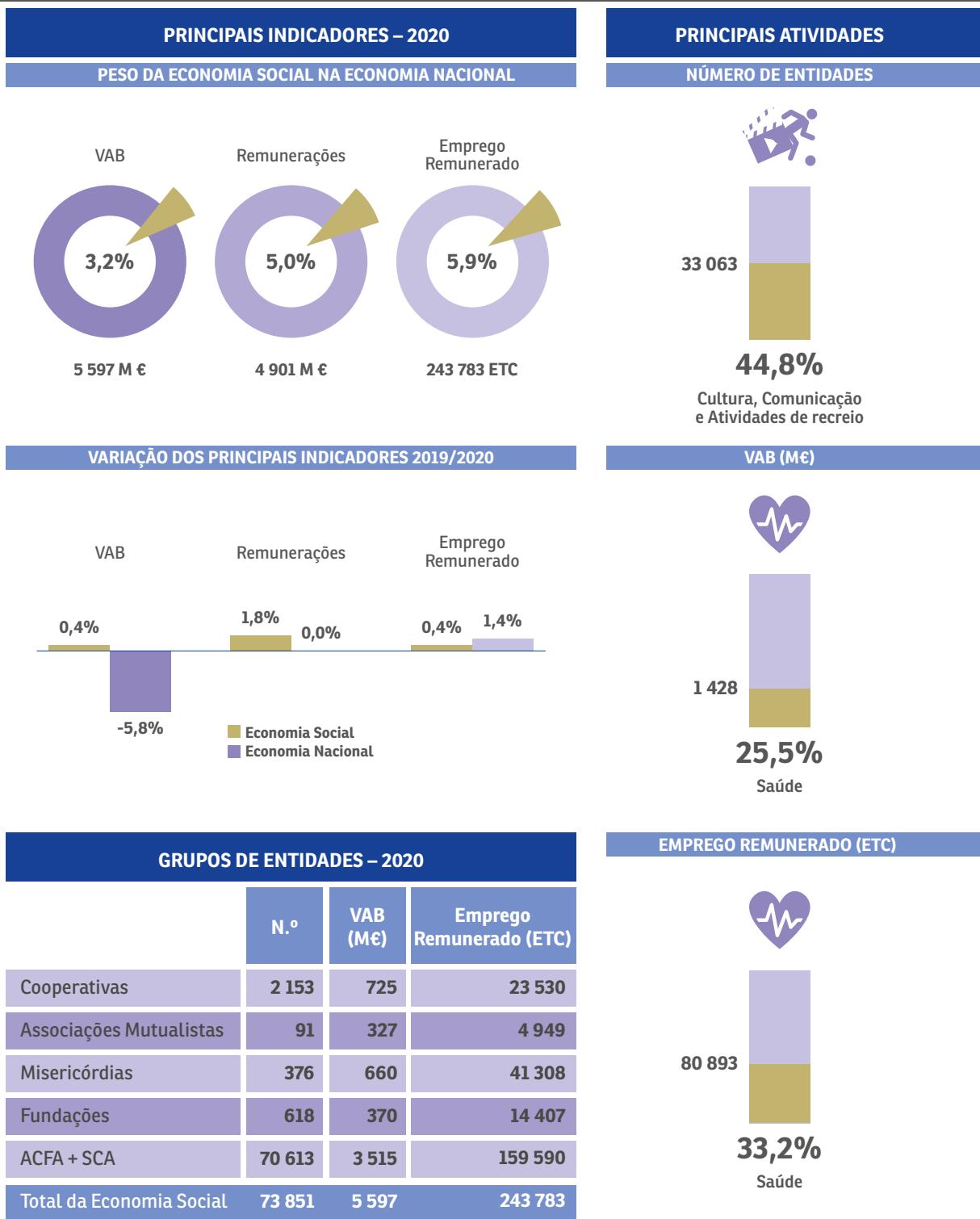
Remunerações (M€)

2 523
52,4%

Emprego Remunerado (ETC)

154 879
63,8%

CONTA SATÉLITE DA ECONOMIA SOCIAL 2020

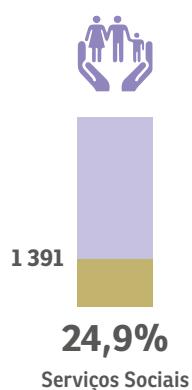
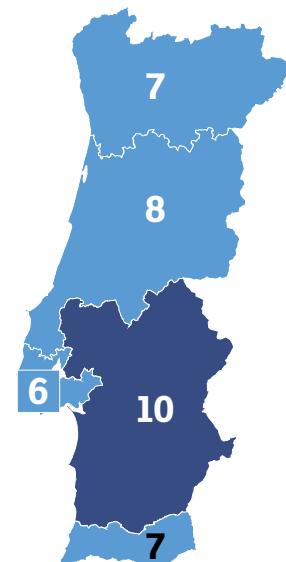
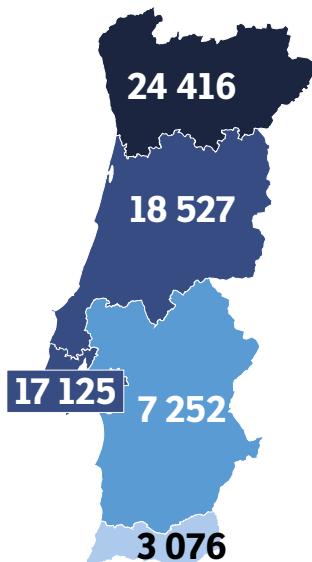
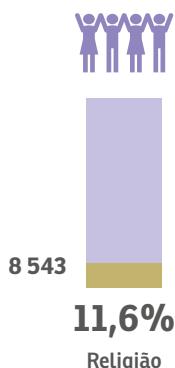


2020

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS II) – 2020

N.º

N.º / 1 000 hab.

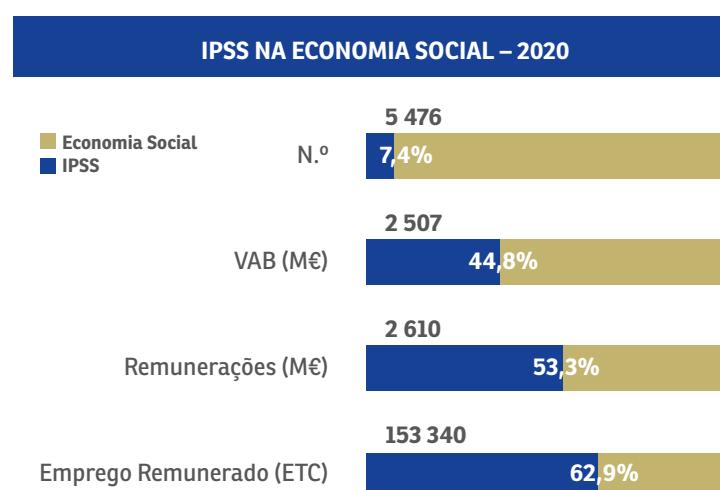


2 344

1 111

10

4



SIGLAS E ABREVIATURAS

ACFA	Associações com Fins Altruísticos
ARID	Associações Representativas dos Imigrantes e seus Descendentes
AT	Autoridade Tributária
CAE	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas Revisão 3
CAEES	Classificação de Atividades das Entidades da Economia Social
CASES	CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CIOSFL/ TS	Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor
CIRIEC	Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative
CN	Contas Nacionais
CSES	Conta Satélite da Economia Social
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
ES	Economia Social
ETC	Equivalente a Tempo Completo
Eurostat	Statistical Office of the European Union
GEP/MTSSS	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
ICNPO	International Classification of Nonprofit Organizations
IES	Informação Empresarial Simplificada
INCP/TSO	International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations

INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISES	Inquérito ao Setor da Economia Social 2018
LBES	Lei de Bases da Economia Social
NPS	Número de Pessoas ao Serviço
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGA	Organizações Não Governamentais de Ambiente
ONGD	Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
ONGM	Associações Não Governamentais de Mulheres
ONGPD	Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência
PIB	Produto Interno Bruto
SCA	Subsetores Comunitário e Autogestionário
SCNP	Sistema de Contas Nacionais Portuguesas
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (da União Europeia)
SCN 2008	Sistema de Contas Nacionais 2008
TPA	Trabalhadores com perda ou anomalia de estruturas ou funções do corpo com implicações na prestação de trabalho
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto

SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2019/2020

SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2019-2020

Francisco Lima

President of the Administration Board
of Statistics Portugal

In 2023, the United Nations adopted the first Resolution (77/281) on promoting the social and solidarity economy for sustainable development, at the General Assembly on April 18th, which among other recommendations, “*encourages Member States to promote and implement national, local and regional strategies, policies and programmes for supporting and enhancing the social and solidarity economy (...) taking into account national circumstances, plans and priorities by, inter alia, developing specific legal frameworks, where appropriate, for the social and solidarity economy, making visible, when feasible, the contribution of the social and solidarity economy in the compilation of national statistics and providing fiscal and public procurement incentives, acknowledging the social and solidarity economy in education curricula and capacity-building and research initiatives and reinforcing entrepreneurship and business support, including by facilitating access for social and solidarity economy entities to financial services and funding, and encourages the participation of social and solidarity economy actors in the policymaking process*”.

In Portugal, since 2013, the acknowledgement of the relevance of Social Economy sector has been consolidated within the national regulatory framework, with the publication of the Social Economy Legal Framework, which stated the need for the “creation and maintenance of a satellite account for the social economy, developed within the scope of the national statistical system”.

10 years after the publication of the Social Economy Legal Framework, Statistics Portugal presents, in partnership with António Sérgio Cooperative for Social Economy (CASES), the fourth edition of the Social Economy Satellite Account (SESA), for the first time, disclosing results for a biennium (2019-2020), with the objective of analysing changes in the first year of the COVID-19 pandemic effects in Portugal.

Since its first edition, the SESA has sought to cover all Social Economy entities, trying to reconcile the legal definitions of the national Social Economy Legal Framework with the constantly changing international statistical concepts and nomenclatures. A demanding challenge both for the teams involved in its compilation, and also, due to changes in content and scope, for the public and users. Moreover, it should be noted that the review of the SNA (United Nations System of National Accounts) is underway, which will be followed by the ESA (European System of Accounts), as well as the main nomenclatures for classifying economic activity.

Additionally, the SESA adopted a modular design from the beginning, allowing information to be obtained for different groups of Social Economy entities, including Private Institutions of Social Solidarity (IPSS) and entities with other special statutes (ONGA, ONGD, ONGPD, among others).

In the present edition, the integration with new sources of administrative data continued to be explored, expanding the scope of an exclusively economic account, starting to include additional information characterizing the entities of the Social Economy.

In terms of economic variables, seeking to respond to the specific information needs of the users, new content was added, among which the following stand out:

1. The analysis of the Cooperatives Gross Value Added (GVA), according to the Cooperative Branches, as defined in the Cooperative Legal Framework;
2. The Social Economy contribution to some Sustainable Development Goals (SDGs);
3. Information on companies owned 100% by Social Economy entities (other than Cooperatives), with the integration of data from the Social Economy Sector Survey (ISES), another project developed by Statistics Portugal in partnership with CASES, which contributed to broadening the knowledge of the sector.

The Portuguese SESA has been gaining increasing prominence at international level, for its consistency, scope, regularity and quality, having been the subject

of several presentations to organizations such as the United Nations, the OECD and Eurostat, among others.

More recently, the European Commission's "*Social Economy Gateway*" released several statistical indicators on the Social Economy in Portugal, using (still) the previous edition of the SESA (which may now be updated with information referring to 2019-2020), having classified the development of this sector, at a national level, as "moderately developed", surpassed only by Belgium, Italy, France and Spain, which reached the "highly developed" level, in a total of 27 countries analysed.

The Satellite Accounts, inserted in the conceptual framework of the Portuguese System of National Accounts produced by Statistics Portugal, are always a very demanding exercise.

The implementation of the SESA, the inclusion of new content and the effort to continuously improve the project would not have been possible without the commitment and dedication of all the professionals and managers involved, both from Statistics Portugal and from CASES, to whom I express my gratitude.

Finally, as the SESA is a project in permanent evolution, Statistics Portugal appreciates all suggestions that may contribute to continuing to value and develop the reliability and quality of statistical information.

10 YEARS OF THE SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT

Eduardo Graça

President of the Board

of António Sérgio Cooperative for Social Economy (CASES)

This publication aims to disseminate the results of the Social Economy Satellite Account (SESA), with data from 2019 and 2020, allowing us to highlight the inestimable value of a statistical series. SESA is an instrument that makes it possible to know the reality of the Social Economy sector, the evolution over time of its large economic and social aggregates, with emphasis on the weight of the Social Economy in national GVA and employment, the positioning and relative weight of its several “families”, in short, a portrait of, simultaneously, confluence and identity.

I return to the enumeration of three possible bridges that link the statistics with the development strategy of Social Economy:

- Statistics contributes to the knowledge and recognition of the Social Economy sector – enshrined in the Constitution of the Portuguese Republic (CRP) under the designation of “cooperative and social sector” – showing its relevant weight in the Portuguese economy and society;
- Statistics provides the public authorities with credible and certified information about the reality of the sector, responding to the challenge contained, in an accurate way, in a phrase that the French popularized: *“sans chiffres, pas de politique”*;
- Statistics thickens the concept of Social Economy, bringing it closer to its operational reality, opening a space to debate the mode and time of the confluence of wills of the different “families” of the Social Economy, respecting their autonomy, as well as the new emerging realities in the sector.

In fact, it has been ten years since SESA was released with data from the year 2010, followed by 2013 and 2016. This is, therefore, the fourth edition of SESA which represents a significant advance for the structuring and definition of public policies aimed at the sector, providing, at the same time, a stimulus, and a solid basis for the preparation of studies based on initiatives of academia as representative entities of the sector.

The year 2013 was, in fact, remarkable for the Social Economy in Portugal, also taking place the approval by the Republic's Assembly of the Social Economy Framework Law (LBES). This summer of 2023 we can rejoice in the completion, and public disclosure, of the SESA results, which is the first of this series with a two-year data – 2019 and 2020. What is the scope and importance of this event? This is the fourth edition of SESA, and it can be said without reservation that we are facing a unique statistical series in the universe of statistical studies, focused on the Social Economy sector, produced within the European Union (EU).

In fact, information is increasingly relevant in all areas of human activity allowing to illuminate the paths of micromanagement and of public policies. Despite the care required to read the evolution of the indicators presented here, due to unavoidable methodological changes, we have more, and better, statistical information about the social economy sector.

This is a work with which I rejoice not only for what it represents in terms of progress in the statistical plan, but also for the fact that it results from a fruitful partnership with Statistics Portugal. It is not, therefore, a punctual or dispersed initiative. In fact, Social Economy Framework Law, integrates in its article 6 (2), the obligation to create and maintain a Satellite Account.

This project corresponds, from the beginning, to the achievement of the challenge contained in the European Parliament's Resolution of 19 March 2009 on Social Economy, published on March 25th of 2010, which calls on all EU Member States to draw up satellite accounts giving statistical visibility to the Social Economy, a topic again addressed in 2021 in the European Commission's Social Economy Action Plan.

This is a "broad spectrum" satellite account, innovative, with the inherent risks of a methodology that is confronted with the need to gather statistical information from entities that are so similar, by the principles and values they contain and, at the same time, so diverse, in economic and sociological terms,

never studied so widely and comprehensively, in particular, regarding the associative subsector.

Referring, in particular, to the contemporary Social Economy, we know that it is heir to a long and strong historical tradition, whose memory needs to be revived, and that it was for many decades constituted by a nebula of close “families”, by common principles and values, in debate and action, as well as in the relationship with the public authorities.

On behalf of CASES, I thank the commitment of Statistics Portugal, its managers and technicians, as well as the CASES technicians involved in the preparation of this statistical instrument, in the expectation that we continue in the near future and that, for this, we do not lack neither the strength of will, neither enough resources to carry forward, in continuity, this project so enticing and challenging.

**FOURTH EDITION OF SESA:
SOCIAL ECONOMY GVA INCREASED SLIGHTLY
IN A YEAR IMPACTED BY THE PANDEMIC,
CHANGING FROM 3.0% OF NATIONAL GVA, IN 2019,
TO 3.2% IN 2020, EXCEEDING 5.5 BILLION EUROS**

This publication is intended for the dissemination of the results of the fourth edition of the Social Economy Satellite Account (SESA), presenting, for the first time, information relating to two years (2019 and 2020). This project was developed by Statistics Portugal in partnership with CASES - António Sérgio Cooperative for Social Economy, under a collaboration protocol between these entities.

With this new edition of SESA, the most up-to-date statistical information is available for an exhaustive assessment of the economic dimension and main characteristics of Social Economy (SE) in Portugal, continuing the work carried out in previous editions for the years 2016, 2013 and 2010. In addition, focusing on 2019 and 2020, this edition captures the initial effects that the global pandemic caused by the new Coronavirus have had in the sector.

SESA 2019-2020 thus allows, and in accordance with the provisions of the Framework Law of Social Economy, to analyse all the economic activities carried out by the Cooperatives, Mutual Associations, Holy Houses of Mercy, Foundations, Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), Associations with altruistic goals, acting in the cultural, recreational, sports and local development, entities covered by the Community and self-managed subsectors, integrated under the Constitution in the cooperative and social sector, as well as other entities with legal personality that respect the guiding principles of SE.

It is noteworthy in this edition that, in 2020, more than 73 thousand entities in the SE sector generated 3.2% of national GVA, 5.0% of the compensation of employees and 5.9% of employees (expressed in full-time equivalent work units), which translates into amounts greater than €5.5 billion, €4.1 billion and 243 thousand full-time jobs, respectively.

At the same time, it is observed that between 2019 and 2020, SE's GVA, total employment and employees increased, registering a more favourable performance than that observed in the national economy in the same period, where all these indicators decreased.

In 2020, human health activities accounted for more than a quarter of GVA and about a third of SE's employees, with increases in GVA, total employment and employees in these activities. Human health proved to be one of the most relevant areas of activity in the first year in which the adverse effects of the COVID-19 pandemic were felt.

The results of the main macroeconomic indicators of SE, and in particular their nominal changes compared to those recorded in the National economy in 2020, confirmed the trend of counter cyclical evolution of SE in comparison with the Portuguese economy in a new period of crisis.

In the methodological scope, this edition of the SESA maintained the fundamental references: the Social Economy Framework Law and the manual of the European System of National and Regional Accounts (ESA 2010). Were also considered, the concepts, methods, classifications and accounting rules of the 2018 United Nations "Handbook of National Accounting: Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work" and of the "Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies" of the *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

A novelty of SESA 2019-2020 was the consideration of the results of the Social Economy Sector Survey 2018 (ISES), having been privileged, whenever possible, the classification of the activity selected by the SE units themselves in the scope of this survey. In this sense, in view of the previous edition of SESA (2016), some changes were introduced to the classification of the units, namely the reclassification of some entities classified in social services, human health and education services, although without significant impacts on overall results.

This publication is organised as follows:

1. Main results, including an analysis of the longevity, geographical distribution and relevance of SE in the National economy;
2. Characterization of SE by main entities (groups and special statutes);
3. International comparison.

In line with the strategic orientation that has been pursued in the re-editions of SESA, are also presented subchapters with complementary information about the entities of the SE based on the appropriation of administrative data and resident information owned by Statistics Portugal.

Thus, in the scope of the characterization of work in the SE sector, this edition again presents two additional subchapters on community service sentences (through data provided by the Directorate-General for Reinsertion and Prison Services) and on SE workers with loss or anomaly of body structures or functions with implications for the provision of work (TPA) (with data provided by the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security), including for the first time data on gender, age and level of incapacity of these TPA. These two findings highlight, as in the last edition of SESA, the importance of the sector for the integration of vulnerable groups.

It also remains an informative subchapter dedicated to the magnitude and distribution of fiscal benefits of SE entities, considering the information published by the Tax and Customs Authority, and another on corporations 100% owned by cooperative capital, with the novelty of, for the first time, being disclosed information about the business groups of the other groups of entities of SE.

In addition, two new subchapters are made available: an additional estimate for cooperatives considering the Cooperative Branches, thus providing a new perspective on the cooperative sector activity; and a special assessment of the contribution of SE to some Sustainable Development Goals (SDGs).

In addition to this publication, a set of tables with additional information about SESA 2019 and 2020 are available for consultation on the Statistics Portugal website (www.ine.pt).

1. MAIN RESULTS

1.1 COMPOSITION OF THE SECTOR

In 2020 there were 73 851 SE entities,
0.4% more than in 2019

In 2019 and 2020, 73 574 and 73 851 SE entities were identified, respectively. The total number of SE units increased by 2.3% in 2019, compared to the previous edition of SESA (2016), remaining practically unchanged between 2019 and 2020 (+0.4%). It is worth noting that since 2010, the number of entities that make up the SE sector has grown about 33%.

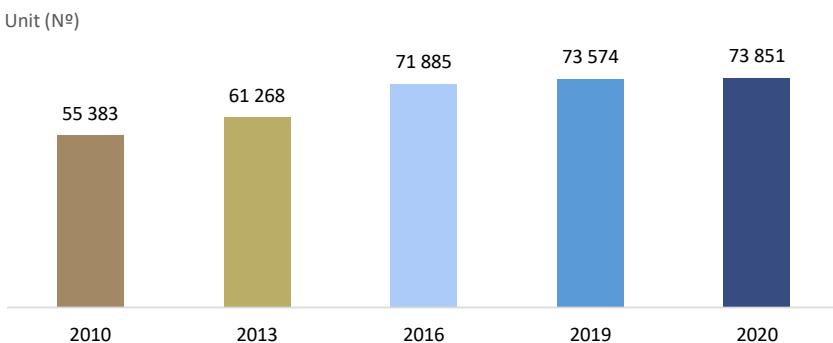
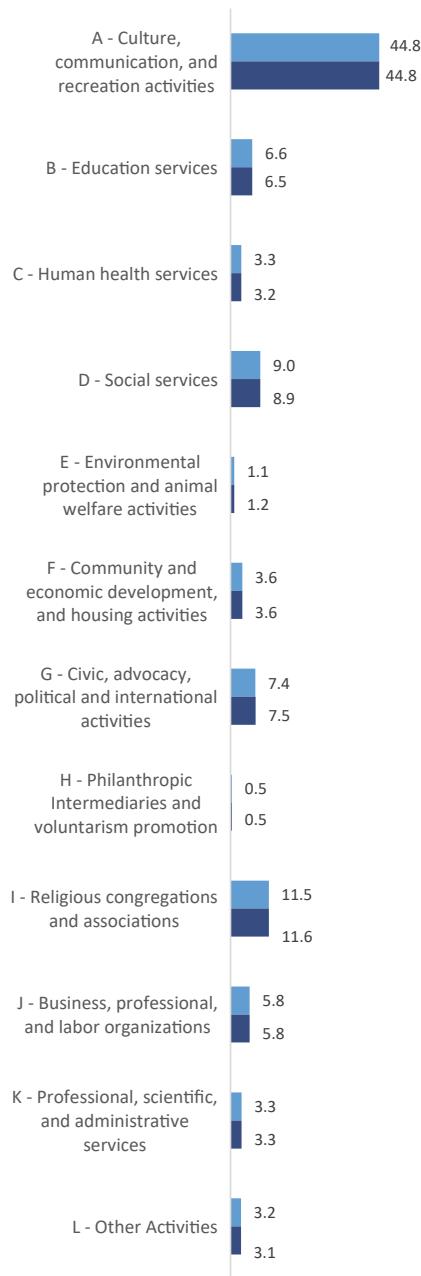


Figure 1
Evolution of the SE entities' Universe in the four editions of SESA
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

As in previous editions of SESA, more than 40% of the sector carried out activities related to culture, communication, and recreation activities. Almost 12% of the SE entities carried out activities related to religion and around 9% were classified in social services.



■ 2019 ■ 2020 %

Figure 2
 Distribution (%) of SE entities (ICNP /TSO - International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations)
 Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

The group of Associations with altruistic goals (AAG) also remains dominant, bringing together more than 90% of SE entities, being the only ES group that increased in relative weight compared to SESA 2016.

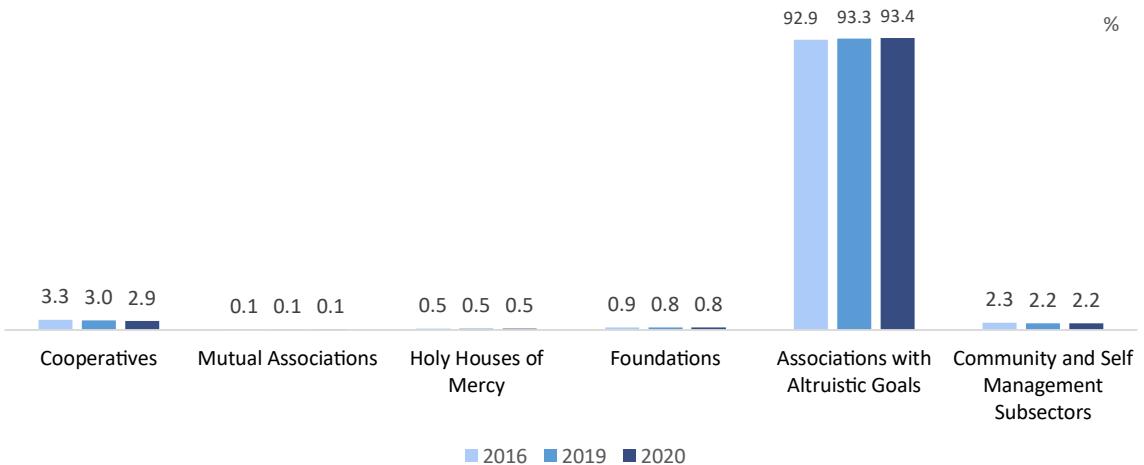


Figure 3
Distribution (%) of SE entities
by groups of entities
Source: Statistics Portugal/CASES
(Social Economy Satellite Account)

1.2. LONGEVITY

In 2020, most of the entities (55.3%) of the SE were between 10 and 49 years of existence

In 2020, more than 70% of the Holy Houses of Mercy and more than 80% of Mutual Associations were “mature” organizations (between 50 and 99 years of existence) or “centennial” (created 100 or more years ago), a situation unparalleled with any other SE group, in which “established” entities predominated (between 10 and 49 years of existence), representing 65.1% of Cooperatives, 62.8% of Foundations,

55.4% of AAG and 42% of Community and self-management subsectors (CSS).¹²

The AAG recorded the highest percentage of “new” organizations (15.2%), i.e. organizations created less than 5 years ago.

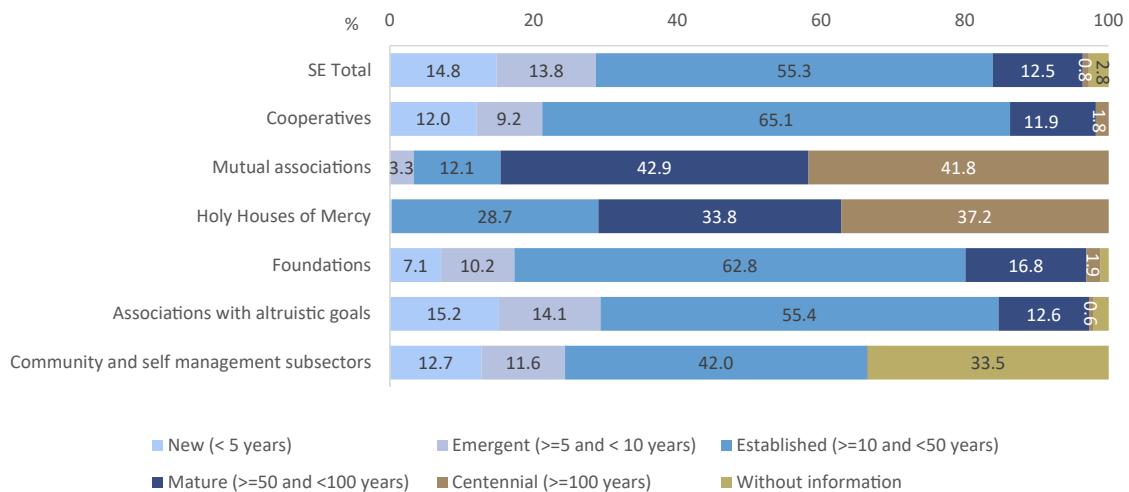


Figure 4
Distribution (%) of SE entities' life stages, by groups of entities
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

1.3. GEOGRAPHICAL DISTRIBUTION

SE entities are present in all municipalities, with evident concentration in coastal areas and polarization in some municipalities of the country's interior

In a territorial perspective (NUTS II), *Norte* region had around 33% of the SESA units, followed by *Centro*, with around 25% and by *Área Metropolitana de Lisboa*, where approximately 23% of these entities were located, during

1 See *Methodological Note* for additional information on the longevity scale used.

2 It is possible that there were entities with establishment dates prior to those identified in this estimation, but that, in the meantime, may have ceased activity. The information disclosed refers only to entities which were included in the Universe of SESA of 2019 and 2020, that is, that were either active and/or that were suspended or ceased activity in those years.

the biennium under review. Analysing the distribution by NUTS III, the *Área Metropolitana de Lisboa* and the *Área Metropolitana do Porto*, together, concentrated around 35% of the total number of SE entities, in 2019 and 2020. Despite the increase in the number of entities compared to the previous edition of SESA, it should be noted that the regional structure in 2019 and 2020 remained close to that observed in 2016, with slight changes of relative importance in some regions.

In 2020, all municipalities in the country registered the presence of SE entities, with a more significant concentration of these in the municipalities of Lisbon, Oporto (and in some neighbouring municipalities, such as, for example, Sintra, Oeiras, Cascais and Vila Nova de Gaia), Coimbra and Braga.

Despite the evident littoralization, it was also observed a polarization of SE sector in municipalities in the interior of the country, such as Évora, Beja, Bragança, Vila Real, Viseu, Castelo Branco and Guarda, among others.

In the Autonomous Region of the Azores, the municipalities of Ponta Delgada and Angra do Heroísmo stand out, and in the Autonomous Region of Madeira, the municipality of Funchal.

Considering the number of SE entities per thousand inhabitants³ (NUTS II), it was observed that Alentejo and the Autonomous Region of the Azores recorded the highest average (10 entities per thousand inhabitants), while the Autonomous Region of Madeira had the lowest record (on average, 4 entities per thousand inhabitants).

3 The population of the Census 2021 was used as a reference.

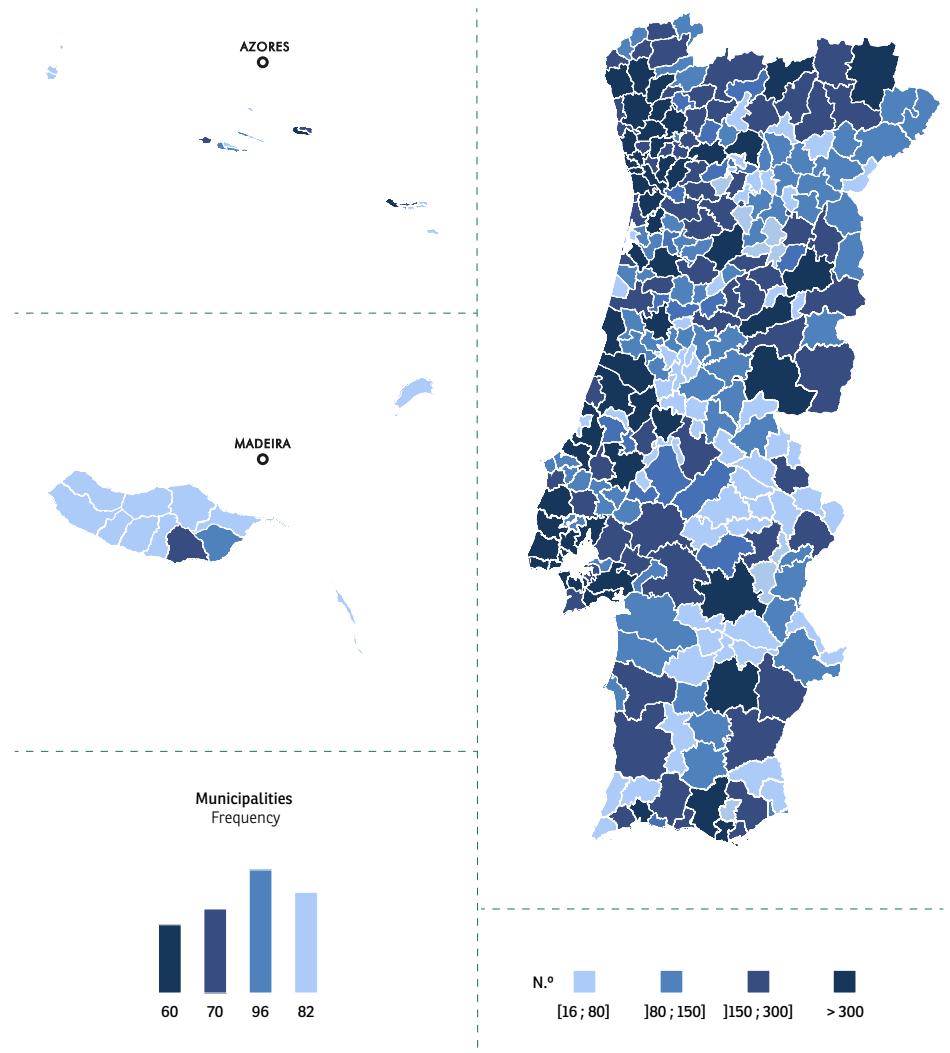


Figure 5
Distribution of SE entities, by municipality (2020)
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

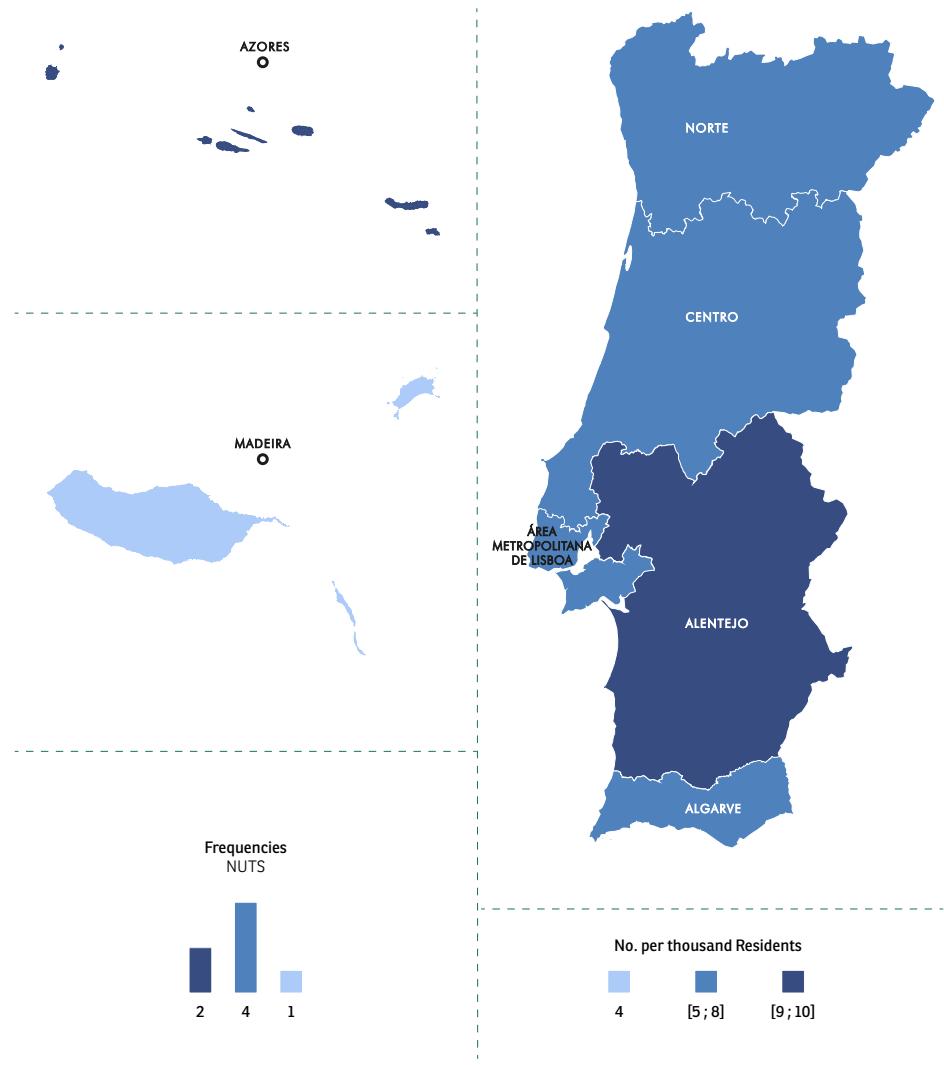


Figure 6

Number of SE entities (2020) per thousand inhabitants (2021), by NUTS II

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Offering a different geographical perspective, namely considering the administrative districts, a more significant concentration of SE entities in the districts of Lisbon and Oporto is observed in 2020, and Braga and Aveiro are also noteworthy. It is important to highlight that the district of Lisbon concentrates 20.5% of the total SE entities identified in 2020.

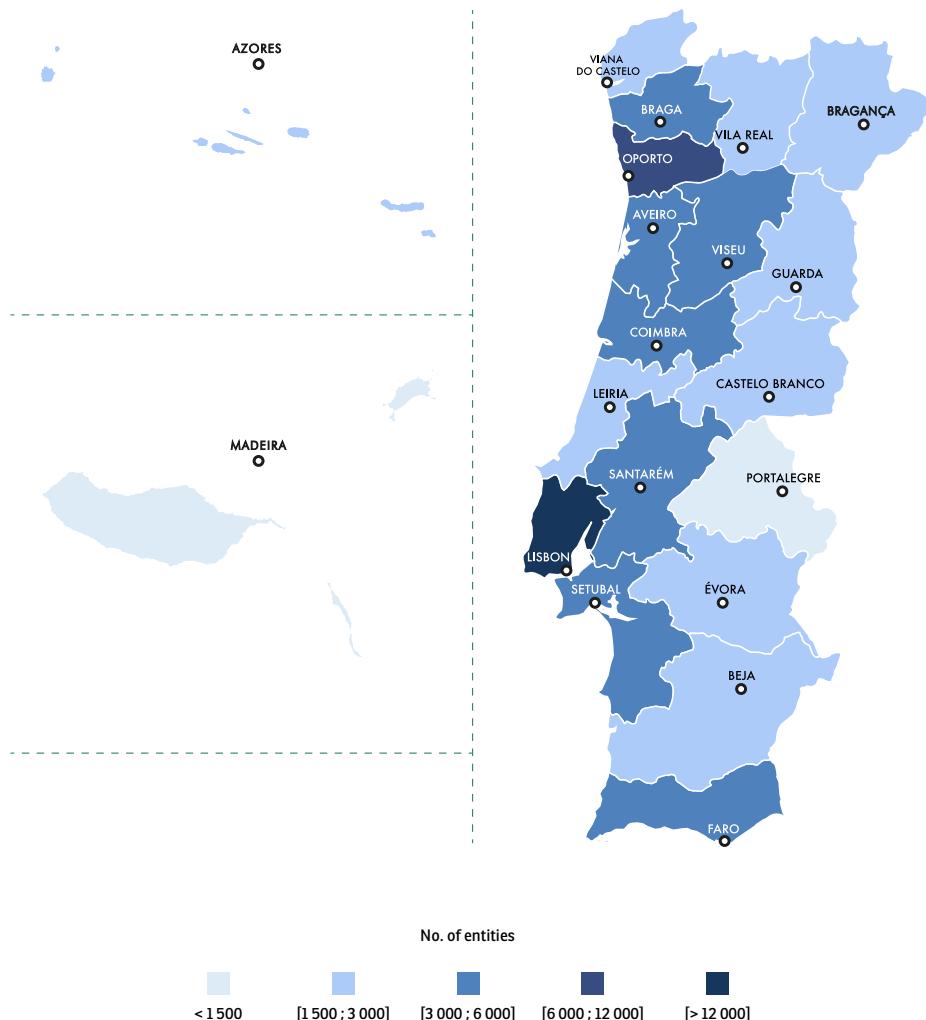


Figure 7
Distribution of SE entities, by district (2020)
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

This additional analysis allows to observe again the trend of littoralization as pointed out. However, when considering the distribution of SE entities per thousand inhabitants (districts) the situation is reversed, being the highest averages registered in the interior districts, especially in the north.

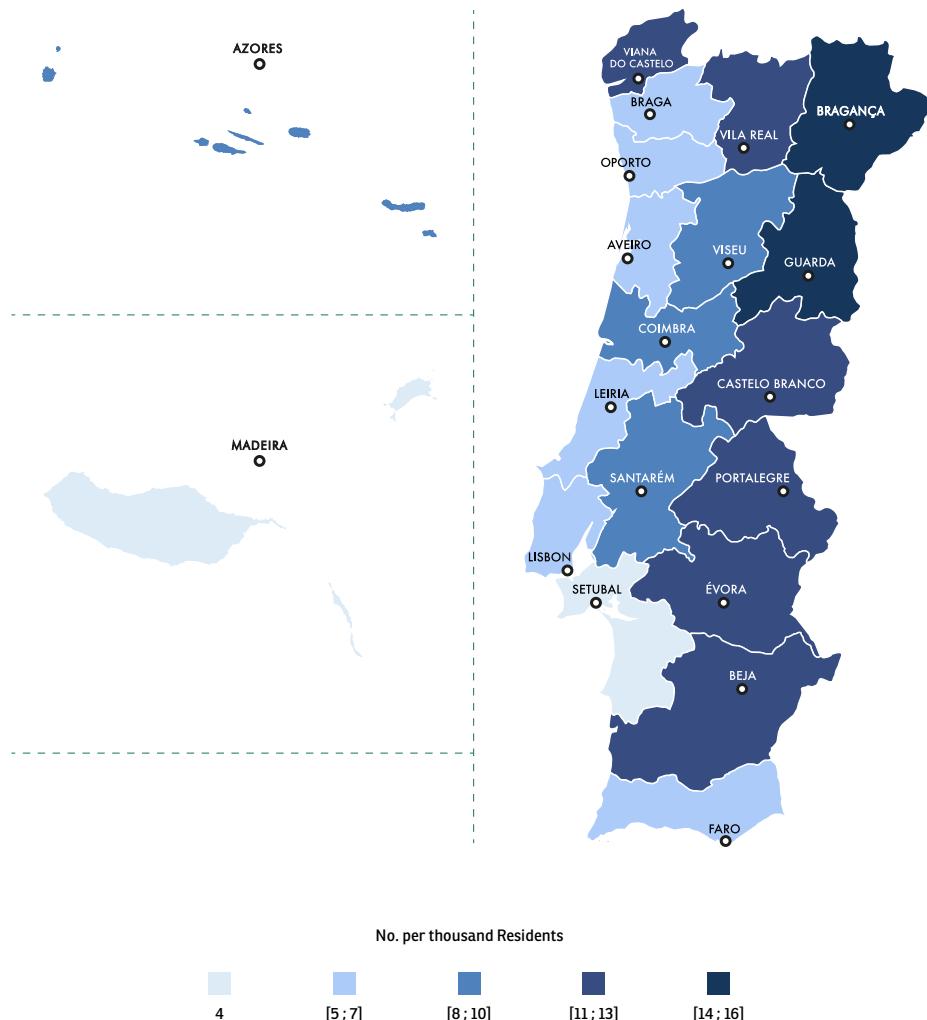


Figure 8
Number of SE entities (2020) per thousand inhabitants (2021), by district
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

1.4. MAIN MACROECONOMIC VARIABLES

SE GVA and employment with a more favourable performance than of National Economy between 2019 and 2020

In 2020, the 73 851 SE entities generated 3.2% of national GVA, 5.0% of compensation of employees, 5.2% of total employment and 5.9% of employees (working units expressed, in both cases, in full-time equivalents – FTE). The average compensation of employees in SE entities corresponded to 85.2% of the national average, in the same year.

Between 2019 and 2020, the number of SE entities, GVA and employees increased by 0.4%, while total employment increased by 0.3%, registering a more favourable performance than that observed in the national economy, in the first year in which the adverse effects of the COVID-19 pandemic were felt (national GVA decreased by 5.8%, employees by 1.4% and total employment by 2.2%).

Human health services (C) and social services (D) were the most relevant areas of activity in terms of GVA and employment: human health services (C) were responsible for 25.5% of SE GVA and 33.2% of SE employees, while social services (D) generated 24.9% of SE GVA and accounted for 29.9% of SE employees, in 2020.

Between 2019 and 2020, GVA, employment and employees in human health services (C) grew by 2.6%, 1.2% and 1.3%. In social services (D), the main indicators recorded rates of change of (-0.1%) in GVA, and (+0.5%) in employment and employees.

Culture, communication, and recreation activities(A) congregated almost 45% of the total SESA units and represented 3.7% of the total SE GVA and accounted for 4.9% of the total SE employees, in 2020.

International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)	Kind of activity units		Employment		Employees		Gross Value Added (GVA)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	No		FTE		FTE		10 ⁶ euro	
A Culture, communication, and recreation activities	32 949	33 063	12 466	12 526	11 867	11 979	234	206
B Education services	4 837	4 815	31 419	31 276	31 343	31 127	820	801
C Human health services	2 404	2 400	79 979	80 920	79 889	80 893	1 393	1 428
D Social services	6 622	6 606	72 792	73 124	72 573	72 966	1 393	1 391
E Environmental protection and animal welfare activities	819	856	754	726	727	702	9	9
F Community and economic development, and housing activities	2 619	2 634	2 449	2 359	2 271	2 219	39	54
G Civic, advocacy, political and international activities	5,476	5 561	2 925	2 869	2 815	2 803	61	58
H Philanthropic Intermediaries and voluntarism promotion	334	340	146	152	139	146	-1	0.4
I Religious congregations and associations	8 475	8 543	8 629	8 665	8 604	8 642	164	159
J Business, professional, and labor organizations	4 251	4 259	7 884	7 382	7 513	7 135	179	180
K Professional, scientific, and administrative services	2 448	2 450	7 450	7 912	7 261	7 658	511	519
L Other Activities	2 340	2 324	17 980	17 706	17 755	17 513	775	792
Social Economy	73 574	73 851	244 873	245 618	242 757	243 783	5 575	5 597
National Economy	//	//	4 807 467	4 701 371	4 175 194	4 115 061	185 536	174 768
Social Economy/National Economy (%)	//	//	5.1	5.2	5.8	5.9	3.0	3.2

Table 1
Distribution of main indicators (ICNP/TSO – International Classification
of Non-Profit and Third Sector Organizations)

Source: Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account)

**Associations with altruistic goals (AAG)
remained the most numerous group in SE,
followed by Cooperatives, in terms of units and GVA,
and Holy Houses of Mercy, in employees**

Analysing by groups of SE entities, from the almost 74 thousand units considered in 2020, the AAG, together with the Community and self-management subsectors (CSS) aggregated more than 95% of the total SE, being responsible for 62.8% of GVA and 65.5% of employees (FTE).

Cooperatives constituted the second group of SE entities with the highest relative weight, in terms of the number of units and GVA, while the Holy Houses of Mercy were the second most relevant group in terms of employees.

While the GVA of Foundations and AAG, together with the Community and self-management subsectors, decreased between 2019 and 2020 (2.3% and 0.5%, respectively), the GVA of Cooperatives, Mutual Associations and Holy Houses of Mercy increased over the same period (1.3%, 2.5% and 5.3%, respectively).

In terms of employees, the evolution of the different groups was also heterogeneous, registering increases in the Holy Houses of Mercy (1.6%) and in AAG, together with Community and self-management subsectors (0.8%) and a decrease in Cooperatives (1.9%), Mutual associations (0.1%) and Foundations (2.6%).

Mutual Associations, which include some entities from the financial sector, presented the highest GVA generated by FTE and average compensation of employees, above the national average, in the biennium of 2019 2020.

Grupos de Entidades	Kind of activity units		Gross Value Added (GVA)		Compensation of employees		Employees	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		10 ⁶ EURO		10 ³ EURO		FTE	
Cooperatives	2 174	2 153	716	725	613	610	23 985	23 530
Mutual associations	91	91	319	327	184	189	4 954	4 949
Holy Houses of Mercy	376	376	627	660	629	658	40 640	41 308
Foundations	618	618	379	370	354	355	14 798	14 407
Associations with altruistic goals and Community and self management subsectors	70 315	70 613	3 535	3 515	3 036	3 089	158 381	159 590
Social Economy	73 574	73 851	5 575	5 597	4 815	4 901	242 757	243 783
National Economy	//	//	185 536	174 768	97 099	97 124	4 175 194	4 115 061
Social Economy/ National Economy (%)	//	//	3.0	3.2	5.0	5.0	5.8	5.9

Table 2

Distribution of the main indicators, by groups of entities
Source: Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account)

Non-Profit Institutions Serving Households (S.15)
generated almost 72% of the SE total GVA

Regarding the distribution of the number of SE entities by **institutional sector**, Non-Profit Institutions Serving Households (S.15) constituted the dominant sector, concentrating 87.2% of the total entities of the SESA universe, followed by the Non-Financial Corporations and Households (S.11+S.14), with 12.6% of total SE entities, in the 2019-2020 biennium.

Non-Profit Institutions Serving Households (S.15) were also the most relevant sector in terms of GVA (71.3% and 71.9% of the total in 2019 and 2020, respectively), while Non-Financial Corporations and Households (S.11+S.14) generated, respectively, 18.7% and 17.8% of SE GVA, in 2019 and 2020, respectively.

Financial Corporations (S.12) were responsible for around 10% of total SE GVA, in the biennium under review, while the contribution of the General Government sector⁴ (S.13) was residual for the SE GVA.

Institutional Sector	Kind of activity units		Gross Value Added (GVA)		Compensation of employees		Employment	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	No		10 ⁶ EURO		10 ⁶ EURO		FTE	
Non-financial coporations (S.11) + Households (S.14)	9 264	9 316	1 042	994	870	858	36 138	35 161
Financial corporations (S.12)	128	130	544	566	363	361	8 084	8 101
General government (S.13)	21	21	13	12	13	13	553	542
Non-profit institutions serving households (S.15)	64 161	64 384	3 977	4 025	3 569	3 669	200 098	201 814
Social Economy	73 574	73 851	5 575	5 597	4 815	4 901	244 873	245 618
National Economy	//	//	185 536	174 768	97 099	97 124	4 807 467	4 701 371
Social Economy/ National Economy (%)	//	//	3.0	3.2	5.0	5.0	5.1	5.2

Table 3

Distribution of the main indicators, by institutional sector

Source: Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account)

⁴ Only the Cooperatives group includes units from the General Government sector (21 in total). See the *Methodological Note* for additional information.

1.4.1. GVA

In 2020, SE entities accounted for 3.2% of the national GVA, an amount exceeding €5.5 billion. Having increased by 0.4% between 2019 and 2020, SE's GVA recorded a more favourable performance than that observed in the National economy, which, in the first year in which the adverse effects of the COVID-19 pandemic were felt, decreased by 5.8%.

Human health services (C), social services (D) and education services (B) were the most relevant areas of activity in terms of GVA, being responsible, in 2020, for 25.5%, 24.9% and 14.3% of the GVA respectively, which is in line with what was identified in the 2016 SESA. It should be noted that in 2019, social services (D) and human health services (C) had the same weight in the SE GVA (25%), which highlights the growth of GVA in health activities (C) (+2.6%) in 2020, the first year marked by the effects of the COVID-19 pandemic, when those services took precedence in the GVA structure of SE entities.

On the other hand, the GVA of activities related to culture, communication, and recreation activities (A) registered a decrease of 11.7% in 2020.

Analysing the distribution of GVA by groups of entities, in 2020 the AAG concentrated 62.1% of the total GVA of SE, followed by Cooperatives (13.0%) and Holy Houses of Mercy (11.8%), which represents a structure identical not only to 2019 but also to what was identified in 2016.

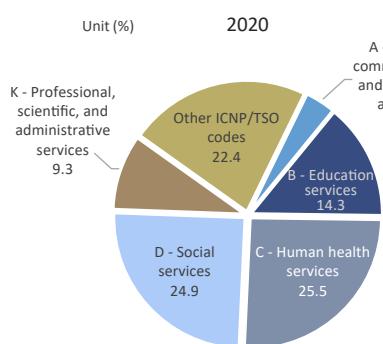


Figure 9
Distribution (%) of SE GVA,
according to ICNP/TSO, 2020

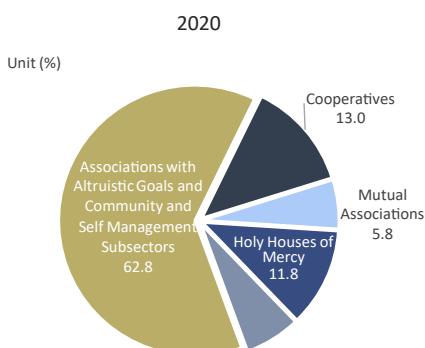


Figure 10
Distribution (%) of SE GVA,
by groups of entities, 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

As in previous editions, the GVA per (employee) FTE in SE, apart from the Mutual Associations, was lower than the National economy average. Nevertheless, it should be noted that not only between 2019 and 2020 there is an increase in this indicator in all groups of SE entities, but, with the exception of Mutual Associations, all other groups in the sector present values higher in 2020 than those identified in 2016.

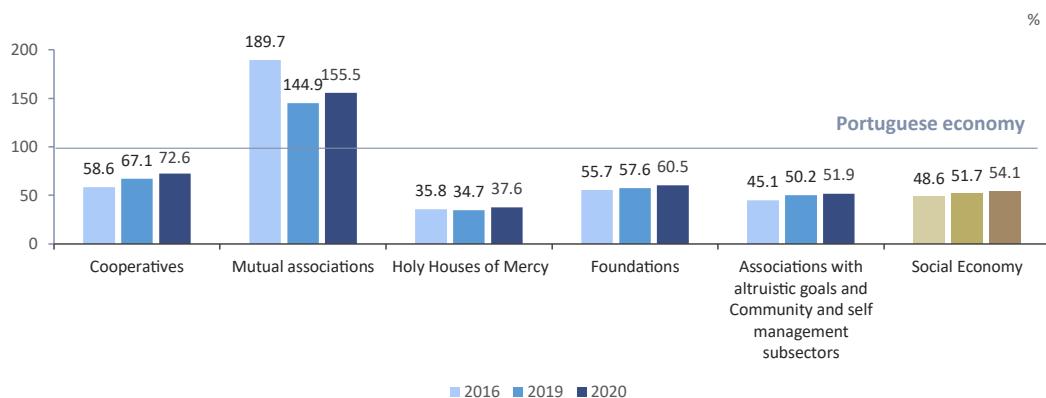


Figure 11
GVA/Employees (FTE), by groups of SE entities (Portuguese economy = 100)
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

1.4.2. COMPENSATION OF EMPLOYEES

In 2020, SE entities accounted for 5.0% of the national compensation of employees in an amount exceeding €4.1 billion. Having increased by 1.8% between 2019 and 2020, SE's compensation of employees recorded a more favourable performance than that observed in the National economy, where the same variable, for the same period, registered a slight increase of 0.03%.

Human health services (C) represented 26.7% of the total compensation of employees of the SE, being immediately followed by social services (D) (26.6%) and education services (B) (15.1%). This distribution differs from that observed in 2019, year in which social services (D) emerged first and second the human health services (C), thus highlighting, in another indicator, the increase in the relative importance of health activities in 2020.

By groups of entities, in 2020 the AAG (63.0%) stood out regarding the compensation of employees, followed by the Holy Houses of Mercy (13.4%) and the Cooperatives (12.5%), a structure similar to 2019, but revealing an inversion between Cooperatives and Holy Houses of Mercy compared to 2016.

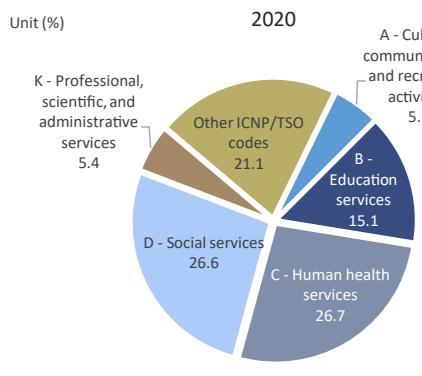


Figure 12

Distribution (%) of SE Compensation of Employees, according to ICNP/TSO, 2020

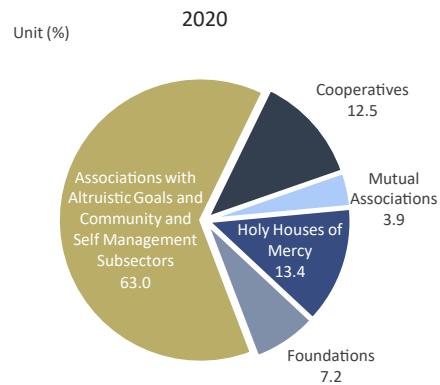


Figure 13

Distribution (%) of SE Compensation of Employees, by groups of entities, 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

The average compensation of employees (FTE) was lower than that of the National economy, showing a significant dispersion by groups of entities. Mutualist Associations constituted the SE group with the highest compensation of employees' average, followed by Cooperatives and Foundations, both with compensations higher than the National economy. It should be noted that the group with the lowest average compensation, the Holy Houses of Mercy, have, however, a higher compensation of employees in 2020 than in 2019 and 2016.

%

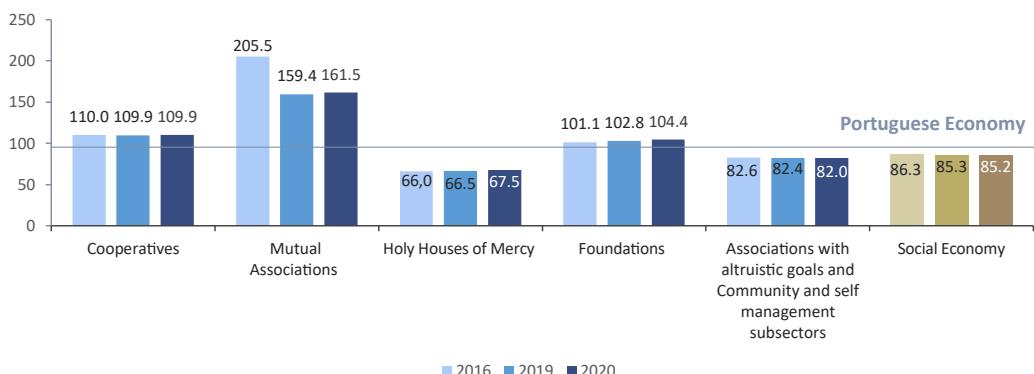


Figure 14
Compensation of Employees/Employees (FTE), by groups of SE entities
(Portuguese economy = 100)
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

1.4.3. EMPLOYMENT

SE entities were responsible in 2020 for 5.9% of employees (FTE) in a total of more than 243 thousand full-time jobs. Having increased by 0.4% between 2019 and 2020, SE employees recorded a more favourable performance than that observed in the National economy, which decreased, in the same period, by 1.4%.

In 2020, 33.2% of employees (FTE) in SE were concentrated in human health services (C), followed by social services (D) (29.9%) and education services (B) (12.8%), thus maintaining a distribution identical to that observed in 2019 and 2016.

Due to its relative importance, should be highlighted the 1.3% increase in employees in human health services (C) in 2020, compared to the previous year.

Analysing employees (FTE) by groups of SE entities in 2020, AAG stood out (65.5% of the total), followed by Holy Houses of Mercy (16.9%) and Cooperatives (9.7%). This distribution was similar in 2019 and also in 2016.

Social Economy Satellite Account 2019/2020

Unit (%)

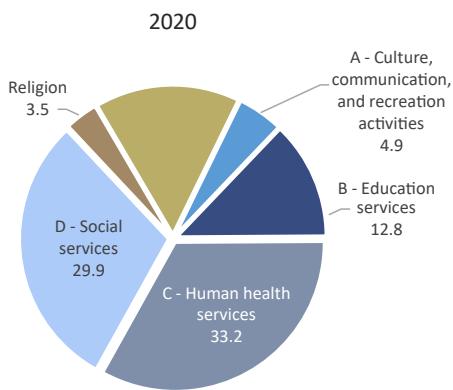


Figure 15

Distribution (%) of SE Employees (FTE),
according to ICNP/TSO, 2020

Unit (%)

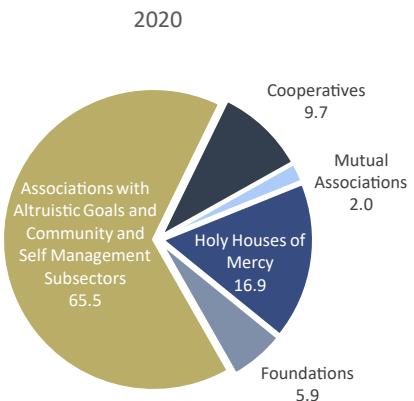


Figure 16

Distribution (%) of SE Employees (FTE),
by groups of entities, 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

**ADDITIONAL CHARACTERIZATION
OF EMPLOYMENT IN SOCIAL ECONOMY:
COMMUNITY SERVICE SENTENCES
2019/2020**

Providing work for the community is an alternative penalty or measure to imprisonment, determined by courts, which consists in providing unpaid work to the State, to other entities governed by public law or to private ones, whose purposes are considered by court to be of interest to the community, which include Social Economy (SE) entities.

According to information from the Directorate-General for Reinsertion and Prison Services (DGRSP)⁵, in 2019 were identified, at least 2 621 individuals that complied community service in 967 entities of the SESA universe. In 2020, the identified number was of, at least, 1 496 individuals, inserted in 638 entities of the SESA universe of that year. Both in 2019 and in 2020, the number of individuals who provided work for the community in SE entities corresponded to more than half of the total number of individuals listed by the DGRSP.

Of the identified individuals in 2019, around 91.5% provided community work in the Associations with Altruistic Goals (AAG) and 5.5% in the Holy Houses of Mercy. In 2020, the AAG and the Holy Houses of Mercy remained as the SE groups that welcomed a higher number of individuals (92.3% and 4.7%, respectively). To note that a significant number of individuals complied their community service in entities that hold the status of Private Institution of Social Solidarity (IPSS), namely 15.9% in 2019 and 18.6% in 2020.

5 According to the DGRSP Activity Report, in 2019 there were 11 897 requests for providing community service determined by court sentence, and in 2020, there were 8 284 requests. In order to quantify the number of individuals who worked in favor of the community in social economy entities following a court ruling, it was possible to obtain from the DGRSP two listings with a sample of the penalties/measures in execution in 2019 and in 2020, which represented about 40% and 34% of the total penalties / measures being executed in those years. This anonymized listings only identified the organizations that hosted 4 717 individuals, in 2019, and 2 829 individuals, in 2020, with a penalty or measure of work in favor of the community, decreed by the court.

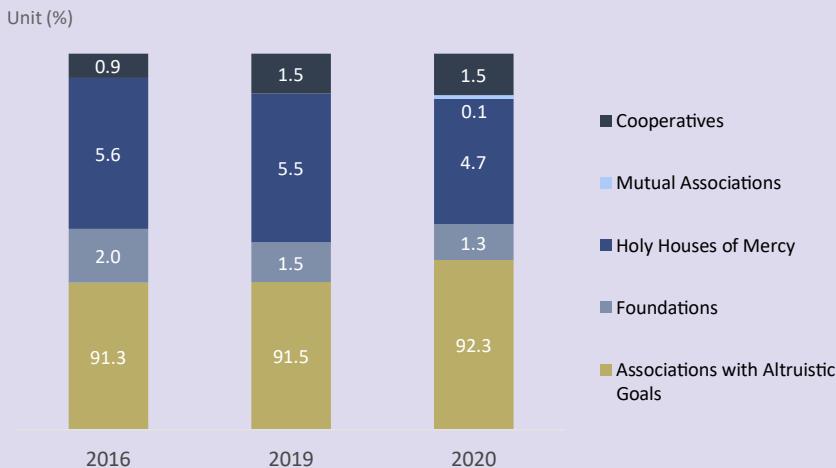


Figure 17
Distribution (%) of individuals who provided community service
ordered by courts, by SE groups
Source: Statistics Portugal/CASES, based on information provided by DGRSP

The main areas of activity of SE organizations that received individuals who worked in favour of the community were, in 2019 and 2020, respectively, social services (47.2% and 46.2% of individuals), culture, communication, and recreational activities (30.5% and 30.3%) and human health services (12.0% and 11.2%), according to the International Classification of Non-Profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO). Combined, the entities in these three areas congregated, in both years, approximately 90% of individuals who provided community service in SE organizations.

It should be noted that the results presented for 2019 and 2020 are in line with those of the previous edition of SESA (2016), which, for the first time, included information on the execution of sentences and measures to provide work in favour of the community in SE entities.

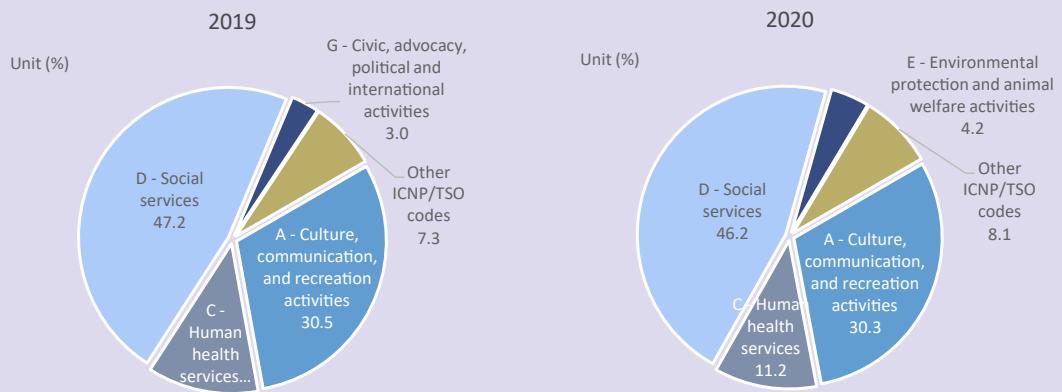


Figure 18
Distribution (%) of individuals who provided community service
ordered by courts, in SE entities, according to the ICNP/TSO
Source: Statistics Portugal/CASES, based on information provided by DGRSP

**ADDITIONAL CHARACTERIZATION
OF EMPLOYMENT IN SOCIAL ECONOMY:
WORKERS WITH LOSS OR ANOMALY OF BODY STRUCTURES
OR FUNCTIONS WITH IMPLICATIONS FOR THE PROVISION
OF WORK (TPA) IN SE
2019/2020**

According to the information provided by the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security (GEP/MTSSS)⁶, in 2019, 13 702 TPAs were identified, of which 2 078 worked in entities of the SESA universe. In 2020, both the total number of TPAs and the number of TPAs working in Social Economy (SE) entities increased, specifically to 13 902 and 2 197, respectively.

Thus, of the total TPAs identified in the Single Report, the entities of the SESA universe gathered about 15% in 2019 and about 16% in 2020.

Considering the number of persons employed in SE entities, it is observed that they, on average, employed 2.7 TPAs in 2019 and 2.8 TPAs in 2020, although the most frequent value observed was, in both years, 1 TPA per entity.

Taking into account the relative importance of TPAs in the number of persons employed⁷, it is further verified that in 2019 and 2020, on average, TPA represented about 4% of the total number of persons employed in the SE entities that identified TPAs in the Single Report. Considering each group of SE, it should also be noted that, in 2019 and 2020, approximately 3% of the total number of people employed in Associations with Altruistic Goals, Cooperatives and Foundations corresponded to TPAs.

From the set of TPAs identified in SE entities, it is observed that the vast majority were female, both in 2019 (69.2%) and in 2020 (69.7%). Additionally, in both years, most TPAs in SE entities were between 45 and 64 years old.

6 Includes all companies with 10 and more employees on December 31st which, in the 2019 and 2020 Single Report, reported having workers with loss or anomaly of body structures or functions with work-related implications (TPA).

7 According to the information provided by the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security (GEP/MTSSS).

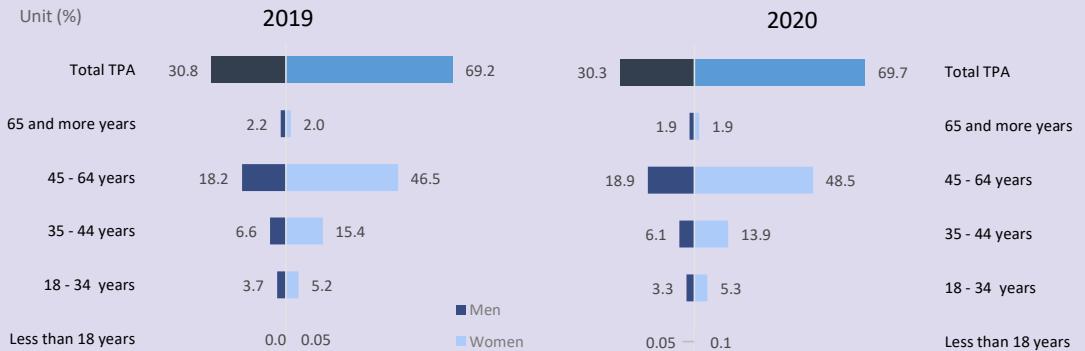


Figure 19

TPAs' distribution (%) in SE entities, by sex and age

Source: Statistics Portugal/CASES, based on the Single Report (GEP/MTSSS)

Considering the different levels of disability⁸ of the TPAs under analysis, more than 70% had a disability of 60% or inferior to 80%, both in 2019 and 2020. It is noteworthy a female majority in all degrees of disability.

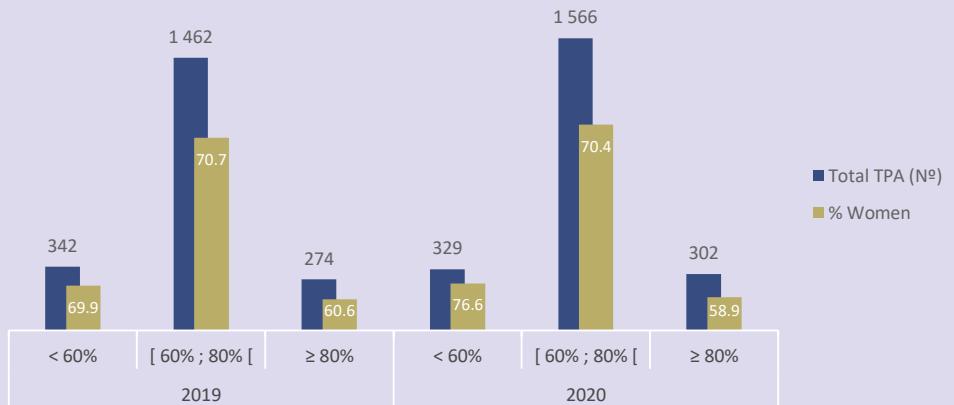


Figure 20

TPAs' distribution (%) in SE entities, by level of disability (Nº) and sex (%)

Source: Statistics Portugal/CASES, based on the Single Report (GEP/MTSSS)

8 According to the disability assessment regime for persons with disabilities for the purposes of access to the measures and benefits provided for in the law defined by Decree-Law 174/97, of 19 July and Decree-Law 291/2009, of 12 October.

Of the 2 078 TPAs identified in 2019 in SE entities, more than 50% worked in the AAG, followed by Holy Houses of Mercy (18.3%) and Cooperatives (16.4%). It should be noted that 1 384 individuals worked in entities that hold the status of Private Institution of Social Solidarity (IPSS), that is, the IPSS aggregated about 10% of the total TPAs identified in the Single Report and 66.6% of the total TPA of the SE entities.

Analysing the distribution of TPA by groups of SE entities in 2020, it continues to be observed that the majority worked in the AAG (52.2%), Holy Houses of Mercy (17.9%) and Cooperatives (15.1%). Also noteworthy is the contribution of IPSS to this type of employment, slightly higher than in 2019, since the TPAs in these entities corresponded, in 2020, to about 11% of the total TPA and 67.5% of the total TPA in SE entities.

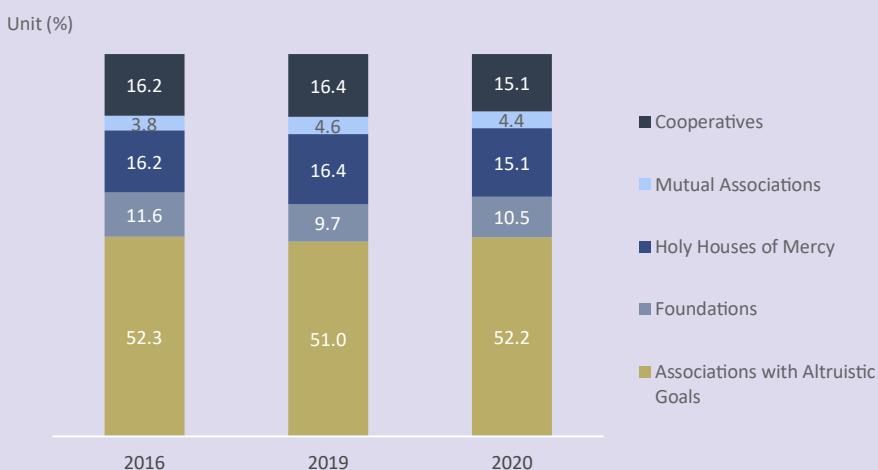


Figure 21
Distribution (%) of TPA, by SE groups
Source: Statistics Portugal/CASES, based on the Single Report (GEP/MTSSS)

Human health and social services concentrated, both in 2019 and in 2020, about 61% of the TPAs of SE entities, followed by education services (14.1% in 2019 and 14.6% in 2020).

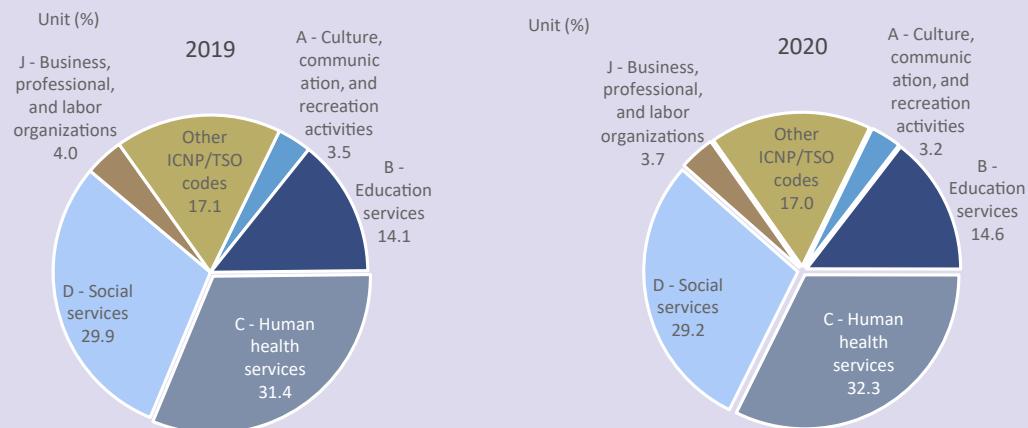


Figure 22

TPAs' Distribution (%) in SE entities, according to ICNP/TSO

Source: Statistics Portugal/CASES, based on the Single Report (GEP/MTSSS)

In addition, it should be noted that women are the majority in all groups of SE entities and in all activities, in both years.

1.5.

SE IN THE PORTUGUESE ECONOMY

Although some conceptual and methodological changes were introduced in the different editions of the SESA (2010, 2013, 2016, 2019-2020)⁹, consistency with the Portuguese National Accounts allows contextualizing the importance of SE in the Portuguese economy between 2010 and 2020.

Between 2010 and 2013, the maintenance of the weight of SE GVA in the National economy (2.8%) and the increase of the weight of SE employees in the total employees (from 5.5% in 2010 to 6.0% in 2013), are illustrative of the resilience of the sector in the context of the economic and financial crisis that affected Portugal at the time.

Thus, the evolution of the main macroeconomic variables in 2013, compared to 2010, indicated that SE is a short-term “buffer” in periods of crisis, working counter cyclically to respond to pressing social needs which, often, get worse during these periods.

In the present edition of the SESA, the nominal variation of SE GVA (+0.4%) and of the National economy (-5.8%) in the last year of the biennium, resulted in an increase in the relative importance of SE GVA in the National economy GVA from 3.0%, in 2019, to 3.2%, in 2020: the highest of the four editions of the SESA.

9 The 2013 and 2016 editions are consistent with the 2011 benchmark year of the National Accounts and the 2019 2020 edition are consistent with the 2016 benchmark year of National Accounts. All are based on the ESA 2010 conceptual framework. The 2010 edition is consistent with the 2006 benchmark year of National Accounts and is based on the ESA 95.

%



Figure 23

Variation Rates (%) of GVA in the Social and National Economy, between 2010 e 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

In 2020, SE employment and employees recorded slight increases (0.3% and 0.4%, respectively), compared to 2019, while in the National economy there was a decrease in employment and employees (-2.2% and -1.4%, respectively).

%

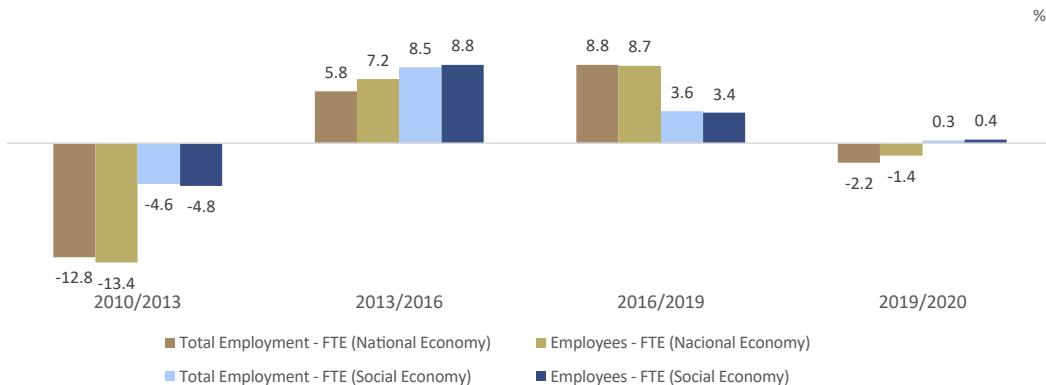


Figure 24

Variation Rates (%) of total employment and employees
in the Social and National Economy, between 2010 e 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

Therefore, and as in 2013, the results of the main macroeconomic indicators of SE, in 2020, confirmed the trend of evolution in counter-cycle with the Portuguese economy, during a new period of crisis.

As in previous editions, GVA per FTE, as well as GVA per employee in SE, except for Mutual associations, remained below the National economy average.

The average compensation of employees (per FTE in the SE) was lower than that of the National economy (85.3% and 85.2%, in 2019 and 2020,

	Unit	Levels	2010	2013	2016	2019	2020
Number of kind of activity units	No	SESA	55 383	61 268	71 885	73 574	73 851
GVA	10^6 euro	SESA	4 263	4 207	4 819	5 575	5 597
		NE	151 426	149 768	162 226	185 536	174 768
Employment (FTE)	No	SESA	228 124	217 744	236 288	244 873	245 618
		NE	4 792 750	4 178 797	4 419 870	4 807 467	4 701 371
GVA/FTE	10^3 euro	SESA	18.7	19.3	20.4	22.8	22.8
		NE	31.6	35.8	36.7	38.6	37.2
Compensation of employees	10^6 euro	SESA	3 955	3 973	4 322	4 815	4 901
		NE	86 814	76 280	81 854	97 099	97 124
Employees (FTE)	No	SESA	226 935	215 963	234 886	242 757	243 783
		NE	4 138 163	3 582 077	3 839 523	4 175 194	4 115 061
Average compensation of employees	10^3 euro	SESA	17.4	18.4	18.4	19.8	20.1
		NE	21.0	21.3	21.3	23.3	23.6
Compensation of employees/GVA	%	SESA	92.8	94.5	89.7	86.4	87.6
		NE	57.3	50.9	50.5	52.3	55.6

respectively), in line with the results of previous editions of the SE Account, showing a significant dispersion by groups of entities.

Analysing the ratio of compensation of employees per GVA, it was observed that a significant part of SE GVA is allocated to the compensation of employees (86.4% and 87.6% in 2019 and 2020, respectively), a much higher percentage than that observed in the economy (52.3% and 55.6%, in 2019 and 2020, respectively).

	Rates of Change (%)				SESA/NA (%)				
	2010/2013	2013/2016	2016/2019	2019/2020	2010	2013	2016	2019	2020
	10.6	17.3	2.3	0.4	//	//	//	//	//
	-1.3	14.6	15.7	0.4	2.8	2.8	3.0	3.0	3.2
	-1.1	8.3	14.4	-5.8	4.8	5.2	5.3	5.1	5.2
	-4.6	8.5	3.6	0.3	59.1	53.9	55.6	59.0	61.3
	-12.8	5.8	8.8	-2.2	4.6	5.2	5.3	5.0	5.0
	3.4	5.6	11.6	0.1	5.5	6.0	6.1	5.8	5.9
	13.4	2.4	5.1	-3.7	83.1	86.4	86.3	85.3	85.2
	0.4	8.8	11.4	1.8	161.9	185.4	177.7	165.0	157.6
	-12.1	7.3	18.6	0.0					
	-4.8	8.8	3.4	0.4					
	-13.4	7.2	8.7	-1.4					
	5.6	0.0	7.8	1.4					
	1.5	0.1	9.1	1.5					
	1.7 p.p.	-4.8 p.p.	-3.3 p.p.	1.2 p.p.					
	-6.4 p.p.	-0.5 p.p.	1.9 p.p.	3.2 p.p.					

Table 4

SESA main results, with the Portuguese economy as a reference (National Accounts)

Source: Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

FISCAL BENEFITS OF THE SOCIAL ECONOMY' ENTITIES 2019/2020

According to information published by the Tax and Customs Authority¹⁰, 10 830 SE entities were identified as receiving tax benefits for the 2019 tax period, in a total of €238 million, corresponding to 7.4% of the total tax benefits listed by Tax and Customs Authority (€3 216 million).

In 2020 less SE entities were identified as receiving tax benefits (9 315) and in an inferior total of €212.1 million, which, however, corresponded to a superior proportion to the total tax benefits listed by Tax and Customs Authority, namely, 9.3% of €2 287.8 million.

Analysing the distribution of tax benefits by SE groups in 2019 and 2020, the AAG stand out accounting, respectively, for 64.7% and 66.0% of the total SE fiscal benefits, followed by the Holy Houses of Mercy, with about 15% in both years.

More importantly, SE entities with the status of Private Institution of Social Solidarity (IPSS), gathered about 4% of all tax benefits in 2019 and about 5% in 2020.



Figure 25

Distribution of fiscal benefits (%), by SE groups

Source: Statistics Portugal/CASES based on information from the Tax and Customs Authority on tax benefits for the tax period 2019 and 2020 (list of beneficiaries by type of tax)

10 Available at: https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/Area_Beneficios_Fiscais/Paginas/default.aspx

In an analysis by type of tax, it was observed that it was in the Corporate Income Tax that more than half of the tax benefits of SE entities in the two years originated, namely 55.6% in 2019 and 57.4% in 2020. Following are the tax benefits from Value Added Tax (VAT), which accounted for 22.6% of the total tax benefits of these entities in 2019, and 23.5% in 2020.

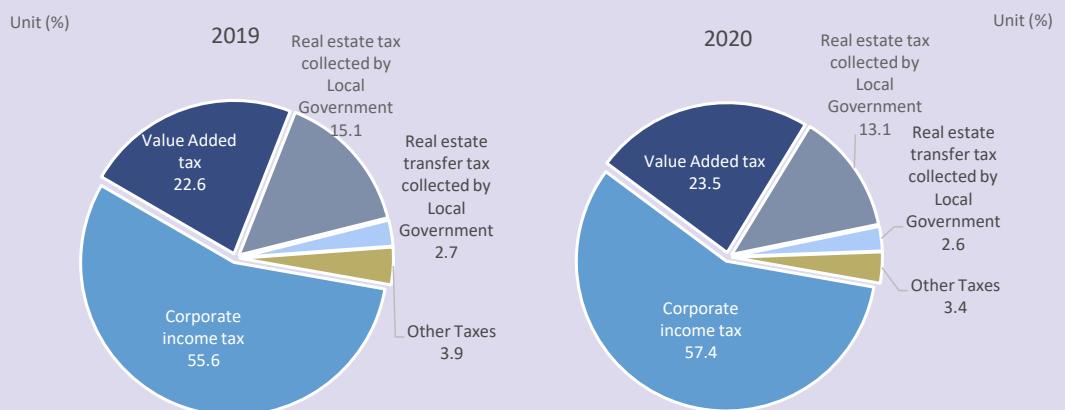


Figure 26

Distribution of SE fiscal benefits (%), by type of tax

Source: Statistics Portugal/CASES based on information from the Tax and Customs Authority on tax benefits for the tax period 2019 and 2020 (list of beneficiaries by type of tax)

Examining the relative importance of the tax benefits of SE entities in the total tax benefits identified by Tax and Customs Authority, by type of tax, in 2019 it is noteworthy the weight of VAT, which represented 39.7% of the total tax benefits arising from this tax. This was followed by the Single Circulation Tax and the Real Estate tax collected by Local Government, under which SE entities will have benefited, respectively, 30.3% and 18.5% of the total.

Considering the same analysis for 2020, although, as in 2019, the tax benefits of SE entities continue to represent about 40% of total benefits from VAT, it is in the Real Estate tax collected by Local Government that tax benefits for SE see their greatest weight in 2020 – 48.6% of total benefits. This evolution in the biennium under analysis is explained by the high reduction in the total tax benefits originating from the Real Estate tax collected by Local Government

granted in the National economy (around 71%), which, although it also had repercussions on the total amount granted to the SE sector, manifested itself significantly lower (decrease of around 23%). Thirdly follows the Single Circulation Tax, in which 16.5% SE entities have benefited from.

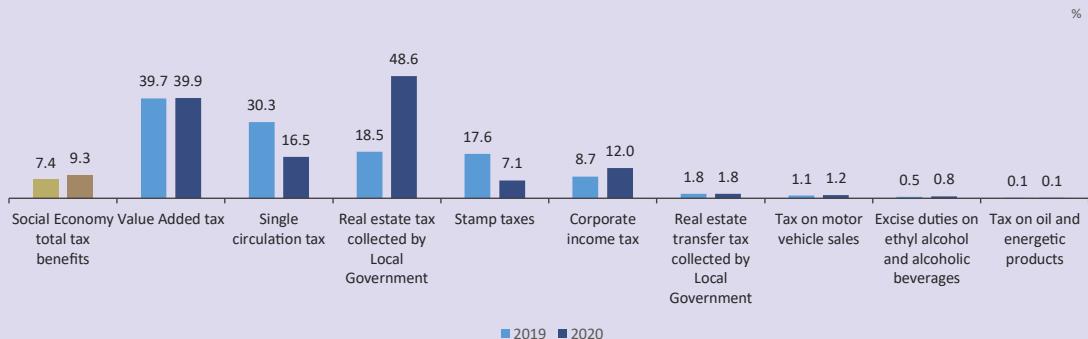


Figure 27

Weight of SE tax benefits in total tax benefits (%), by type of tax

Source: Statistics Portugal/CASES based on information from the Tax and Customs Authority on tax benefits for the tax period 2019 and 2020 (list of beneficiaries by type of tax)

2.

CHARACTERIZATION OF SE BY MAIN GROUP OF ENTITIES

The following table summarizes the main results by groups of entities, presenting the main activity observed in each group in 2020 in relation to the total number of units, GVA, compensations of employees and employees, the analysis of which, in greater detail, is presented below.

Group of Entities		Units		GVA		Compensation of employees		Employees	
		N.º	%	10 ⁶ euro	%	10 ⁶ euro	%	FTE	%
Social Economy	Main activity	Culture, communication, and recreation activities		44.8	Human health services		25.5	Human health services	
	Social Economy (SE) Total	73 851		5 597		4 901		243 783	
Cooperatives	Main activity	Other Activities		48.7	Financial and insurance services		35,4	Financial and insurance services	
	Total of Cooperatives	2 153		725		610		23 530	
	Weight (%) of Cooperatives in SE		2.9		13.0		12.5		9.7
Mutual Associations	Main activity	Social Services		48.4	Financial and insurance services		92.4	Financial and insurance services	
	Total of Mutual Associations	91		327		189		4 949	
	Weight (%) of Holy Houses of Mercy in SE		0.1		5.8		3.9		2.0
Holy Houses of Mercy	Main activity	Human health services		83,5	Human health services		87.6	Human health services	
	Total of Holy Houses of Mercy	376		660		658		41 308	
	Weight (%) of Foundations in SE		0.5		11.8		13.4		16.9
Foundations	Main activity	Social Services		26.1	Educação		32.1	Education Services	
	Total of Foundations	618		370		355		14 407	
	Weight (%) of Foundations in SE		0.8		6.6		7.2		5.9
Associations with Altruistic Goals (ACFA) and Community and Self Management Subsectors (CSS)	Main activity	Culture, communication, and recreation activities		45.4	Social Services		34.6	Social Services	
	Total of ACFA + CSS	70 613		3 515		3 089		159 590	
	Weight (%) of ACFA + CSS in SE		95.6		62.8		63.0		65.5

Table 5

SESA summary table, by group of entities and main activity, 2020

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

2.1. SE GROUPS

2.1.1. COOPERATIVES

In 2020, there was a slight decrease (-1.0%) in the total number of Cooperatives, compared to 2019, with a total of 2 153 Cooperatives being considered in the SESA universe. Comparing with the previous SESA edition (2016), there was a decrease of 8.1% in the total number of units in this SE group.

The main activities carried out by Cooperatives were the other activities (L), which accounted for around 48% of the units in 2020, among which trade activities (L40) with 13.2%, manufacturing (L20) with 13.1% and agriculture, forestry and fishing (L10), with 12.3% stood out. Culture, communication and recreation activities (A) followed, with 14.7% of Cooperatives, in 2020.

In 2020, the GVA of Cooperatives increased slightly (1.3%), which contrasted with the reduction in wages (0.4%), employment (-2.0%) and employees (-1.9 %), compared to 2019.

	2016	2019	2020	Rate of change (%) 2016/2019	Rate of change (%) 2019/2020
Number of Cooperatives (No.)	2 343	2 174	2 153	-7.2	-1.0
GVA (10^6 euro)	604	716	725	18.5	1.3
Compensation of employees (10^6 euro)	572	613	610	7.1	-0.4
Employment - FTE (No.)	24 940	24 510	24 026	-1.7	-2.0
Employees - FTE (No.)	24 402	23 985	23,530	-1.7	-1.9

Table 6
Evolution of main indicators – Cooperatives
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

In terms of GVA, financial and insurance services (L60) stood out: despite corresponding to around 4% of total Cooperatives, these activities accounted for approximately 35% of GVA in the 2019-2020 biennium.

The compensation of employees' distribution was similar to that of the GVA, with financial and insurance services (L60) supporting around 30% of the compensation of employees of this SE group, in the biennium under review.

With regard to employees (FTE), education services (B) stood out with 21.2% and 20.6% of the total employees of this group, in 2019 and 2020.

COOPERATIVE SECTOR BRANCHES OF ACTIVITY 2019/2020

SESA uses the statistical nomenclature “International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)”, of the United Nations “Handbook on Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”, in line with international recommendations and best practices. (See *Methodological Note* for more information on this nomenclature and on the classification of units according to it).

Nevertheless, the Cooperative Code (Law no. 119/2015, of 31 August) establishes, in its article 4, that the Cooperative sector encompasses 12 branches (which classify the activities carried out by Cooperatives), although it is also possible to create multi-purpose Cooperatives, which are characterized by being able to develop activities in several branches of the cooperative sector.

This box aims to respond to the sector's need for information, presenting, for the first time, information on the distribution of the Cooperatives GVA, according to the legal branches.

Credit, Agriculture and Education branches accounted for around 80% and 81% of the total Cooperatives GVA, in 2019 and 2020, respectively, which corresponds to approximately €573 and €588 million in those years.

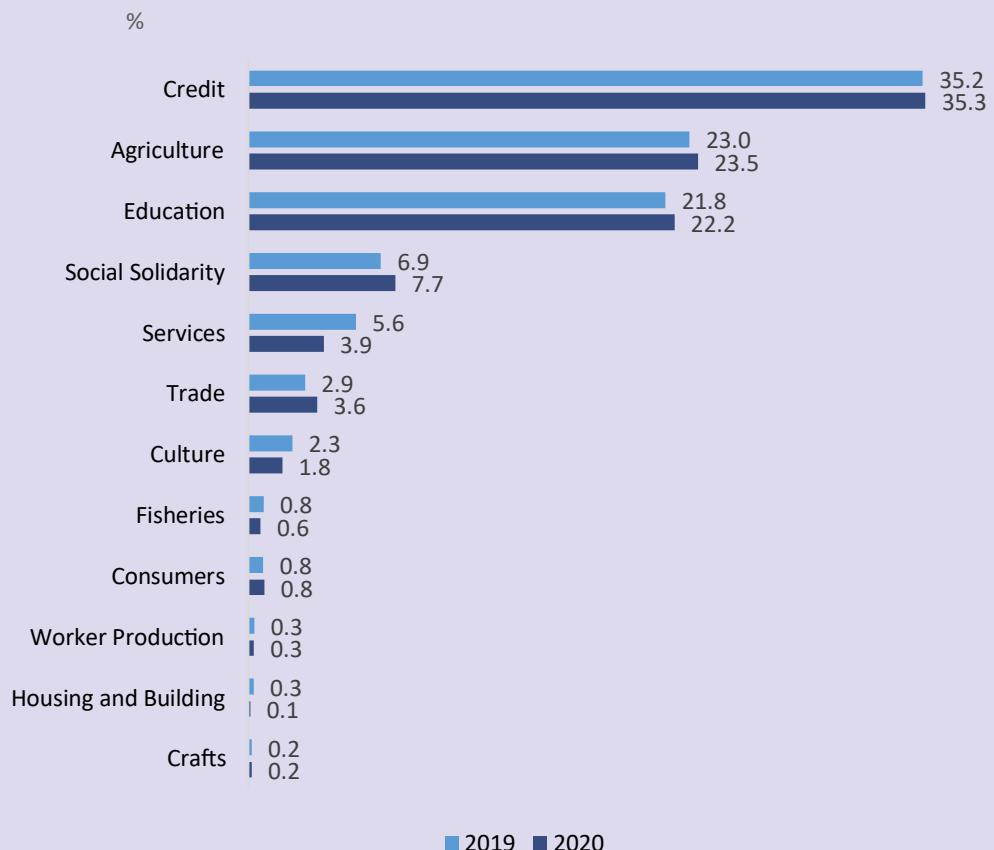


Figure 28

Distribution of Cooperatives GVA (%), by cooperative branches

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

2.1.2.

MUTUAL ASSOCIATIONS

In 2019 and 2020, the number of Mutual associations remained the same (91 units). Of these, 48.4% were classified in social services (D) and 25.3% carried out human health services (C), in the biennium. Comparing with the SESA's previous edition (2016), the number of Mutual associations decreased by 6.2%.

Contrary to GVA and compensation of employees, which increased in 2020 (2.5% and 2.8%, respectively), employment (including employees) remained virtually unchanged (-0.1%) compared to the previous year.

	2016	2019	2020	Rate of change (%) 2016/2019	Rate of change (%) 2019/2020
Number of Mutual associations (No.)	97	91	91	-6.2	0.0
GVA (10⁶ euro)	388	319	327	-17.8	2.5
Compensation of employees (10⁶ euro)	212	184	189	-14.4	2.8
Employment - FTE (No.)	4 842	4 954	4 949	2.3	-0.1
Employees - FTE (No.)	4 842	4 954	4 949	2.3	-0.1

Table 7
 Evolution of main indicators – Mutual Associations
 Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Financial and insurance services (L60) accounted for 88.5% and 92.4% of the total GVA of Mutual associations, in 2019 and 2020, respectively. These activities also stand out in the distribution of compensation of employees, representing 86.8% and 87.2% of the total in those years.

Financial and insurance services (L60) concentrated 73.3% of total employees, followed by human health services (C), with almost 14% of the total in the biennium under review.

Mutual associations remain the only group in SE in which the average compensation of employees and the GVA/FTE ratio are higher than the observed in the National economy.

2.1.3.

HOLY HOUSES OF MERCY

In 2019 and 2020, this SE group included a total of 376 units, 2.8% less than in 2016. Almost 84% of the Holy Houses of Mercy developed their activity in the human health services (C), while around 15% were classified in social services (D), in the biennium under review.

In 2020, the GVA of the Holy Houses of Mercy increased by 5.3% and wages increased by 4.6%, in line with the growth in employment (1.6%) and employees (1.6%).

	2016	2019	2020	Rate of change (%) 2016/2019	Rate of change (%) 2019/2020
Number of Holy houses of mercy (No.)	387	376	376	-2.8	0.0
GVA (10^6 euro)	597	627	660	5.0	5.3
Compensation of employees (10^6 euro)	555	629	658	13.2	4.6
Employment - FTE (No.)	39 452	40 656	41 308	3.1	1.6
Employees - FTE (No.)	39 445	40 640	41 308	3.0	1.6

Table 8
 Evolution of main indicators – Holy Houses of Mercy
 Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Human health services (C) were most relevant in terms of GVA (87.8% and 87.6% in 2019 and 2020, respectively) and employees (88.5% in the biennium).

Social services (D) constituted the second most relevant activity of this group, having generated almost 11% of GVA and about 10% of employees, in 2020.

The Holy Houses of Mercy registered the lowest average compensation of employees and also the lowest result of the GVA/FTE employees ratio, among the different SE groups, in the biennium under review. The average compensation of employees was €15.5 and €15.9 thousand, in 2019 and 2020, respectively, while at SE these values reached €19.8 and €20.1 thousand, in each year. Similarly, the GVA/FTE employees accounted for €15.4 thousand in 2019 and €16 thousand in 2020, below the SE average of €23 thousand in the biennium.

2.1.4.

FOUNDATIONS

In the 2019-2020 biennium, there were 618 Foundations, as in 2016. Around 26% of Foundations carried out activities in social services (D), followed by culture, communication and recreation activities (A) (almost 21%) and human health services (C) (approximately 18%).

In 2020, the Foundations GVA decreased by 2.3%, compared to the previous year. Employment and employees also recorded decreases of 2.7% and 2.6%, respectively, while the compensation of employees increased by 0.4% in the last year of the biennium.

	2016	2019	2020	Rate of change (%) 2016/2019	Rate of change (%) 2019/2020
Number of Foundations (No.)	619	618	618	-0.2	0.0
GVA (10^6 euro)	332	379	370	14.1	-2.3
Compensation of employees (10^6 euro)	304	354	355	16.2	0.4
Employment - FTE (No.)	14 151	14 919	14 516	5.4	-2.7
Employees - FTE (No.)	14 113	14 798	14 407	4.9	-2.6

Table 9
 Evolution of main indicators – Foundations
 Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Education services (B), despite comprising only 10% of Foundations, was the most relevant activity in the structure of this group's GVA (32.8% and 32.1%, in 2019 and 2020, respectively). Human health services (C) emerged as the second most relevant activity regarding GVA (21.7% and 20.9%, in the same years). In terms of employees, the most important activity in 2019 was human health services (C), with 33.7% of employees. In 2020, education services (B) surpassed human health services (C), accounting for 32.3% of employees.

2.1.5.

ASSOCIATIONS WITH ALTRUISTIC GOALS (AAG) AND COMMUNITY AND SELF-MANAGEMENT SUBSECTORS (CSS)

In 2020, the AAG, together with the Community and self-management subsectors, integrated 70 613 units (68 996 AAG and 1 617 CSS), an increase of 0.4%, facing 2019. This increase is due to the growth in the number of AAG in that period (0.5%) as the number of CSS entities decreased by 1.2% between 2019 and 2020. Compared to 2016, the number of entities increased by 3.2%, which, once again, resulted from the growth of AAG (3.3%) since the number of CSS entities decreased (3.6%).

About 47% of the AAG developed their activity in culture, communication and recreation activities (A), followed by religion (I) (12.3%) and social services (D) (9%), in the 2019-2020 biennium. The CSS concentrated mainly in agriculture, forestry and fishing (L10), in which 56.4% and 57.1% of these units were classified, respectively, in 2019 and 2020.

Between 2019 and 2020, there was a slight decrease in GVA (-0.5%) in these two SE groups, which contrasts with the positive evolution of employees' compensation (+1.8%), employment (+0.6%) and employees (+0.8%).

	2016	2019	2020	Rate of change (%) 2016/2019	Rate of change (%) 2019/2020
Number of Associations with altruistic goals and Community and self management subsectors (No.)	68 439	70 315	70 613	0.4	2.7
GVA (10 ⁶ euro)	2 898	3 535	3 515	-0.5	22.0
Compensation of employees (10 ⁶ euro)	2 678	3 036	3 089	1.8	13.4
Employment - FTE (No.)	152 903	159 834	160 819	0.6	4.5
Employees - FTE (No.)	152 084	158 381	159 590	0.8	4.1

Table 10

Evolution of main indicators – AAG and CSS

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

With regard to GVA, the most relevant activities were social services (D) (34.1% and 34.6%, in 2019 and 2020, respectively), followed by human health services (C) (20.9% and 21.4%, in the same years) and education services (B) (14.8% and 14.2%, in 2019 and 2020, respectively).

Social services (D) were also more relevant in terms of employees (almost 39% in the 2019-2020 biennium).

CORPORATIONS 100% OWNED
BY SE ENTITIES
2019/2020

The values presented in SESA do not include corporations owned by SE entities. This section intends, autonomously and complementary to the information presented previously, to highlight the relevance of the economic groups of Cooperatives, thus maintaining a special estimate carried out since the second edition of the SESA, and to add, for the first time, information on the holdings of the remaining groups of SE entities.

I.
CORPORATIONS 100% OWNED
BY COOPERATIVE CAPITAL

In 2019 and 2020, 71 corporations were identified (including holding companies) as owned by Cooperatives included in the SESA universe, with economic and financial information available for around 60 units.

This group of corporations generated, respectively, €84.6 million and €121.2 million of GVA, in 2019 and 2020. The manufacturing industries represented 76.3% and 61.5% of the total GVA of these corporations, in 2019 and 2020, respectively.

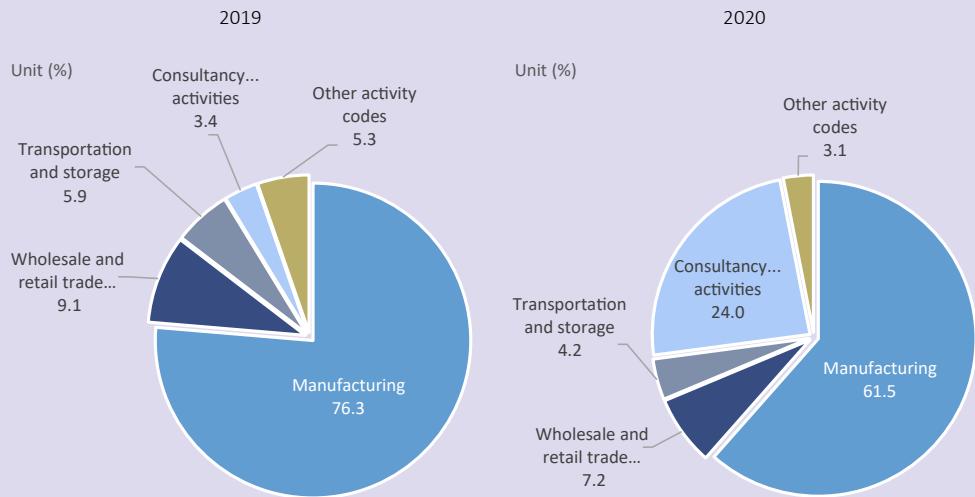


Figure 29

Distribution of GVA of corporations 100% owned by Cooperatives, by activity

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

In these corporations, the value of compensation of employees amounted to €58.7 million and €60.6 million, in 2019 and 2020, respectively, with more than 2/3 concentrated in the manufacturing industries (69.8% in 2019 and 71.6% in 2020).

In terms of employees, this group of corporations held 2 335 and 2 253 jobs in 2019 and 2020.

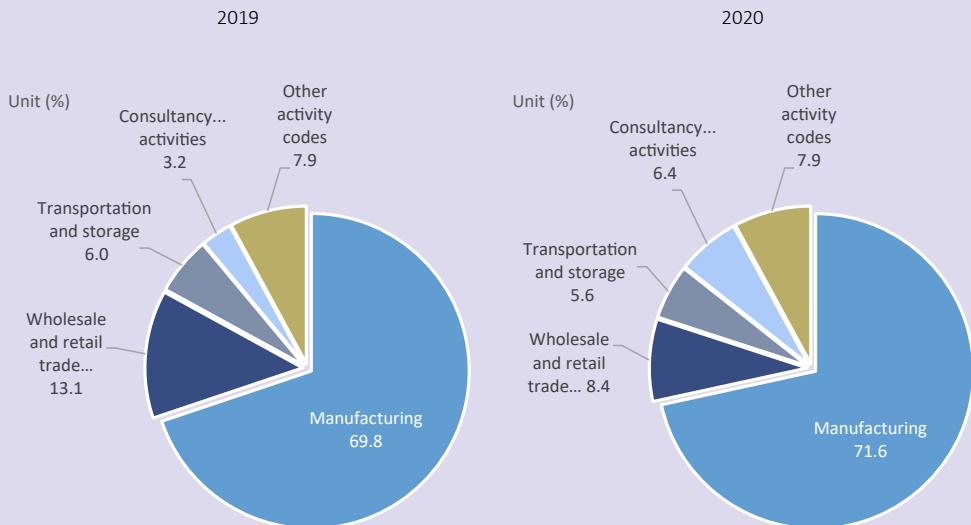


Figure 30

Distribution of compensation of employees of corporations 100% owned by Cooperatives, by activity

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

If the contribution of these corporations were considered, the GVA of the Cooperative sector would equal or exceed €800 million, in 2019 and 2020, reinforcing the position of Cooperatives as the second most relevant group of SE entities in the biennium. Likewise, SE GVA would represent 3.1% and 3.3% of the total GVA of the National economy, in 2019 and 2020, respectively.

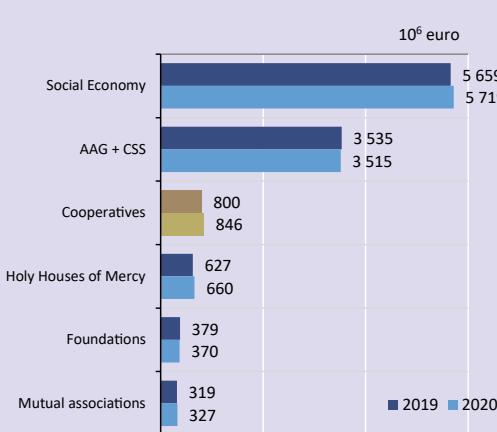


Figure 31
SE GVA, by group of entities, including
corporations 100% owned by Cooperatives

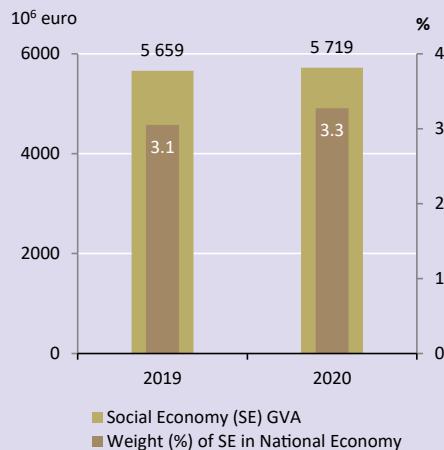


Figure 32
SE GVA, including corporations
100% owned by Cooperatives

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

II.
CORPORATIONS 100% OWNED
BY OTHER SE ENTITIES

Like Cooperatives, other SE entities (Holy Houses of Mercy, Mutual associations, Foundations and AAG) also hold shares in corporations.

Using the information collected within the scope of the Social Economy Sector Survey 2018 (ISES), it was possible to identify 63 corporations 100% owned by SE entities, of which 52.4% owned by AAG and 34.9% owned by Foundations.

This group of corporations generated, respectively, €26.3 million and €13.6 million of GVA, in 2019 and 2020.

In these corporations, the compensation of employees amounted to €17.8 million and €20.1 million, in 2019 and 2020, respectively. In terms of employment, there were 775 and 753 jobs in these corporations in 2019 and 2020.

Social Economy Groups	Participated units	GVA		Compensation of employees		Employment	
		2019		2019	2020	2019	2020
		No.	Thousand Euros		Thousand Euros		No.
Mutual Associations	3	222	114	0	0	1	1
Holy Houses of Mercy	5	375	354	883	926	57	56
Foundations	22	5 037	4 250	4 903	4 037	241	239
Associations with altruistic goals	33	20 638	8 884	11 990	15 144	476	457
Total	63	26 272	13 602	17 776	20 107	775	753

Table 11

Information on corporations 100% owned by SE entities

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and National Accounts)

Adding the contribution of these corporations, the GVA of the social economy sector would exceed €5.6 million in 2019 and 2020, without, however, changing its weight in the GVA of the National economy in either year.

2.2. ENTITIES WITH SPECIAL STATUS

2.2.1.

PRIVATE INSTITUTIONS OF SOCIAL SOLIDARITY (IPSS)

5 511 and 5 476 entities with IPSS status or equivalent were identified in 2019 and 2020, respectively, with a decrease compared to the two previous editions of the SESA (5 584 in 2013 and 5 622 in 2016).

Thus, in 2019 and 2020, 7.5% and 7.4% of the total SE entities held the status of IPSS or equivalent, respectively, these concentrated in AAG (83.8%), followed by Holy Houses of Mercy (6.8%), Foundations (4.8%), Cooperatives (3.0%) and Mutual associations (1.6%).

More than 97% of the units included in the Holy Houses of Mercy and in the Mutual associations and less than 10% of Cooperatives and AAG held IPSS status.

The IPSS developed their activity mainly in social services (D) (about 55%), followed by human health services (C) (about 27%) and education services (B) (7.0%).

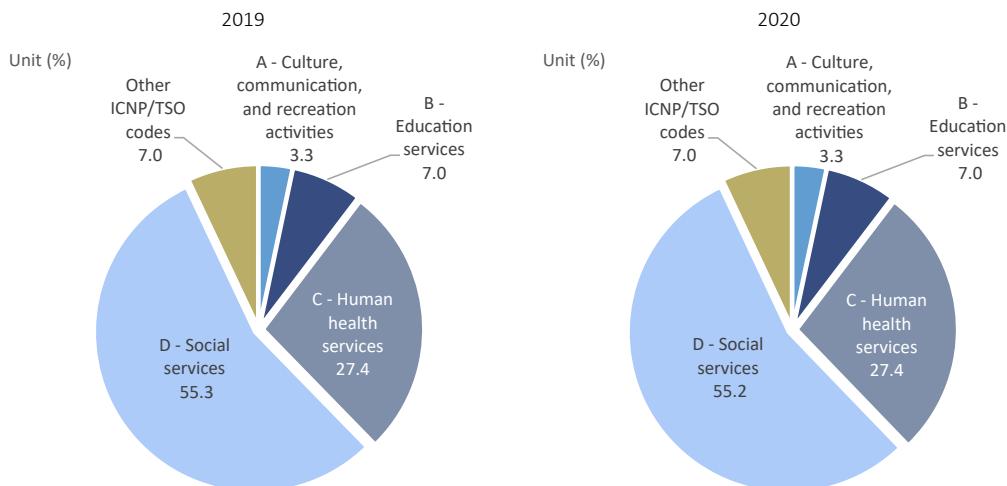


Figure 33
Distribution (%) of IPSS according to ICNP/TSO
Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Human health services (C) were most relevant in terms of GVA (around 51%), followed by social services (D) (over 37%) and education services (B) (over 9%), slightly changing the hierarchy observed in the distribution of the number of units.

While the GVA of human health services (C) increased by 2.9% in 2020, GVA of social services (D) and education services (B) decreased by 0.7% and 2.4% compared to the previous year, respectively.

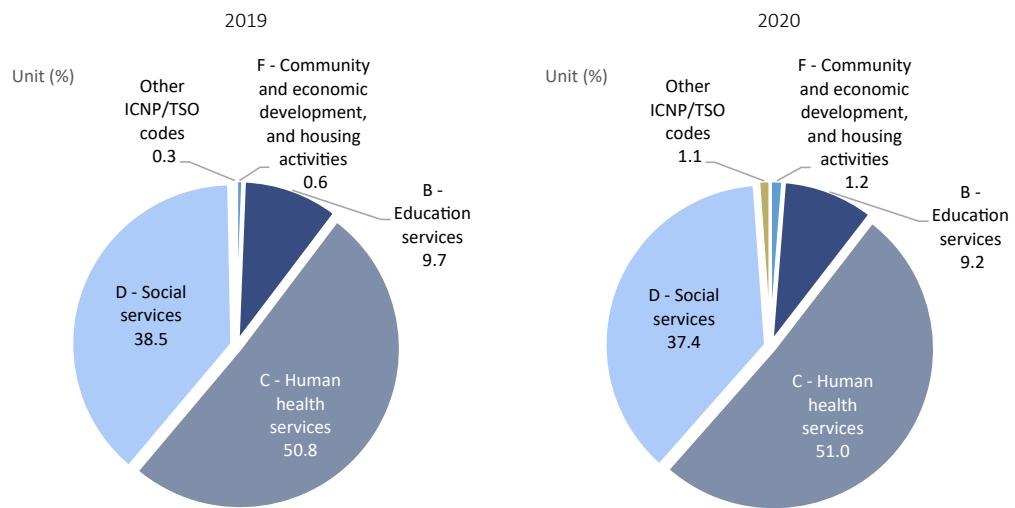


Figure 34

Distribution (%) of IPSS' GVA according to ICNP/TSO

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Between 2019 and 2020, employees in IPSS decreased by 1%. The evolution was similar to that of GVA, with an increase in human health services (C), albeit slight (0.02%), and a decrease in social services (2.1%) and education services (1.8%), between 2019 and 2020.

In 2020, IPSS reinforced their relative importance in SE, representing more than 40% of output, 44.8% of GVA, 53.3% of compensation of employees and 31.7% of other subsidies on production.

In the same year, the weight of IPSS employees in total SE employees was slightly lower than that observed in 2019: 63.8% in 2019 and 62.9% in 2020, which amounts to approximately 154 thousand workers in both years.

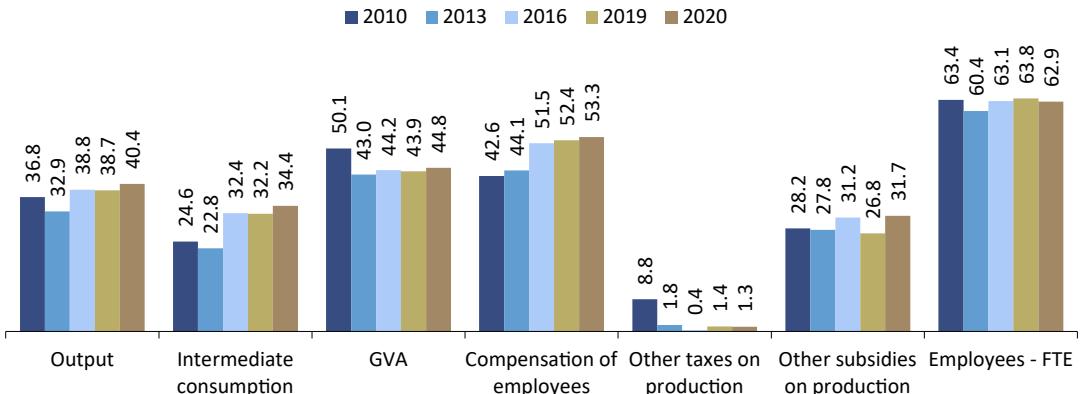


Figure 35

Relative importance (%) of IPSS in SE

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

2.2.2. OTHER SE ENTITIES WITH SPECIAL STATUS

In 2019 and 2020, respectively, were identified:

- 103 and 107 entities with the status of Non-governmental environmental organizations (ONGA), whose GVA amounted to €6.3 and €7.0 million;
- 162 and 163 entities holding the status of Non-governmental organizations for development (ONGD), which generated €63.8 and €70.8 million in GVA;
- 294 and 305 Non-governmental organizations for the disabled people (ONGPD). The ONGPD GVA rose to €131.2 and €162.5 million;
- 9 entities in the Non-governmental women's associations (ONGM), being the least numerous status. They were responsible for a GVA close to €1 million, in the biennium under review;
- 98 and 95 Associations representing immigrants and their descendants (ARID), which generated €3.4 and €3.8 million in GVA, respectively.

Social Economy Satellite Account 2019/2020

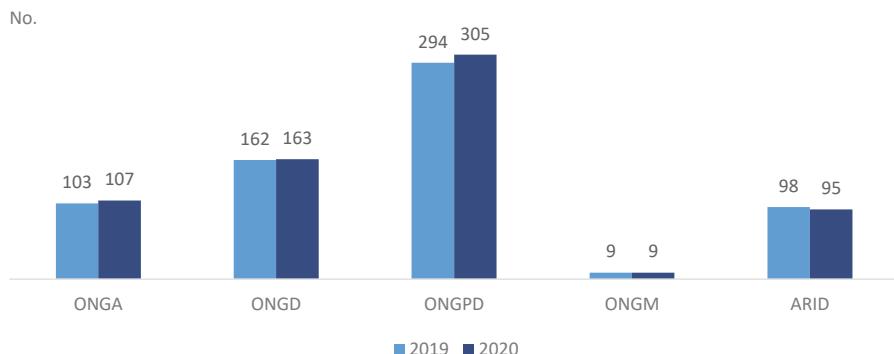


Figure 36

Number of units with special status

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Note: These entities may hold more than one specific statute,
and therefore, no sum of units should be considered

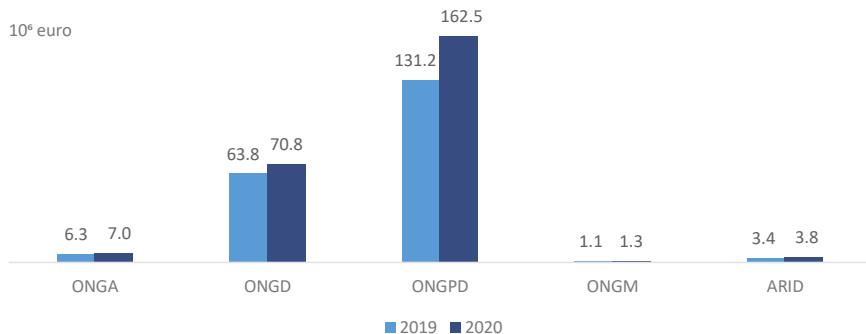


Figure 37

GVA of entities holding special statutes

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account)

Note: These entities may hold more than one specific statute,
and therefore, no sum of units should be considered

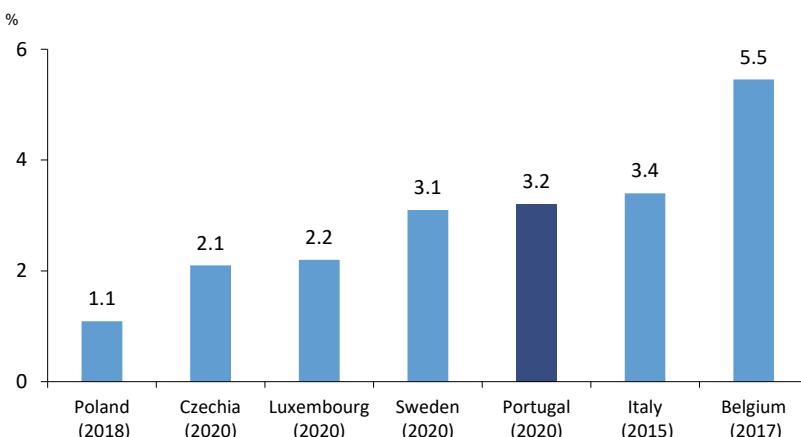
The AAG congregated all or most of these entities holding special status in the biennium under review:

- 100% of ONGA, ONGM and ARID, 88.9% of ONGD and 82.3% of ONPD, in 2019;
- 100% of ONGA, ONGM and ARID, 89.0% of ONGD and 83.0% of ONGPD, in 2020.

3. INTERNATIONAL COMPARISON

There are not many countries that have regularly and systematically implemented the compilation of SE Satellite Accounts. Additionally, it should be noted that comparisons with the results of other countries must be carried out with some caution, since there is no complete temporal coincidence of results, nor total harmonization in the type of units considered in the SE perimeter.

With regard to the relative weight of SE in the National economy (GVA or GDP), Portugal registered the third highest position among the seven European Union countries with available information.



*Figure 38
SE weight in National Economy (GVA or GDP)
Sources: Statistics Poland (Social Economy Satellite Account for Poland 2018);
Czech Statistical Office (Satellite account of non-profit institutions);
STATEC (Panorama en chiffres de l'économie sociale et solidaire / Séquence des comptes de l'économie sociale et solidaire.); Statistics Sweden (The Civil Society 2020); Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account); ISTAT (L'Economia Sociale in Italia); e Institut des comptes nationaux (Compte satellite des institutions sans but lucratif 2009-2017)*

Note: In Sweden, the indicator expresses the weight of SE GVA in the National GDP.

In other cases, the indicator refers to the weight of GVA in the National GVA

Considering the weight of SE employees¹¹ in total employees of National economy, Portugal is in an intermediate position, slightly below the European Union average for the 28 countries, between Estonia and Denmark, similar to what was observed in the previous SESA edition.

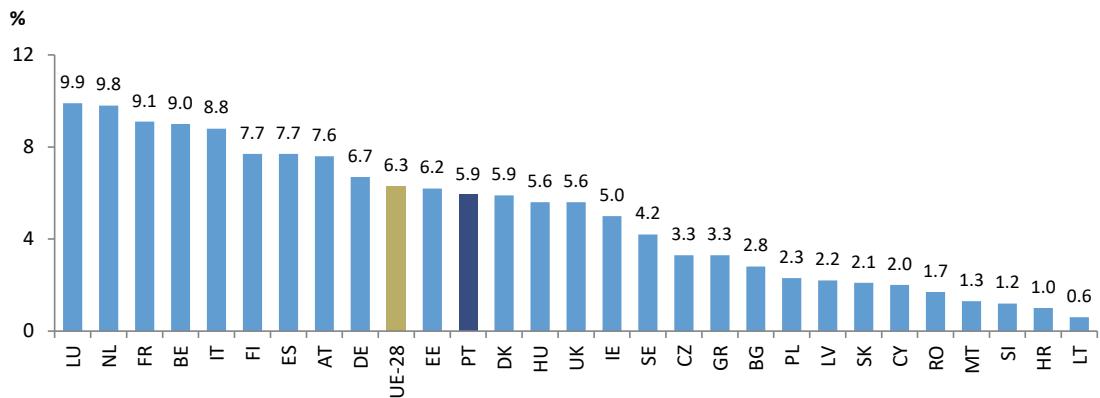


Figure 39

Weight of SE employees in total employees of National economy

Sources: Statistics Portugal (Social Economy Satellite Account) and CIRIEC (“Recent Evolutions of the Social Economy in the European Union” (other countries – 2014-2015)

11 It was not possible to confirm whether, in all countries, this refers to employees measured in FTE.

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDG)
AND SOCIAL ECONOMY
2019/2020**



SESA results allow the analysis of the SE contribution to indicators¹², 9.2.2 – Manufacturing employment as a proportion of total employment¹³ and 10.4.1. – Labour share of GDP¹⁴, which monitor SDG targets 9.2 and 10.4.

With regard to indicator 9.2.1., the weight of GVA of manufacturing in SE in the National GDP amounted to 0.13% (in 2010), 0.06% (in 2013) and 0.05% (in 2016, 2019 and 2020).



Figure 40

SE manufacturing GVA as a proportion of national GDP vs. national manufacturing GVA as a proportion of GDP in national economy

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and Sustainable Development Goals Thematic Folder)

- 12 Thematic monitor available at: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpid=ine_perfsdg&objetivo=9&indicador=9.2&indicador2=9.2.1
- 13 Thematic monitor available at: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpid=ine_perfsdg&objetivo=9&indicador=9.2&indicador2=9.2.2
- 14 Thematic monitor available at: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpid=ine_perfsdg&objetivo=10&indicador=10.4&indicador2=10.4.1

As for indicator 9.2.2., employment in the SE manufacturing represented 0.13%, 0.10%, 0.08% and 0.07% of total employment, measured in individuals, in 2010, 2013, 2016, and in 2019-2020 respectively.

It should be noted that in SE's total GVA, the manufacturing industry was only responsible for around 5.1% in 2010, 2.4% in 2013, 1.8% in 2016 and 2019, and 1.7% in 2020. Regarding employment, the manufacturing industry represented 2.8%, 1.9% and 1.5% in 2010, 2013 and 2016, respectively, and in the last biennium, 1.5% and 1.4% of the total employment in SE, measured in headcount.

Thus, the manufacturing industry, although not holding a residual importance in the GVA and employment generated by SE, is far from presenting itself as one of the most representative activities of this sector in terms of GVA and employment, which translates into a reduced contribution to both indicators analysed, in the context of SDG 9.

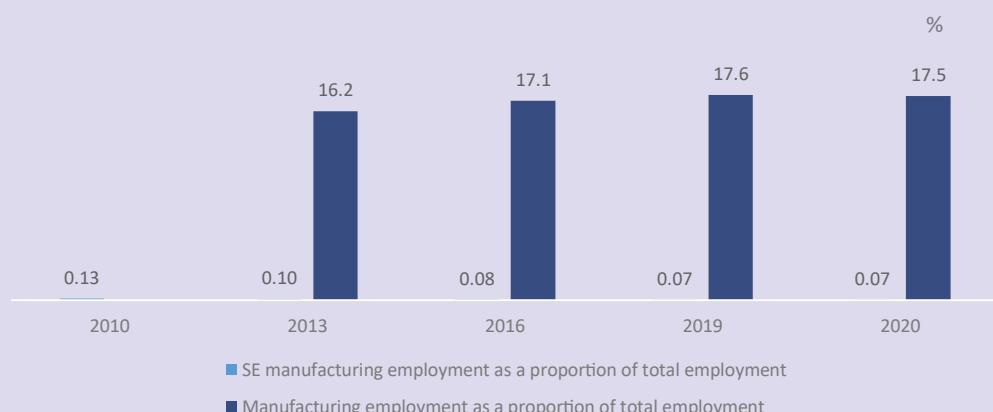


Figure 41

SE manufacturing employment as a proportion of total employment vs. national manufacturing employment as a proportion of total employment

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and Sustainable Development Goals Thematic Folder)

The share of the SE compensation of employees in the National GDP amounted to 2.3% (in 2010, 2013 and 2016), 2.2% (in 2019) and 2.4% (in 2020), contributing to indicator 10.4.1.

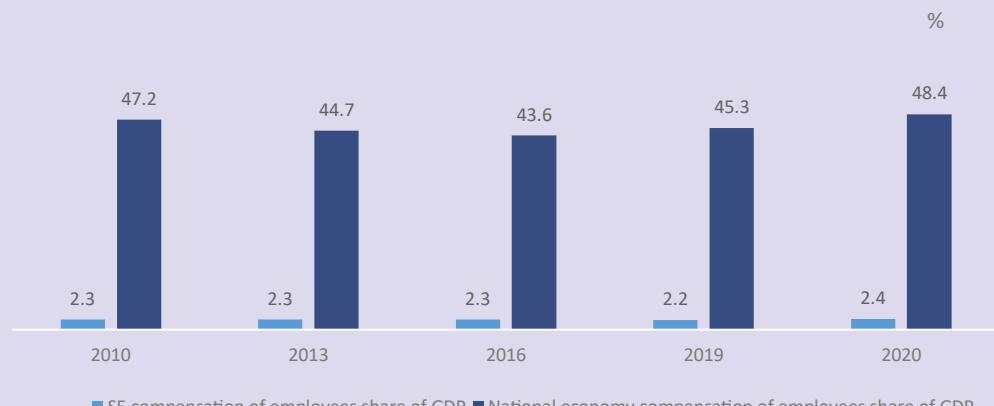


Figure 42

SE compensation of employees share in GDP vs. national economy compensation of employees share in GDP

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and Sustainable Development Goals Thematic Folder)

The weight of SE compensation of employees in SE GVA represented between 94.5% and 86.4%, maximum and minimum values observed between 2010 and 2020. This percentage is much higher than that observed in the National economy: the highest amounted to 55.6% (in 2020), for the years analysed.

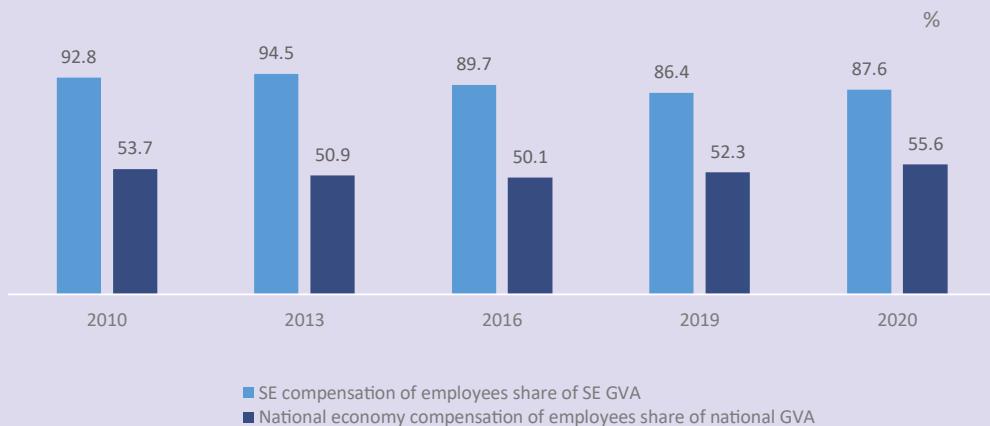


Figure 43

SE compensation of employees share of SE GVA vs. National economy compensation of employees share of national GVA

Source: Statistics Portugal/CASES (Social Economy Satellite Account and Sustainable Development Goals Thematic Folder)

Finally, it should be noted that in addition to the contributions to the SDGs identified above, SE entities play a fundamental role in combating poverty and hunger, promoting decent work and fighting against gender discrimination, in the access to healthcare, education, and justice, as well as in environmental protection, contributing to other SDGs. In this sense, it is important to note that this analysis only focuses on contributions to SDGs for which it is possible to obtain information from the SESA variables, without exhausting the scope of the contribution of Social Economy entities to the achievement of the ambitious Sustainable Development Goals.

METHODOLOGICAL NOTE

1.

INTRODUCTION

SESA 2019-2020, produced by Statistics Portugal in collaboration with CASES, is integrated into the conceptual framework of the Portuguese National Accounts System. Its main objective is to provide economic information on SE, designed as a satellite of National Accounts (NA). The choice of NA as a reference reflects their importance as a reliable, systematized and internationally comparable representation of the economy.

2.

METHODOLOGICAL REFERENCES

The NA satellite accounts have as their first reference the concepts and methods of NA, defined in the European System of National and Regional Accounts (ESA 2010). The satellite accounts aim to increase the capacity of observation of particular phenomena, constituting extensions with greater detail of the NA.

SESA also has as its main methodological reference the Social Economy Framework Law (Law no. 30/2013, of May 8), which, among other issues, establishes the type of entities that should integrate the SE, as well as the principles that should guide the activities developed by these entities.

3.

CONCEPTS AND CLASSIFICATIONS

Within SESA 2019-2020 preparation, were taken into account the concepts, methods, classifications and accounting rules of the United Nations “Handbook on Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”, of 2018, and those of the “Manual for drawing up the satellite accounts of companies in the social economy: co-operatives and mutual societies” from the *Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative* (CIRIEC).

These manuals, in addition to being international references, enhance the comparison of the Account with other international experiences. Nevertheless, sometimes it was necessary to reconcile understandings from both approaches.

In accordance with the Social Economy Legal Framework, SE is understood as the set of economic and social activities, freely carried out by Cooperatives, Mutual associations, Holy Houses of Mercy, Foundations, Private Institutions of Social Solidarity (IPSS), Associations with Altruistic Goals which operate in the cultural, recreational, sports and local development spheres, entities covered by the Community and self-management subsectors, integrated under the Constitution in the cooperative and social sector, as well as other entities with legal personality that respect the principles.

Thereby, according to the Social Economy Legal Framework, the SE entities were classified in the following groups:

- Cooperatives;
- Mutual associations;
- Holy Houses of Mercy;
- Foundations;
- Associations with Altruistic Goals (AAG);
- Community and self-management subsectors (CSS).

Estimations were also made for entities having the “IPSS” (Social Solidarity Private Institutions) or equivalent status, since these can take different forms and legal nature, and are dispersed by all SE groups of entities.

The present SESA edition also includes an estimation for other SE with special status, including Non-governmental environmental organizations (ONGA), Non-governmental organizations for development (ONGD), Non-governmental organizations for the disabled people (ONGPD), Non-governmental women’s associations (ONGM) and Associations representing immigrants and their descendants (ARID).

It should also be mentioned that the respective associate savings banks were included in the groups of Holy Houses of Mercy and Mutual associations, since their legal regime (Law no. 190/2015, of September 10) states that they should respect, with the necessary adaptations, the guiding principles governing the activity of the Social Economy, as well as the

mutuality principles provided by the Code of Mutual Societies, and may only be constituted for the exclusive pursuit of the purposes of Mutual associations, Holy Houses of Mercy or other charitable institutions, having also some restrictions in the allocation of surpluses. These last two characteristics were already included in the previous legal system of savings banks, regulated by the Law no. 136/79 of 18 May.

It is also important to highlight that the groups of social economy entities include the respective unions, federations or confederations, and/or representative associations.

In terms of classification of the institutional sectors provided by ESA 2010, the units of SESA are constituted by:

- Non-profit profit institutions classified under the institutional sector of non-financial corporations (S.11) (e.g.: Cooperatives, except mutual agricultural credit banks, schools, universities and research centers; economic social and community development associations; professional associations; etc.);
- Market non-profit institutions classified under the institutional sector of financial corporations (S.12) (e.g.: Mutual associations, mutual agricultural credit banks, saving banks attached to Houses of Mercy and Mutual Associations);
- General Government (S.13) (*Régies cooperatives*);
- Small size non-profit institutions classified under the institutional sector of Households (S.14) (e.g.: parents or in charge of education associations; common lands, etc.).
- Institutional units classified under the institutional sector of Non-profit institutions serving households (S.15); (e.g.: associations of social solidarity, *casas do povo* (community meeting houses), day care centres, Holy Houses of Mercy; sports and recreational clubs; local development associations; political parties, trade unions, parish centres, non-governmental environmental organizations, cults and congregations, etc.).

According to the guiding principles of the Social Economy Legal Framework, no entities of the institutional sector of General government (S.13) were considered in the SESA 2019-2020, except for Régies Cooperatives, considering their specificity. Also, no units of the institutional subsector of public non-financial corporations (S.11001) were included in the SESA, apart from some Cooperatives classified within this subsector.

Units included in SESA 2019-2020 were classified twice, according to the National Accounts classification by industry, base 2006, (NRCN06) (consistent with the CAE Rev.3 – a national classification which is an adaptation of NACE rev.2) and according to the “International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)”, which corresponds the first revision of the “International Classification of Nonprofit Organizations (ICNPO)”, and was established by the United Nations “Handbook on Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work” (2018).

This international nomenclature has replaced the “Classification of Social Economy Entities’ Activities” (CSEEA), which was an adaptation of the “International Classification of Nonprofit Organizations” (ICNPO), specifically designed by Statistics Portugal and António Sérgio Cooperative for Social Economy (CASES), to be used in the national SESA.

The classification criteria in ICNP/TSO was the main activity of the unit, with reference to its classification in the Nomenclature of Industries of National Accounts (NRCN06) and/or the Portuguese Classification of Economic Activities (CAE Rev.3) (ISIC Rev. 4), as well as the correspondence table in *“Annex 5.3 Correspondence between the International Standard Industrial Classification of All Economic Activities Rev.4 (ISIC Rev. 4) and the International Classification of Non-profit and Third Sector Organizations (ICNP/TSO)”* included in the United Nations “Handbook on Satellite Account on Non-profit and Related Institutions and Volunteer Work”.

The following table describes, generically, some examples of activities included in each of the sections of ICNP/TSO.

Section	Activity Examples
A Culture, communication and recreation activities	Performing and visual arts, museums, zoos, parks, historical sites, sports activities, information and communication, among others.
B Education services	Pre-primary education, primary education, secondary education, higher education, colleges and universities, education support services, among others.
C Human health services	Ambulatory health services, emergency medical response, medical and diagnostic laboratories, hospitals, nursing and residential care activities, among others.
D Social services	Child and youth services, services for the elderly and for people with disabilities, temporary shelters, emergency and relief services, refugees assistance, job counselling or training activities, among others.
E Environmental protection and animal welfare activities	Land or water management activities, pollution abatement and control activities, eco-tourism, eco-farming and forestry, natural resource management, animal sanctuaries and shelters, veterinary services, animal health and welfare activities, among others.
F Community and economic development, and housing activities	Construction of housing and infrastructure, community and economic development activities, housing management and maintenance, utilities and waste management, indigenous people self-governance, among others.
G Civic, advocacy, political and international activities	Social advocacy, environmental conservation and animal welfare advocacy, social clubs and other member serving activities, social organizations for the elderly, political activities, political action, lobbying and similar activities, among others.
H Philanthropic intermediaries and voluntarism promotion	Grant-making foundations and other philanthropic intermediaries and voluntarism promotion organizations.
I Religious congregations and associations	Religious congregations and other religious associations.
J Business, professional and labour organizations	Business and employers' associations, professional associations, labour unions, among others.
K Professional, scientific, accounting and administrative services	Scientific research and testing services, legal and mediation services, accounting, bookkeeping and related services, public relations and related services, management and administrative services, among others.
L Other activities	Agriculture, forestry and fishing, manufacturing, accommodation, catering and food services, trade activities, transport and storage activities, financial and insurance activities, real estate activities, among others.

Table 12
 International Classification of Non-Profit
 and Third Sector Organizations (ICNP/TSO) – Activity Examples

Whenever possible, disaggregated information on section L - Other activities of the ICNP/TSO is presented, considering its relevance, namely in the Cooperative and Mutual associations groups.

The 2019-2020 SESA took into account the results of the Social Economy Sector Survey 2018 (ISES), privileging, whenever possible, the classification of the activity selected by the SE units, especially in the groups of entities that were the subject of exhaustive inquiry (Holy Houses of Mercy, Mutual associations, Foundations and Cooperatives). Thus, some changes were introduced to the classification of units, compared to the previous edition of SESA (2016), namely the reclassification of some entities classified in social services, in human health services and in education services. This reclassification did not have significant impacts on the overall results.

The analysis of the “life stages” of SE entities used as a reference the longevity scale of the “Study of social impact of Portuguese Foundations 2021”, from Católica Porto Business School¹⁵, introducing the necessary adaptations to guarantee its applicability to other groups of SE entities, namely the creation of a new category for entities that are 100 years old or more (with the “centennial” label) and the adaptation of the time ranges of the other categories, as it follows:

Life Stages	Time ranges applied to the date in which SE entities were created
New	< 5 years
Emergent	≥ 5 and < 10 years
Established	≥ 10 and < 50 years
Mature	≥ 50 and < 100 years
Centennial	≥ 100 years

Table 13
SE entities life stages

In the analysis of GVA by Cooperative Branches, the 12 branches provided in article 4 of the Cooperative Code (Law no. 119/2015, of August 31) were considered, which classify the activities carried out by Cooperatives. Only the

15 Available at [Centro Português de Fundações: O Impacto Social das Fundações Portuguesas](#)

main branches of each cooperative were considered, without prejudice to the establishment of multisectoral Cooperatives, which are characterized by being able to develop activities specific to different branches. The 12 Cooperative Branches are:

- Agriculture;
- Crafts;
- Trade;
- Consumers;
- Credit;
- Culture;
- Education;
- Housing and Building;
- Fisheries;
- Worker Production;
- Services;
- Social Solidarity.

4. DATA SOURCES

STATISTICS PORTUGAL

- National Accounts (Base 2016);
- General Register of Statistical Units;
- Social Economy Sector Survey 2018 (ISES);
- Survey on employers' associations, unions, federations and confederations;
- Survey on Mutual Associations;
- Labour Force Survey;
- Survey of Fire Brigade entities;
- Survey on environmental non-governmental organizations;
- Census 2021;
- Agricultural Census 2019;

OTHER SOURCES

- Detailed financial information from the General government;
- Archeeveo data base from General Secretary of Ministry of Internal Affairs;
- General Account of the State;
- Earnings monthly declarations to social security;
- Financial statements of the cooperatives accredited by CASES;
- Simplified Business Information;
- Survey on National Scientific and Technological Potential;
- Social Security lists;
- Budgets and accounts of non-profit institutions;
- Reports and accounts of non-profit institutions;
- Single Report of the Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour
- Solidarity and Social Security;
- Annual Accounts of political parties, available at *Entidade das Contas e Financiamentos Políticos*;

- Websites of SE entities;
- Website of the Ministry of Justice (<https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx>).

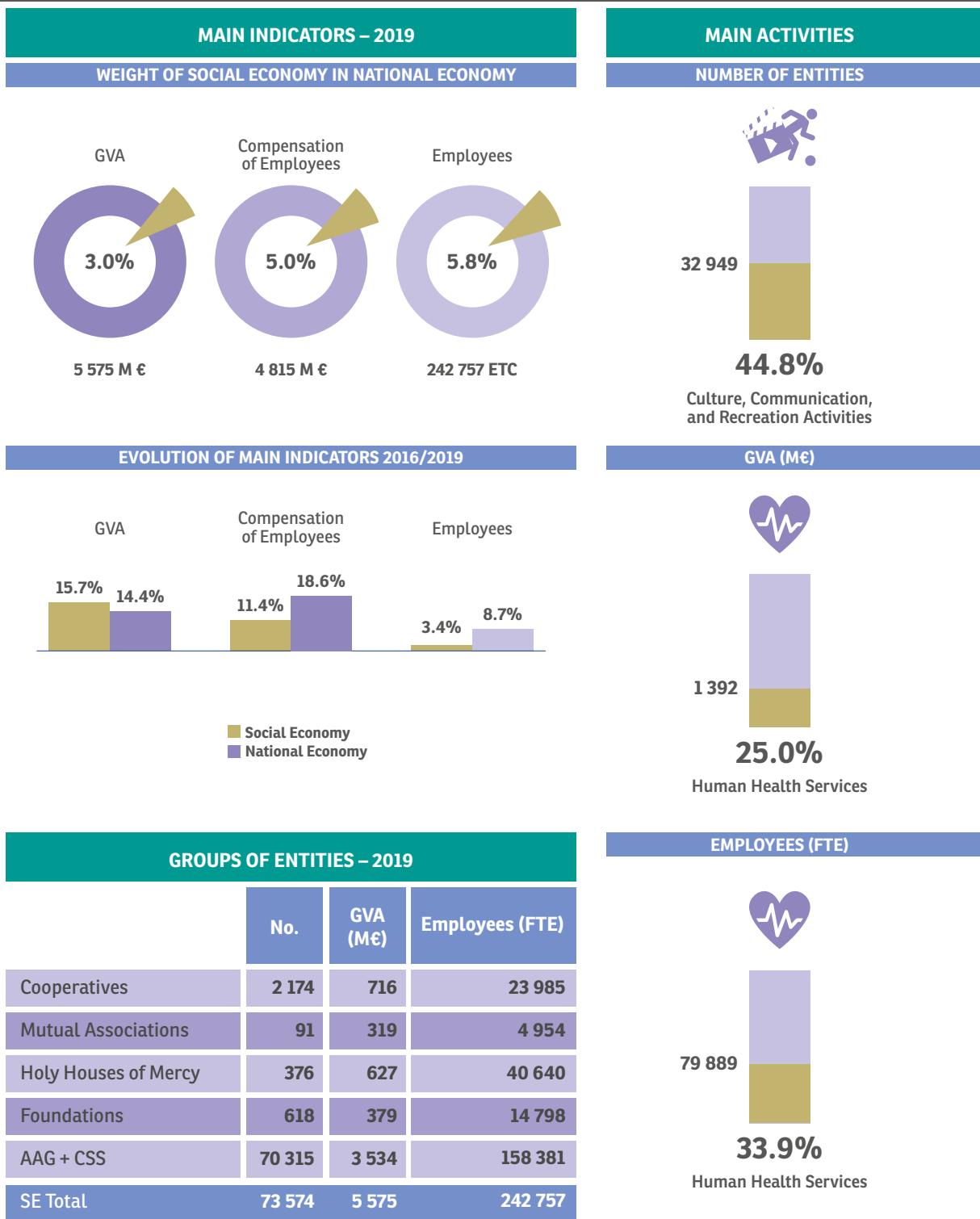
CONVENTIONAL SIGNS

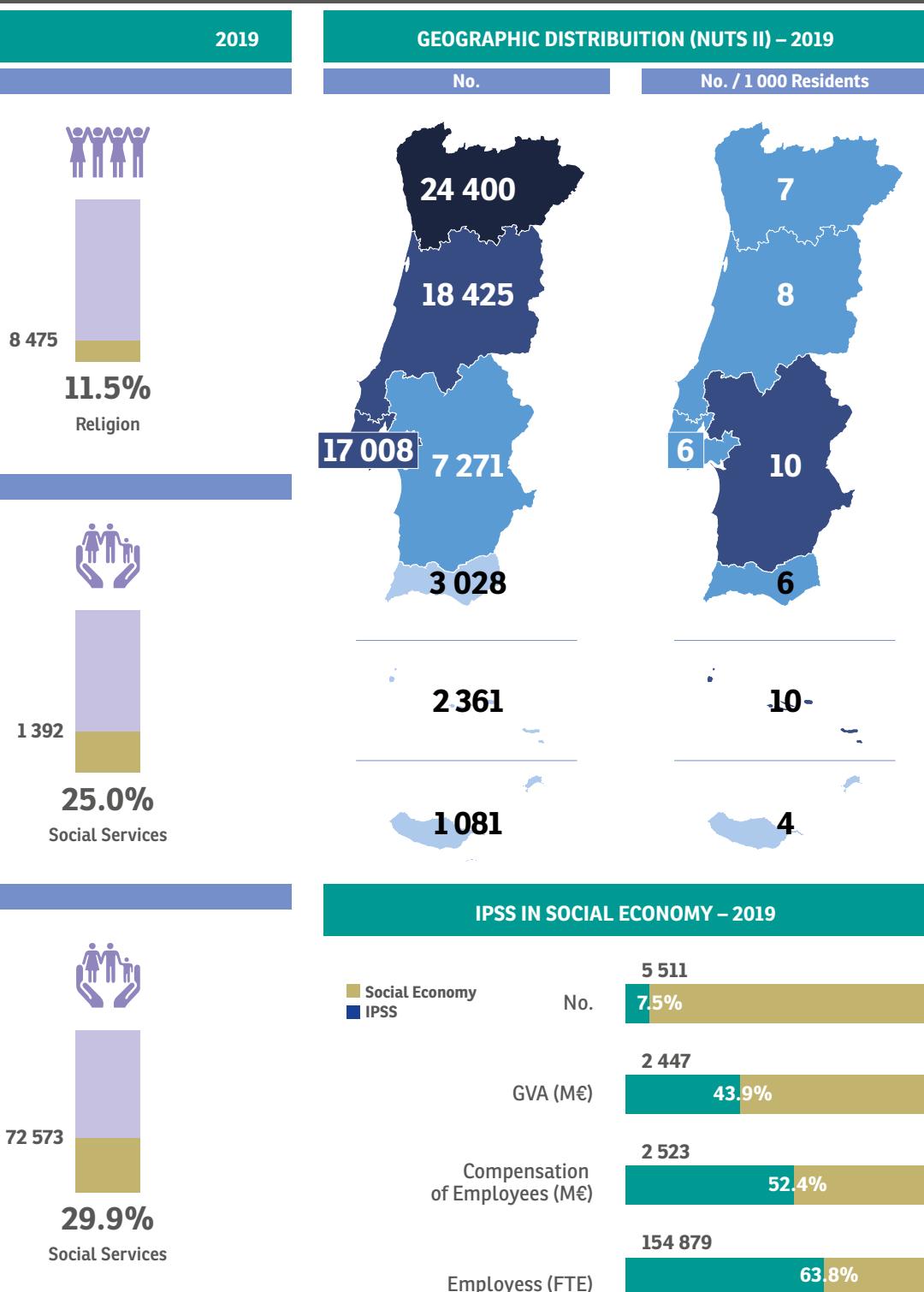
//: Non applicable

x: Non available

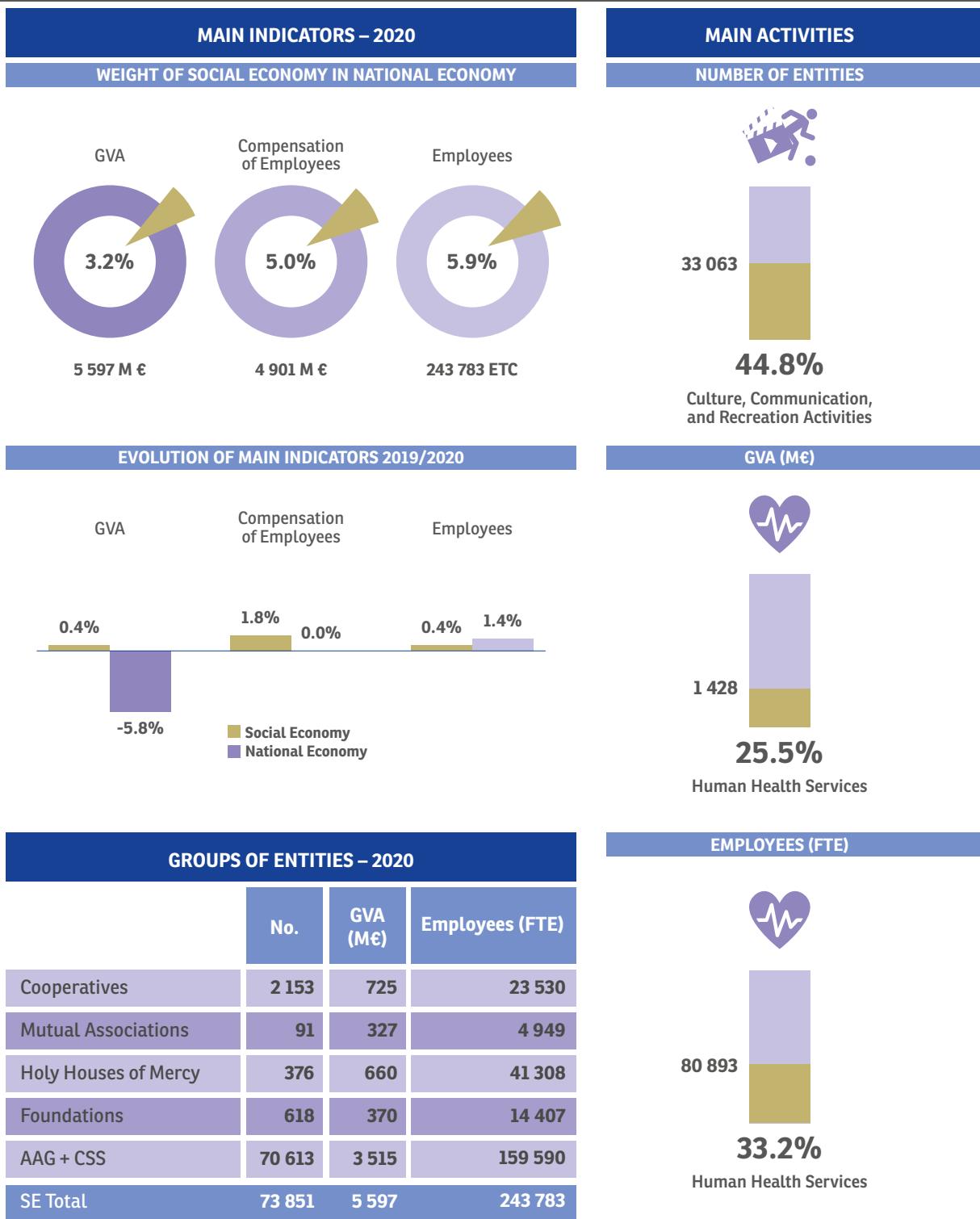
INFOGRAPHICS

SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2019





SOCIAL ECONOMY SATELLITE ACCOUNT 2020

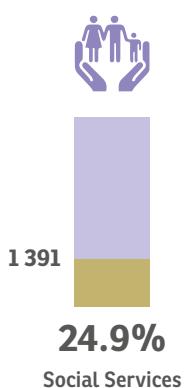
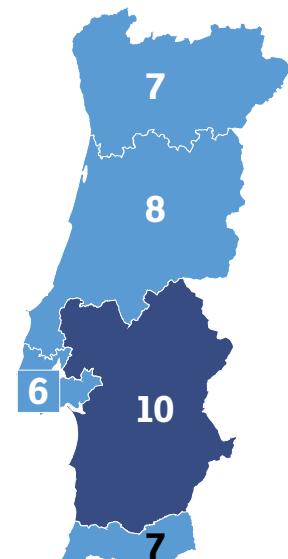
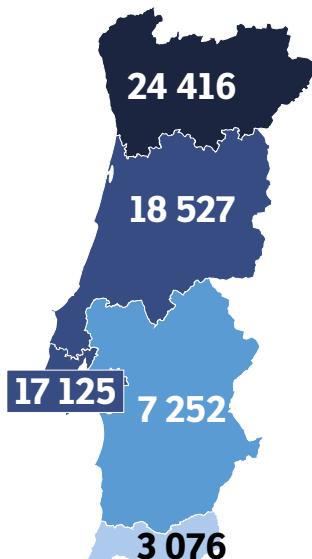
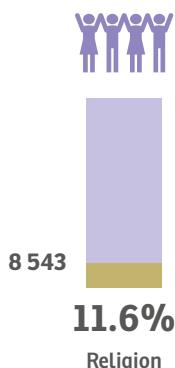


2020

GEOGRAPHIC DISTRIBUTION (NUTS II) – 2020

No.

No. / 1 000 Residents



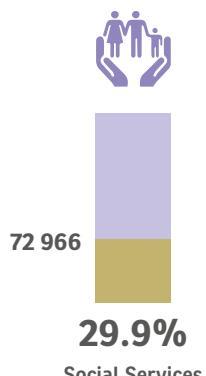
2 344

1 111

10

4

IPSS IN SOCIAL ECONOMY – 2020



Social Economy
IPSS

No.

5 476
7.4%

GVA (M€)

2 507
44.8%

Compensation
of Employees (M€)

2 610
53.3%

Employess (FTE)

153 340
62.9%

ACRONYMS AND ABBREVIATIONS

AAG	Associations with Altruistic Goals
ARID	Associations Representing Immigrants and their Descendants
CAE	Portuguese Classification of Economic Activities Revision 3
CASES	António Sérgio Cooperative for Social Economy
CIRIEC	Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative
CSEEA	Classification of Social Economy Entities' Activities
CSS	Community and Self-management Subsectors
DGRSP	Directorate-General for Reinsertion and Prison Services
ESA 2010	European System of Accounts 2010
EU	European Union
EUROSTAT	Statistical Office of the European Union
FTE	Full Time Equivalent
GDP	Gross Domestic Product
GEP/MTSSS	Strategy and Planning Office of the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security
GVA	Gross Value Added
ICNPO	International Classification of Nonprofit Organizations
IES	Simplified Business Information
INCP/TSO	International Classification of Nonprofit and Third Sector Organizations

- IPSS** Private Institutions of Social Solidarity
- LBES** Social Economy Framework Law
- NA** National Accounts
- ONGA** Non-governmental Environmental Organizations
- ONGD** Non-governmental Organizations for Development
- ONGM** Non-governmental Women's Associations
- ONGPD** Non-governmental organizations
for the Disabled People
- SE** Social Economy
- SESA** Social Economy Satellite Account
- ISES** Social Economy Sector Survey 2018
- SDG** Sustainable Development Goal
- SNA 2008** System of National Accounts 2008
- TPA** Workers with loss or anomaly of body structures
or functions with implications for the provision of work

Conta Satélite da Economia Social
Social Economy Satellite Account

2019/2020

Portugal

